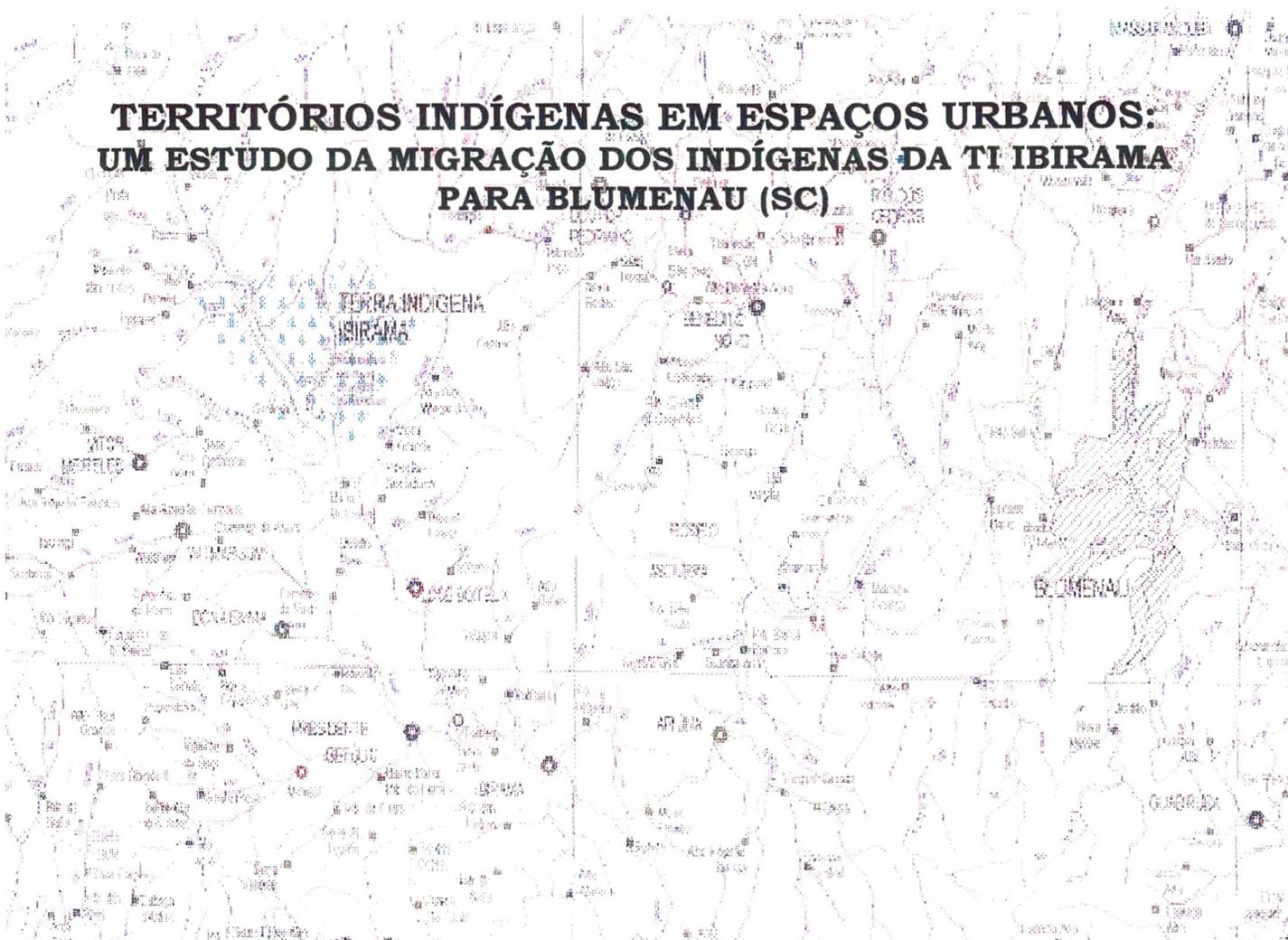


**KARYN NANCY RODRIGUES HENRIQUES**



**TERRITÓRIOS INDÍGENAS EM ESPAÇOS URBANOS:  
UM ESTUDO DA MIGRAÇÃO DOS INDÍGENAS DA TI IBIRAMA  
PARA BLUMENAU (SC)**

**Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, do Departamento de Antropologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social.**

**Professor Orientador: Dr. Sílvio Coelho dos Santos.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
Florianópolis - 2000**

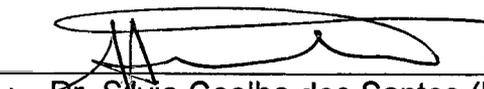
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

**“TERRITÓRIOS INDÍGENAS EM ESPAÇOS URBANOS: UM ESTUDO DA MIGRAÇÃO DOS INDÍGENAS DA TI IBIRAMA PARA BLUMENAU - SC”**

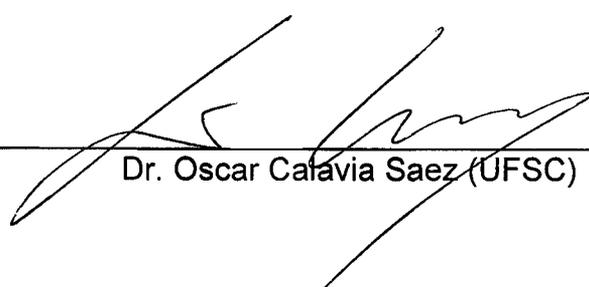
KARYN NANCY RODRIGUES HENRIQUES

Orientador: Dr. Silvio Coelho dos Santos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social, aprovada pela Banca composta pelos seguintes professores:

  
\_\_\_\_\_  
Dr. Silvio Coelho dos Santos (UFSC-Orientador)

  
\_\_\_\_\_  
Dra. Antonella Maria Imperatriz Tassinari (UFSC)

  
\_\_\_\_\_  
Dr. Oscar Catavia Saez (UFSC)



Florianópolis, 29 de setembro de 2000.

*Dedico este trabalho*

*aos indígenas pesquisados e da TI Ibirama, com desejo de êxito em suas lutas;  
a minha mãe Núria, uma quase antropóloga, pela atenção diária; e  
a meu companheiro Carlos, por seu carinho e compreensão.*

## Agradecimentos

O mérito desse trabalho certamente não é só meu. Muitas foram as pessoas envolvidas na sua realização, e citar seus nomes extrapolaria os limites desta e quiçá da próxima página. Porém, algumas contribuições foram de fato decisivas ao longo dessa jornada. A esses cúmplices, quero expressar meu reconhecimento e gratidão:

Ao grupo Indígena em Blumenau, pela calorosa receptividade e oportunidade de pesquisa proporcionada, principalmente por minha anfitriã Andenice Fiamoncine.

À equipe de professores pesquisadores integrantes do NEPI, pelo valioso aprendizado adquirido na convivência de alguns anos. Em especial, ao Professor Sílvio Coelho dos Santos, que sempre forneceu os instrumentos para construir pontes ao invés de barreiras.

Aos professores de Antropologia, pela formação acadêmica, e aos funcionários do Departamento, pela sempre prontidão em encaminhar as exigências burocráticas da instituição.

Aos professores, pesquisadores e ex-Integrantes do Instituto de Pesquisa Social da FURB pelo acesso aos microcomputadores, aos materiais disponíveis e às inúmeras informações relevantes.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo suporte financeiro concedido, crucial para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos amigos do Curso de Ciências Sociais, do Mestrado, do NEPI, da Comissão de Apoio aos Povos Indígenas, pela troca agradável de

experiências e sugestões adequadas. Gostaria de lembrar as pessoas de Flávio B. Wiik, Gisela A. Batistela, Antônio P. Pontes Filho, Ana Lúcia V. Nötzold e Beatriz C. Maestri.

A todos os meus familiares, pelo incentivo seguro e envolvimento assíduo à medida que caminhávamos ao término do trabalho. A meus pais, tias, irmãs, primas e sobrinhos.

Aos meus amigos da vida comum, cujo compartilhar a torna excepcionalmente bela: Carmen Lúcia, terceira irmã; Juliana; Clara; Caroline; e outros anônimos, mas nem por isto menos importantes.

À família Graf, pela acolhida em vários momentos de pesquisa.



<b>Anexo 01</b> – Cópia da solicitação de encaminhamento do caso da jovem Xokleng presidiária à Procuradora da República em Santa Catarina Dr <sup>a</sup> Analucia Hartmann.	125
<b>Anexo 02</b> - Genealogia de Parentesco das Famílias Indígenas em Blumenau - 1999.	127
<b>Referências Bibliográficas</b>	128

## LISTA DE SIGLAS

AMMVI	Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí
ApB	Aperfeiçoamento B
CASIN	Casa de Saúde Indígena
CEA	Centro de Educação para Adultos
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina
CF	Constituição Federal
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CISI	Comissão Intersetorial de Saúde do Índio
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMIN	Conselho de Missão entre Índios
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COPOM	Centro de Operações da Polícia Militar
COSAI	Coordenação de Saúde do Índio
CVY	Comissão Vida Yanomami
DNOS	Departamento Nacional de Obras e Saneamento
EIA	Estudo do Impacto Ambiental
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária Difusão Tecnológica de Santa Catarina
ESAI	Equipe de Saúde Indígena
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FATMA	Fundação de Amparo Tecnológico ao Meio Ambiente
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FURB	Fundação Universidade Regional de Blumenau
HIV/AIDS	Síndrome da Imuno-Deficiência Adquirida
IC	Iniciação Científica
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISA	Instituto Sócio-Ambiental

LABHIN	Laboratório de História Indígena
NEI	Núcleo de Educação Indígena
NEPI	Núcleo de Estudos dos Povos Indígenas
ONG	Organização Não-Governamental
PIB	Produto Interno Bruto
PPS	Partido Popular Socialista
PROEB	Fundação de Exposições de Blumenau
PT	Partido dos Trabalhadores
RIMA	Relatório de Impacto ao Meio Ambiente
SDE	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e de Integração do Mercosul
SDF	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família
SDM	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
SDR	Secretaria do Desenvolvimento Regional
SED	Secretaria do Estado de Educação e Desporto
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SINE	Sistema Nacional de Empregos
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SPILTN	Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais
SPU	Serviço de Patrimônio da União
SUDESUL	Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul
SUS	Sistema Único de Saúde
TII	Terra Indígena Ibirama
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí

## Resumo

O grupo indígena Xokleng, aldeado na Terra Indígena Ibirama localizada nos municípios de Vitor Meireles, José Boiteux, Itaiópolis e Doutor Pedrinho, em Santa Catarina, adquiriu experiência de convívio com os "brancos" e com os Kaingang, que participaram do processo de atração, em 1914. Nos anos setenta, com a implantação da Barragem Norte (rio Hercílio ou Itajaí do Norte) nas proximidades do território indígena, parte dos índios Xokleng e Kaingang, "mestiços" ou não, migrou para Blumenau (SC), sob as influências dos desdobramentos deletérios dessa construção em busca de melhores condições de vida. Este estudo de caso focaliza o processo migratório dessa população e suas experiências na cidade. Tanto a migração como a fragilidade da inserção indígena no meio urbano propiciaram a vivência de problemas que são interpretados como "perturbações laterais" (Antonaz, 1996). Problemas que não terminaram, pois os indígenas continuam a vivenciar novos afetamentos.

## Abstract

The Xokleng Indian group settled at Terra Indígena Ibirama a reservation located in the municipalities of Vitor Meireles, José Boiteux, Itaiópolis and Doutor Pedrinho, in the state of Santa Catarina, acquired the experience of living together with "white people" and the Kaingang tribe, with participated in the process of attraction in 1914. In the 70's, with the implantation of the Barragem Norte a dam (in the Hercílio river or Itajaí do Norte) near the indian territory, part of the Xokleng and Kaingang indians, "misciginated" or not, migrated to Blumenau (SC), under the negative display's influence of this construction in search of better living conditions. This case study focuses on the migration process of these indian population and their experiences in the city. The migration itself as well as the frailty of process of indian insertion in the urban environment led to problems interpreted as "lateral disturbances" (Antonaz, 1996). Problems that are unsolved yet, as the indian population still suffering new affects.

# Introdução



## Introdução

**E**ste trabalho focaliza o processo de migração de uma parcela da população da Terra Indígena<sup>1</sup> Ibirama (TII) para o município de Blumenau, Santa Catarina, como um dos efeitos deletérios decorrentes da implantação de uma barragem de contenção de cheias em parte de seu território de origem.<sup>2</sup>

Os migrantes indígenas, em Blumenau, se identificam como descendentes de Xokleng, Kaingang e "mestiços"<sup>3</sup>. Eles representam um ramo lingüístico da família Jê,

---

<sup>1</sup> O termo Terra Indígena será utilizado no texto em conformidade com o que dispõe a Constituição Federal. Neste sentido, as terras indígenas assumem a conotação de território, onde as comunidades podem se reproduzir física e culturalmente, como povos diferenciados, dentro do marco do estado nacional (Conselho Indigenista Missionário (CIMI), 1999:3). Esta expressão foi determinada mais recentemente através de portaria da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) nº 1060, de 05/12/94. (Santos *et al.*, 1998:8).

<sup>2</sup> A idéia de pesquisar este assunto resulta do interesse em aprofundar um dos resultados obtidos em trabalho anterior desenvolvido na graduação como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais. Ao resgatar o processo de indenização dessa barragem vivenciado pelos indígenas, registramos uma situação sócio-econômica muito precária na TII, implicando a venda da força de trabalho dos indígenas em centros urbanos próximos como alternativa para garantir sua sobrevivência. Este aspecto despertou a vontade de conhecer estes deslocamentos e os ajustes da população no novo meio social. Cabe ressaltar que o contato com o tema deveu-se ao engajamento como Bolsista de Iniciação Científica (IC) e Aperfeiçoamento (ApB), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), nos projetos de pesquisa coordenados por Sílvia Coelho dos Santos, entre setembro de 1995 e fevereiro de 1998.

<sup>3</sup> "Mestiço" deve ser entendido como miscigenação entre indivíduos pertencentes a etnias diferentes; como, também, uma categoria de identificação facilmente manipulável em determinados contextos.

derivado do Tronco Macro-Jê.<sup>4</sup> Em trabalhos etnológicos<sup>5</sup>, eles podem ser designados por Jê Meridionais<sup>6</sup>.

A barragem, denominada Barragem Norte, faz parte de um complexo de contenção de cheias definido em 1961 pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), órgão federal, visando a minoração dos efeitos das enchentes que assolam periodicamente as populações das cidades do Baixo Vale do Itajaí e da cidade de Blumenau. Inicialmente, foi decidida a construção de cinco barragens, das quais apenas três foram viabilizadas: a Barragem Norte, situada no rio Hercílio ou Itajaí do Norte, nas proximidades da TII; a Barragem Oeste, no município de Taió; e a Barragem Sul, no município de Ituporanga. (Henriques, 1996:34).

A implantação desse complexo, estava voltada para a redução do nível das cheias, em três metros, no rio Itajaí-Açu. Mas várias enchentes em Blumenau chegaram a quatorze metros, ou mais, acima do seu nível normal. Werner *et al.* (1987), um dos estudiosos da questão dos efeitos invisíveis, tais como o *stress*, decorrente da implantação de obras dessa natureza em terras ocupadas por populações tradicionais, mostrou que as três barragens, em pleno funcionamento, não eram capazes de solucionar o problema das enchentes, cuja incidência vinha aumentando, provavelmente devido ao progressivo desmatamento de largas áreas da região.

O território indígena, localizado nos municípios de José Boiteux, Vitor Meireles,<sup>7</sup> Itaiópolis e Doutor Pedrinho, foi ocupado em cerca de 870 hectares, pela formação do lago de contenção da Barragem.<sup>8</sup> Quando isto começou a acontecer, em 1979, essa área ocupada pelo lago abrigava 135 famílias indígenas, totalizando 888 indivíduos, e representava as melhores terras agricultáveis, disponíveis à beira do rio Hercílio. Como resultado dessa perda, os indígenas tiveram que se deslocar para o alto dos morros, onde as terras são menos férteis para a agricultura e os espaços são mais restritos, devido à declividade.

<sup>4</sup> Outros grupos indígenas integrantes da família Jê foram destacados por Teixeira (1995:302).

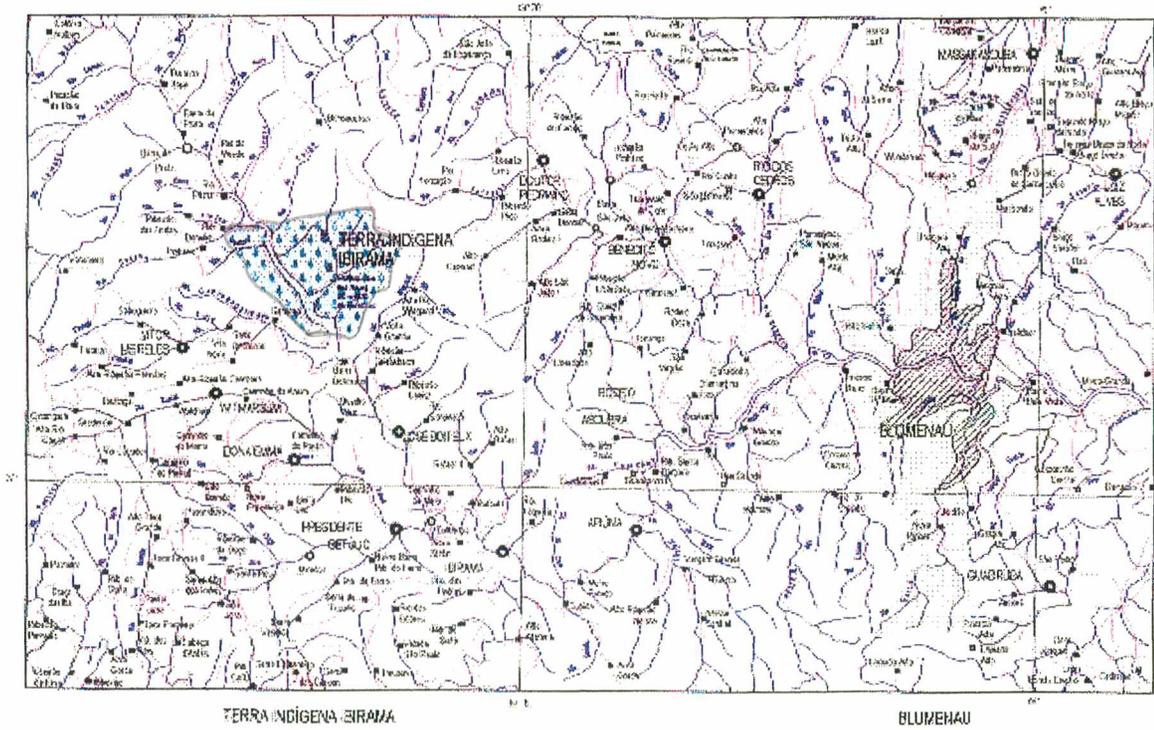
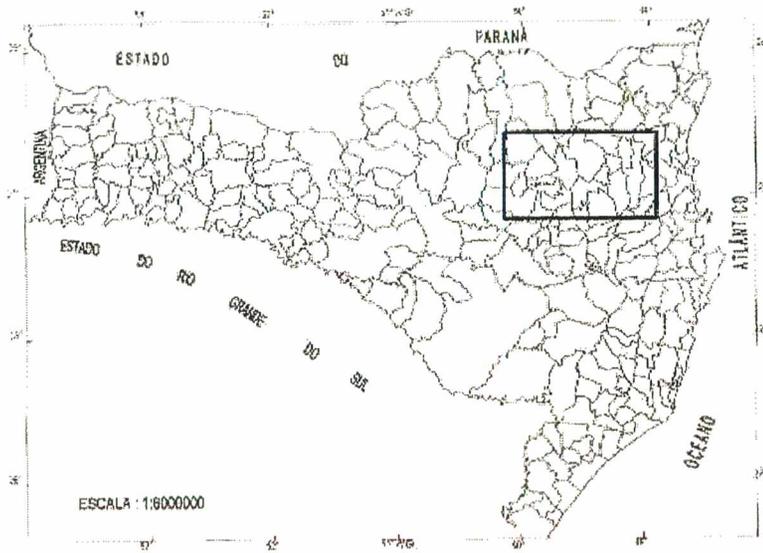
<sup>5</sup> Cabe ressaltar que as sociedades Jê aparecem na literatura, a partir dos anos 30, em trabalhos de Nimuendajú (1939) e (1946), Lowie (1941), Lévi-Strauss (1949) e em pesquisas desenvolvidas, na década de 60, por antropólogos vinculados ao projeto Harvard-Brasil Central, coordenado por David Maubury-Lewis. (Cunha, 1993:82).

<sup>6</sup> Na literatura etnológica sobre os Jê Meridionais, há uma discussão em torno da identidade cultural Xokleng. Para a maioria dos autores, Xokleng e Kaingang são dois grupos lingüístico-culturais distintos. Alguns acreditam, porém, ser o idioma Xokleng um dialeto Kaingang. (Veiga, 1994:37-38).

<sup>7</sup> Os municípios de José Boiteux e Vitor Meireles foram desmembrados do município de Ibirama em 1989.

<sup>8</sup> Em 1975, foi declarada de utilidade pública, em virtude do Decreto Federal nº 76.392, uma área de aproximadamente 1.600 hectares, correspondente à dimensão total do lago de contenção.

# CARTOGRAMA DE LOCALIZAÇÃO DA TERRA INDÍGENA IBIRAMA E DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU



ESCALA: 1 700.000

Esse deslocamento compulsório foi uma primeira conseqüência negativa da construção da Barragem, que no decorrer do tempo ocasionou muitas outras perturbações (visíveis e invisíveis) a toda população indígena e também aos "regionais"<sup>9</sup>. Para fazer frente às contingências apresentadas, os indígenas reelaboraram, com grandes dificuldades, estratégias, visando o reestabelecimento de novas relações sociais, políticas, econômicas e religiosas.<sup>10</sup>

As conseqüências sócio-culturais advindas com a implantação de "projetos de desenvolvimento"<sup>11</sup> implementados no Brasil, principalmente, nas décadas de 60 e 70 (Davis, 1978), foram alvo de diversos estudos. Nestas análises constatamos que a preocupação com as questões relacionadas aos possíveis impactos na parte física (geologia, hidrologia), biológica (flora, fauna) e antrópica (social, cultural), não era a tônica dos empreendedores.<sup>12</sup> A maneira arbitrária pela qual esses "projetos" foram construídos, causaram e tem causado perplexidade diante da multiplicidade de efeitos deletérios às populações afetadas, sejam elas indígenas ou não.<sup>13</sup>

Apesar da existência de uma vasta literatura discutindo esses problemas, muitos "projetos" continuaram sendo implementados afetando o modo de vida das populações-locais e, às vezes, impondo a sua transferência. Incertezas e angústias em relação ao futuro dominam as populações afetadas, sendo que um dos efeitos mais traumáticos consiste na sua desterritorialização e no seu reassentamento. (Cernea, 1995:226).

As situações prejudiciais advindas da implantação de projetos desenvolvimentistas dependem, por sua vez, de fatores específicos, tais como: as

<sup>9</sup> Utilizamos o termo "regionais" para indicar os indivíduos não-índios de modo genérico. Os não-índios correspondem a outros grupos étnicos, cujas origens serão especificadas quando necessário. Ao longo do trabalho, não-índios, "brancos" e "civilizados" poderão ser entendidos como sinônimos.

<sup>10</sup> As conseqüências sócio-culturais decorrentes da formação do lago de contenção da Barragem em parte da TI, já foram suficientemente estudadas por diversos autores, dentre eles: Müller (1985) e (1987); Werner *et al.* (1987); Langdon & Rojas (1991); Namem (1991) e (1994); Santos (1994).

<sup>11</sup> O que caracterizamos aqui como "projeto de desenvolvimento" são projetos econômicos de envergadura, como rodovias, hidrelétricas, barragens, entre outros, de grande impacto social e ambiental (Martins, 1991:16). O termo "desenvolvimento" deve ser associado com a "política desenvolvimentista" do regime militar, cujas conotações são negativas, tendo em vista as perturbações causadas pelas obras construídas sob justificativa de progresso à nação. (Schröder, 1997:86). Cabe ressaltar que este termo aparece em diferentes estudos versando sobre os impactos sócio-culturais dessas grandes obras, sob outras designações, a exemplo de *big projects* ou seja, grandes projetos (Scudder, 1973), *projectos de gran escala*, isto é, projetos de grande escala (Ribeiro, 1987) e outros.

<sup>12</sup> Dentre os autores que efetivaram estas análises, demonstrando a necessidade de serem reformuladas as políticas públicas responsáveis pelo planejamento dessas obras, destacam-se: Bartolomé (1983), Reis & Scherer-Warren (1986), Werner *et al.* (1987), Martins (1991), Helm & Reis *et al.* (1993) e Cernea (1995).

<sup>13</sup> O surgimento de alguns dispositivos legais visando estabelecer orientações básicas para implantação de obras de engenharia, fixou em 1986, através da resolução 001/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), as exigências do licenciamento ambiental a intervenções econômicas potencialmente modificadoras do meio ambiente, através do "Estudo do Impacto Ambiental" (EIA), e posterior "Relatório de Impacto ao Meio Ambiente" (RIMA), como elementos específicos obrigatórios para avaliar possíveis impactos no ecossistema.

circunstâncias locais, o grau de vulnerabilidade e adaptabilidade das populações atingidas, o porte da obra, a quantificação das perdas, entre outros. (Cernea, 1995:232).

Sendo cada caso, um caso, há necessidade de se efetivar, previamente à construção da obra, aprofundados estudos sócio-culturais, a fim de definir adequadamente os procedimentos relativos a minimização dos efeitos negativos.

Partindo do entendimento que a implantação de grandes obras de engenharia têm implicações sociais cumulativas<sup>14</sup>, o estudo de caso da migração dos indígenas da TI para Blumenau, foi construído com base no conceito de "perturbações laterais" de Antonaz (1996). Esta noção possibilita realizar análises dos impactos e dimensionar seus múltiplos problemas decorrentes, além do tempo e do espaço requisitados para serem instalados os empreendimentos.

A autora considera na investigação, por exemplo, a relação com agentes externos aos segmentos sociais afetados (representantes da empresa responsável pelo projeto e do Estado e, ainda, de outras organizações, e trabalhadores engajados na obra) como mediadores dos efeitos sociais dos projetos.

No caso de sua pesquisa, um conflito de representações pela predominância de determinada ordem social surgiu através da situação gerada pela implantação de uma fábrica de alumínio, cujos efeitos devem-se, porém, principalmente à coexistência da sociedade tradicional com as famílias migradas para atuar no projeto. A esses efeitos, não atribuíveis apenas ao projeto, mas referentes à interação de agentes sociais em sua vida cotidiana, os quais podem ser detectados a partir da análise dos agrupamentos envolvidos, de sua história e da relação que se estabelece entre eles, a referida autora denominou "perturbações laterais".

No caso da TI, uma breve revisão da bibliografia existente sobre os impactos da Barragem Norte para os indígenas possibilitou captar a ocorrência de várias situações que poderiam ser consideradas como "perturbações laterais" oriundas da implantação do empreendimento, dentre elas: o deslocamento para um novo local e formação de novas aldeias; o acirramento do faccionalismo interno, em virtude da formação de novas lideranças políticas; as disputas para domínio das terras e dos recursos florestais; a degradação ambiental da TI; os conflitos em torno da distribuição parcial das indenizações e de outros recursos; o *stress* social pela imposição de uma nova realidade; o incremento dos problemas de saúde; a chegada de um grande

---

<sup>14</sup> Ver, principalmente, Santos *et al.* (1998); Santos & Henriques (1998); Santos & Nacke (1999).

número de operários, causando mudanças no cotidiano da população local e indígena.

A falta de empenho da FUNAI para administrar essas questões foi flagrante. Os indígenas não foram imediatamente compensados pelas perdas de bens materiais e simbólicos, e até o presente momento aguardam o pagamento das indenizações pela perda da área ocupada pelo lago de contenção da Barragem. Continua necessária, pois, a implementação de projetos voltados ao fortalecimento interno da população, considerando-se suas especificidades sócio-econômicas e políticas.

A migração dos indígenas da TII para centros urbanos, em especial, para Blumenau, deve ser compreendido neste contexto. A partir do momento em que houve a interferência da Barragem na TII, novas relações sociais foram estabelecidas, dando início às alterações dos estilos de vida da população, modificando também seus projetos individuais e coletivos.

Cabe ressaltar que a migração não deve ser apreendida como consequência exclusiva<sup>15</sup> das "perturbações laterais" da construção da Barragem. A ocorrência de deslocamentos anteriores para centros urbanos, em diferentes momentos e por diversas motivações, foi registrada por Santos (1973), sendo também verificada no depoimento de alguns indígenas entrevistados em campo.

No universo empírico desta pesquisa, as migrações ocorridas na década de 70 tiveram razões independentes do projeto, mas nem por isto essas experiências deixaram de ser contempladas. O estudo desses casos mostraram-se extremamente relevantes para a compreensão do processo migratório, cuja dinâmica envolve uma intrincada "rede"<sup>16</sup> de relações sociais, fundamentadas no parentesco. A partir das primeiras migrações, novos deslocamentos aconteceram, tendo por referência aqueles que já haviam migrado, sejam eles parentes próximos ou não.

Já no início da década de 80, grupos de parentesco da TII, à margem da exploração dos recursos florestais que entendiam como seus, migraram para Blumenau em busca de trabalho. O que na opinião de Bourdieu (1979), seria decorrência, também, de um certo "desencantamento do mundo".

---

<sup>15</sup> Vários etnólogos alertam para o perigo de abordagens monocausais, dentre eles: Urban (1992); Rivière (1993); Whitehead (1993); Granero (1993); Henley (1996); Rival (1998); Posey (1998). Eles argumentam que o papel da história é fundamental para considerar as modificações constantes nos sistemas indígenas e ressaltam que estas mudanças devem-se a diversos fatores.

<sup>16</sup> O conceito antropológico de "rede", utilizado nesta pesquisa, foi citado por Mitchell (1966:55) como instrumento promissor em estudos urbanos, podendo ser entendido, na acepção de Barnes (1954) e Both (1957), como "a series of relationships wich an individual builds up around himself on apersonal basis".

Mas, é nos anos 90 que a migração, de fato, toma força diante de tantos esforços frustrados pelas indenizações e do quadro de privações instalado na TII (distância entre as aldeias; falta de transporte; carência de atendimento de saúde e outras necessidades básicas; dificuldade para continuar estudos; insuficiência de moradias e de fontes capazes de suprir o sustento das famílias). Nesta perspectiva, acredita-se que a migração adquire o caráter de resistência à política indigenista oficial que os distancia da utopia<sup>17</sup> de estabelecer um relacionamento interétnico mais igualitário com a sociedade regional e de conquistar melhores condições de existência para si e seus filhos.

✓ Além disso, os constantes movimentos dos migrantes indígenas entre a aldeia e a cidade, revelaram aos parentes ou conhecidos da TII uma nova vivência e uma imagem do meio urbano como um mundo superior e cheio de aventuras, que interessava principalmente aos jovens. Para tanto, algumas histórias de sucesso de antigos migrantes serviram para encorajá-los a migrar, para Blumenau, contando com o apoio de parentes já estabelecidos na cidade.

A designação para os migrantes indígenas, neste trabalho, será a de indígenas "cidadinos" (Tamagno, 1995), ao invés de "desaldeados" (Tommasino, 1994) ou "urbanos" (Oliveira, 1968), como utilizaram alguns estudiosos do tema. Inicialmente, cabe justificar a opção pelo termo "cidadino" mostrando o porquê do seu uso.

Com base no trabalho de Penna (1998:104), partimos do princípio de que a noção de "desaldeado" remete a migração a uma idéia de "desenraizamento". Segundo o autor, o emprego deste termo está marcado por uma idéia essencialista, julgando a experiência de saída da terra natal como perda das raízes. Nesta perspectiva, estaria implícito "pensar a relação com o espaço em termos de um ideal de resgate de alguma relação primordial e não em termos de (re)construção, de descoberta". Tommasino (1994:5), embora utilize o termo "desaldeado", reconhece a existência de "relações de naturezas diferentes" entre os Kaingang aldeados nas TI's do Paraná e os desaldeados em cidades da região, a exemplo de Londrina.

Num outro sentido, o processo migratório dos indígenas da TII não indicou o caráter "irreversível" da migração para cidade, salvo algumas exceções, observado por Oliveira (1968:139) em sua pesquisa entre os índios Terêna nas cidades de Campo Grande e Aquidauana. Este autor emprega a expressão "Terêna cidadinos" em diversas passagens de seu trabalho, referindo-se a esse segmento da população

<sup>17</sup> A utopia deve ser entendida no sentido dado por Tamagno (1995:9), como "parte do sujeito, como ser e como projeto, e portanto a sociedade que este constrói, reconstrói e transforma".

Terêna residente em cidades, mas considerando que eles estão em processo de urbanização, ou seja, de permanência na cidade.

Esta idéia de urbanização não condiz com a realidade observada, em nosso estudo de caso, entre a maioria dos indígenas pesquisados, cuja fragilidade de inserção na sociedade de classes e os constantes retornos para TII, são significativas indicações desse aspecto. Por esta razão, o termo "urbano" não será privilegiado neste trabalho. No entanto, é necessário fazer ressalvas, tendo em vista que alguns migrantes indígenas estabeleceram-se de forma permanente na cidade, em especial, os velhos migrantes e a maioria dos jovens nascidos na cidade.

O sentido da expressão "cidadinos", escolhida para ser utilizada ao longo do texto, implica considerar os deslocamentos dos indígenas de forma dinâmica. Em conformidade com as idéias de Tamagno (1995), sobre a construção da identidade étnica dos índios Toba em Buenos Aires (Argentina), os indígenas da TII em Blumenau estão num processo de transformação, de atualização da sua história em torno da reelaboração de novas "redes" de relações sociais. Relações estas, segundo Penna (1998:106), "construídas sobre múltiplas bases, e [...] não necessariamente 'medidas' pelo lugar de origem".

Outras ferramentas teórico-metodológicas, também relevantes para compreender algumas situações de campo, tais como cultura; grupo étnico; identidade; fronteiras étnicas; representação; auto-imagem; dentre outras, são devidamente explicitadas no decorrer do texto.

Entender o processo intrínseco da migração de alguns indivíduos ou grupos de parentesco da TII para Blumenau, visando caracterizá-los em seus aspectos sócio-culturais, não seria possível, caso deixássemos de contemplar o cenário constitutivo das relações interétnicas entre esse grupo indígena e a sociedade que o envolve, especialmente a partir do incremento da colonização européia na região do Vale do Itajaí. Esta é a tarefa a que nos propomos no Capítulo I.

As variadas "redes" de relações sociais dos indígenas "cidadinos" evidenciam a perpetuação reelaborada de antigas formas de interação com a sociedade regional, fundamentadas na dominação<sup>18</sup> e na percepção historicamente construída dos indígenas como "inferiores". Para Bourdieu (2000:142), o poder de nosso pensamento, na produção do mundo social, é um trabalho de explicitação e de classificação

---

<sup>18</sup> Utilizamos o termo dominação considerando o que ressalta Oliveira Filho (1988:10), isto é, o pólo dominado também desempenha um papel ativo, reinterpretando, selecionando e remanejando as pressões que recebe do pólo dominante.

ininterrupto, produzido nas lutas que opõem os agentes em sua posição nesse mundo, marcando a sua identificação social através de atributos.

O resgate desse processo dinâmico de categorização, articulado no auge da colonização em Santa Catarina, consiste no pano de fundo, considerado elucidativo à compreensão das inusitadas situações vivenciadas pelos indígenas na cidade. Para tanto, apresentaremos, em linhas gerais, dispendo amplamente dos dados existentes no trabalho de Santos (1973), as circunstâncias históricas em que foram sendo delineadas as bases de mudança do sistema sócio-cultural dos indígenas da TII até recentemente.

No Capítulo II, apresentamos alguns aspectos do sistema organizacional urbano em que os indígenas estão inseridos, dentre os quais destacam-se sua localização geográfica, economia, infra-estruturas disponíveis e considerações sobre o processo de urbanização desencadeado no município a partir de 1980. Tratamos também do processo migratório dos indígenas a partir da década de 70, dos constantes retornos à TII, como forma de atualização dos laços de parentesco e amizade, da acomodação dos indígenas recém-chegados na cidade e de sua distribuição nos bairros, do confronto com as novas experiências e de suas adaptações às regras de convívio social, bem como das estratégias de inserção no mercado de trabalho.

Por fim, abordamos, no Capítulo III, o contexto de interdependência entre os agentes envolvidos no "espaço social"<sup>19</sup> onde se processam o reestabelecimento das "redes" de relações dos indígenas. Neste "espaço", verificamos a emergência de novos conflitos interétnicos, através do convívio com a vizinhança, das uniões conjugais e do contato com instituições do município. As práticas assistencialistas exercidas por algumas dessas instituições públicas, a exemplo da Igreja, estão calcadas no paternalismo. Os problemas identificados nestas interações urbanas manifestam claramente a recorrência de "perturbações" não atribuíveis diretamente à Barragem, mas aos desdobramentos dos efeitos que ela causou.

No que se refere à parte metodológica, o trabalho de campo foi realizado nos meses de junho, setembro, outubro, novembro e dezembro de 1999; além de fevereiro e julho de 2000, sendo que este último período foi utilizado para complementar

---

<sup>19</sup> Complementando a idéia de "campo político", de Oliveira Filho (1988), no qual os "atores sociais" interagem criando uma "interdependência", não necessariamente simétrica, num determinado momento no tempo, na medida em que vivenciam "situações sociais", o conceito de "espaço social" elaborado por Bourdieu (2000:66), indica que os "agentes produzem relações objetivas nas posições ocupadas, o que possibilita a compreensão da forma concreta destas interações".

informações adquiridas nas etapas anteriores da pesquisa. O período total de permanência em Blumenau foi 58 dias. Na Til, tivemos a oportunidade de comparecer em diferentes momentos tanto por ocasião de pesquisa anterior, como dando continuidade ao acompanhamento de novas situações sociais em 1999, em particular festas.

Em junho, realizamos um levantamento preliminar, que, segundo Mitchell (1966:40) seria um "survey social". Segundo o autor, "*the social survey – which can be a relatively mechanical procedure requiring little theoretical underpinning – may often appear to be the most hopeful way of starting a study of an urban area*". Em setembro, prestigamos, na Til, o lançamento do livro de histórias infantis escritas na língua nativa pelos alunos indígenas, organizado por Namblá Gakrån, como forma de subsidiar o ensino bilingüe nas escolas.

As técnicas de coleta de dados empregadas se basearam na condução de entrevistas não-estruturadas, do tipo aberta, e em menor número, de entrevistas em grupo.<sup>20</sup> Foram entrevistados 37 agentes internos do grupo social, de faixas etárias variadas, neste caso, os indígenas, seus cônjuges e parentes. Estas entrevistas foram realizadas tanto no meio urbano, quanto na Til. Outros segmentos populacionais, externos ao grupo social, fizeram parte do trabalho, como sujeitos da pesquisa de campo, a exemplo da vizinhança, de funcionários de Delegacias de Polícia, da Polícia Militar, do Exército, do Presídio Regional de Blumenau, do Fórum, da Prefeitura, da Procuradoria da República em Blumenau, de Igrejas, do Posto de Saúde, do Sindicato dos Bancários, de Escolas, da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) e de instituições do município, tais como: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e o Conselho Tutelar.

As fontes documentais privilegiadas para o desenvolvimento da pesquisa foram teses, livros, trabalhos apresentados em congressos científicos, artigos publicados em revistas científicas e de divulgação, reportagens de jornais da região, consultados nos acervos da biblioteca da FURB, do Núcleo de Estudos dos Povos Indígenas (NEPI) e do Laboratório de História Indígena (LABHIN), nas *homepages* disponíveis na *internet*, um

---

<sup>20</sup> Segundo Zimmermann (2000), as entrevistas não-estruturadas caracterizam-se como uma situação aberta. Neste caso, o pesquisador utiliza um roteiro previamente planejado, sem que as questões e sua seqüência sejam determinadas ao longo da conversa. Mas, os questionamentos são formulados em função dos objetivos da pesquisa, considerando-se, contudo as respostas anteriores. A entrevista não-estruturada do tipo aberta, não coloca nenhum tipo de limitação de respostas ao entrevistado. A entrevista em grupo, por sua vez, é uma técnica de coleta de dados que possibilita, nas situações de diálogo, apreender várias experiências sobre um mesmo tema, permitindo ao pesquisador perceber as reações e construções dessa experiência pelos entrevistados.

processo penal obtido no Fórum, além de esclarecimentos informais, documentos e mapas cedidos por funcionários e professores de instituições, dentre elas: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), FURB, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDM) e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração do Mercosul (SDE). A observação direta foi complementar em todas as etapas do trabalho de campo.

O registro fotográfico foi utilizado como estratégia, visando captar com detalhes, conforme Renk (1997:7) "as inúmeras leituras de cada foto". A disposição das fotografias, todas de autoria da pesquisadora, ao longo do trabalho, expressam o intento de estabelecer a correlação entre texto e imagem. Semelhante à obtenção das fotos, a utilização do gravador foi incorporada em momentos de entrevista, quando os informantes consentiam. Por isso, muitas entrevistas foram registradas de próprio punho.

Num dos primeiros contatos em campo na periferia de Blumenau, ocorreu uma situação muito particular, deixando claro que não existe passividade nas posições entre pesquisador e pesquisados.

O fato ocorreu em uma residência de índios Xokleng, "mestiços" e "não-mestiços", na qual haviam mulheres, crianças e alguns parentes visitantes, residentes na TII. Inicialmente explicitamos nossa intenção de pesquisa, tentando estabelecer uma relação amistosa, mas não logramos a receptividade dos potenciais informantes. Isto só veio a acontecer por ocasião da chegada dos "homens da casa", os quais nos convidaram para entrar e sentar. Novamente relatamos a pretensão de trabalho, respondemos a uma série de questionamentos em relação aos encaminhamentos posteriores da pesquisa, as possibilidades de benefícios para o grupo, interesses pessoais etc.

Já com receio de que algo estivesse ocorrendo errado, pois, ser aceita naquele grupo, implicava no sucesso do estabelecimento de vários outros contatos com os indígenas "cidadinos", sentimos que, aos poucos, com muita conversa, a "porta de entrada" para o campo se abria. O clima de tensão, instalado na casa, foi cedendo espaço à emergência do caráter lúdico dos indígenas. Mesmo sem entender a língua Xokleng, foi possível compreender o contexto das brincadeiras feitas em relação à postura da pesquisadora. Pela noite, o final da visita não pôde terminar

sem que compartilhássemos do jantar daquele "grupo doméstico"<sup>21</sup>, o qual passou a nos receber, dali para frente, com muita satisfação e carinho.

Relatar esta circunstância, além de mostrar um dos caminhos da "entrada em campo", evidencia a diferença entre o trabalho de campo na cidade e o trabalho de campo em TI's. A pesquisa etnológica no meio urbano não possui, os limites demarcados pelo território indígena, e, tampouco, os agentes da FUNAI para ouvir o antropólogo e permitir sua inserção na área que pretende estudar.

Na cidade, é necessária a presença dos próprios "atores sociais" daquela "situação histórica"<sup>22</sup>, para tornar o antropólogo um elemento associado ao grupo (Oliveira Filho, 1981). Neste caso, são os próprios indígenas que selecionam seus "interlocutores"<sup>23</sup>, evidenciando que possuem consciência e controle político sobre si mesmos e sobre os membros de sua "parentela"<sup>24</sup>. Assim, a evolução da pesquisa ocorre a partir da troca de interesses entre os pesquisados e o pesquisador.

As inúmeras situações de confronto desses indígenas com a sociedade envolvente impuseram a emergência de uma postura de resistência diante das associações com o "branco". O grupo Xokleng já vivenciou, ao longo de seu processo de contato interétnico, profundas interferências e transformações negativas em suas estruturas sócio-culturais, sem, contudo, perder sua identificação étnica. A afirmação da "identidade" Xokleng, na ocasião acima descrita, apontou a construção do "nós

<sup>21</sup> Utilizamos o termo "grupo doméstico", segundo Oliveira (1968:156-157), para indicar uma composição familiar formada pelo grupo residencial, composto pela "família elementar" (formada por um casal e seus filhos solteiros) e pelos "agregados" (indivíduos ou famílias que se unem às famílias ou indivíduos migrantes por laços de parentesco e afinidade). Devido à ambigüidade do termo "agregado", utilizamos o termo parentes como sinônimo. Para Fortes (1974:3) o "grupo doméstico" é o mecanismo central da reprodução social. Segundo Almeida (1986:67) esta noção de produção da sociedade foi formulada em nível macro por Marx. Na perspectiva antropológica, as famílias são os átomos dessa reprodução. O "grupo doméstico" para Almeida (*Idem*, 71) pressupõe um grupo de pessoa vinculado por co-residência, consumo e trocas ou trabalho.

<sup>22</sup> Estes conceitos foram utilizados por Oliveira Filho (1988) em seu estudo sobre os Tikuna, na reelaboração da teoria da "análise situacional", formulada por Gluckman (1974). Por "atores sociais" define os indivíduos e grupos envolvidos num processo. "Situação histórica" seria uma construção do pesquisador para fins analíticos, que permite captar o jogo de alianças e oposições na interdependência de relações sociais em contextos específicos.

<sup>23</sup> Segundo Sevá Filho (1990: 12) os "interlocutores" são reconhecidos pelos movimentos populares afetados por projetos desenvolvimentistas, como entidades de apoio e assessoria, os quais se instrumentalizam para poder propor e argumentar a favor de providências e critérios nos trabalhos de mediação entre os empreendedores e os segmentos sociais minoritários.

<sup>24</sup> Por "parentela" deve-se entender coalizões políticas de "grupos domésticos" ou famílias ligadas pelas "redes" do parentesco, seja por consanguinidade e afinidade, seja através de relações socialmente reconhecidas. (Almeida, 1986:79).

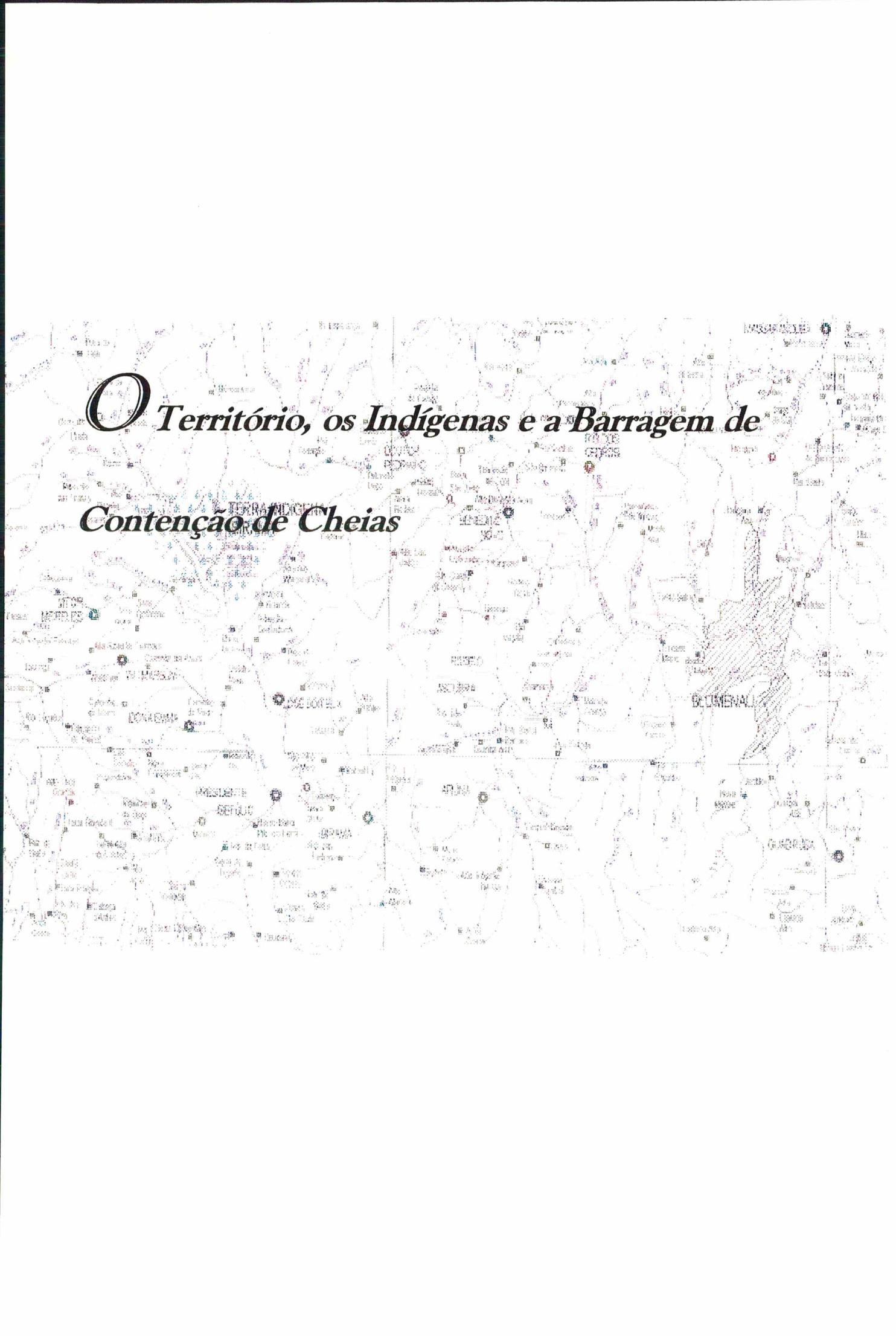
coletivo", a partir da "auto-imagem" formada de si mesmos no contato inicial com a pesquisadora<sup>25</sup>.

Em que pesem as diferenças entre os migrantes de ascendência Xokleng e os de ascendência Kaingang, essencialmente "mestiços", podemos dizer que, existem variações de suas "auto-imagens" e conseqüentemente de suas condutas. Porém, há uma identificação comum entre eles, que consiste no vínculo de pertencimento ao mesmo "grupo social"<sup>26</sup>, neste caso, ao grupo indígena aldeado na TII, cuja configuração é multiétnica, tendo os Xokleng como maioria.

---

<sup>25</sup> Novaes (1993:26-28) propõe o entendimento do comportamento concreto de um grupo de pessoas ou de uma sociedade a partir da representação que fazem de si mesmos. Para tanto, define três conceitos chaves: o de "identidade", como uma categoria ampla que remete a criação desse "nós coletivo", evocado frente a um interlocutor genérico; o de "auto-imagem, sendo necessariamente um conceito relacional constituído historicamente a partir de relações concretas muito específicas que uma sociedade ou um grupo social estabelece com outros"; e, a de "noção de pessoa", categoria de representação que dá significado ao vivido. A autora ressalta ainda que diferentes representações de si podem ser assumidas, dependendo das ações ou condutas dos sujeitos com os quais se defrontam.

<sup>26</sup> Segundo Reis (1993:22) este termo refere-se as relações sociais mantidas entre si pelos membros de uma coletividade, havendo certa identificação e critérios de pertencimento. Portanto, mais do que uma unidade espacial, indica uma unidade social.



# O Território, os Indígenas e a Barragem de

## Contenção de Cheias

# Capítulo 1 - O Território, os Indígenas e a Barragem de Contenção de Cheias

**N**esta parte inicial do trabalho, abordamos a continuidade histórica dos Xokleng a partir do contato com a sociedade envolvente, fundamentada na literatura disponível sobre o assunto. Enfocar o contexto histórico dos Xokleng e suas interações com outros grupos é crucial para compreensão das inovações do sistema sócio-cultural dos indígenas. É nesse cenário que podemos perceber as implicações da construção da Barragem Norte no processo migratório dos indígenas para Blumenau (SC). As situações sociais vivenciadas atualmente pelos indígenas da TI, aliadas as atuações políticas de "interlocutores" e instituições governamentais, também são destacadas.

## 1.1 Os Xokleng e a Colonização em Santa Catarina

O grupo indígena Xokleng possui outras denominações, utilizadas tanto na literatura etnológica<sup>27</sup>, quanto pelos "regionais", como, por exemplo, "bugre", "Botocudo", "Kaingang", "Caingang", "Aweikoma", "Xokrén", "Shokleng", "Xokrê", "Coingon", "Co-in-gang" e "Krokrê". Estas designações, entretanto, não representam a auto-denominação do grupo, tampouco o próprio termo Xokleng.<sup>28</sup> Estes termos

<sup>27</sup> Sobre os Xokleng, ver, por exemplo: Paula (1922), Henry (1941) e (1944), Métraux (1946), Hanke (1947), Hicks (1966), Santos (1973) e (1997), Urban (1978), Namem (1994).

<sup>28</sup> Sobre o sentido e atribuições destes termos ao grupo, ver Santos (1973:30-1) e (1997:16).

foram atribuídos pelos "brancos", orientados pela necessidade de marcar a diferença étnica.<sup>29</sup>

A escolha pela designação Xokleng, contudo, deve-se ao fato de ser a mais difundida na bibliografia recente, e, por este motivo, entendemos estar contribuindo para a visibilidade das suas reivindicações políticas atuais. No contexto de recuperação da língua materna, vivenciado pelos Xokleng nos últimos anos, o termo *Laklãnõ*<sup>30</sup> vem sendo discutido como possibilidade de autodenominação. O significado da palavra foi registrado por alguns autores, dos quais destacamos: "povo ligeiro" ou "povo que conhece todos os caminhos" (Santos, 1997:20), "gente do sol" ou "gente ligeira" (Wiik, 1998:2), "lugar onde nasce o sol" (Christóvão, 1999:88), "conhecedor de todos os cantos" (informação pessoal à pesquisadora).

O território tradicional Xokleng, no passado, compreendia uma vasta área, abrangendo os limites das atuais cidades de Paranaguá, no estado do Paraná, e Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, aproximadamente entre os 25° e 30° ao Sul e os 49° e 53° ao Oeste de Greenwich. (Santos, 1973, p.28). Segundo a classificação de Galvão (1960), o qual situou, geograficamente, os grupos indígenas em áreas culturais, os Xokleng localizavam-se na área cultural Tietê-Uruguaí. Cabe ressaltar que este território foi palco de muitas disputas, envolvendo os grupos Xokleng, bem como os "grupos étnicos"<sup>31</sup> Kaingang e Guarani.

Nesta parte da América, no início do século XVIII, a abertura do "caminho das tropas", ligando São Paulo a Rio Grande, garantiu os interesses expansionistas dos governos das províncias. Para os Xokleng, esta iniciativa significou uma ameaça ao seu modo de vida nômade<sup>32</sup>; sendo a caça e a coleta suas fontes de alimento. Os frutos dos pinheirais (*Araucária angustifolia*) eram coletados e armazenados para serem consumidos no inverno; as atividades de caça, fonte tradicional de proteínas, exerciam papel importante na vida social e cultural dos indígenas. (Henry, 1941:65-85).

<sup>29</sup> A respeito da imposição arbitrária de nomes aos povos indígenas, ver Ricardo (1995:32-36).

<sup>30</sup> Informações contidas na Cartilha *Ag Ve Te Káglel Mu: Nosso Idioma Reviveu*, 1999:7. Este material didático foi organizado por Namlá Gakrân em parceria com o Conselho de Missão entre Índios (COMIN). Contém mitos e histórias escritas pelas crianças indígenas, além de orientações gramaticais da língua Xokleng e lista de nomes próprios do grupo.

<sup>31</sup> Barth (1998:189), propõe uma definição do termo, a qual designa uma população que: "perpetua-se biologicamente de modo amplo; compartilha valores culturais fundamentais, realizados em patente unidade nas formas culturais; constitui campo de comunicação e interação; possui um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como se constituísse uma categoria diferenciável de outras categorias do mesmo tipo".

<sup>32</sup> Há controvérsias na literatura etnológica quanto a este aspecto da cultura tradicional Xokleng. Wiik (1998:6-7), por exemplo, apresenta o grupo como semi-nômade. Sobre o significado do termo nômade, Ramos (1996:20) faz uma crítica ao entendimento dessa noção no senso comum, que leva a uma distinção "entre civilizados e primitivos, reforçando o forte valor ocidental do modo de vida sedentário". Com base em Posey (1998), entende-se por nômade o movimento dinâmico e constitutivo da cultura tradicional

Aos governos, pouco importava a ocupação indígena anterior; estes espaços foram, simplesmente, considerados como "vazios demográficos". O povoamento em torno da estrada de tropas estimulou a formação de vilas e o aparecimento de fazendas nos campos onde viviam os Xokleng. A presença indígena nas regiões do planalto logo tornou-se pública, em razão de incursões às fazendas de Lages (1771) ou de assaltos aos tropeiros.

No começo do século XIX, iniciou a imigração estrangeira para o Brasil. Núcleos coloniais surgiram nos estados do Sul, reduzindo gradativamente o território tradicional Xokleng. Quando as correntes imigratórias realmente assumiram importância, a partir da segunda metade do século XIX, tornaram-se constantes os assaltos, empreendidos pelos indígenas, em busca de alimentação, às propriedades rurais. Diante disso, emergem ações efetivas do governo contra eles.

Nesta época, há notícia de, no mínimo, três grupos Xokleng, sendo um deles o grupo localizado no Médio e Alto Vale do Itajaí. Os dados de pesquisa de Urban (1978:339-354) confirmam a existência de "fissão de metades" na história política do grupo. As disputas intergrupais eram comuns, ocasionando uma série de arranjos organizatórios. Nestes arranjos, a reordenação do grupo consistia em seguir seu estilo de vida nômade, formando facções<sup>33</sup>, uma em torno de um chefe legítimo por sucessão patrilinear e outra formada em oposição ao líder. Para este autor, a dinâmica da luta por liderança marca o faccionalismo especificamente Xokleng.

No que se refere às iniciativas oficiais contra os indígenas, em Blumenau, o fundador da colônia e os imigrantes formaram a "Guarda de Batedores do Mato"<sup>34</sup>. Surgiram também "aldeamentos leigos" e a tentativa de catequização indígena por padres capuchinhos, (Santos, 1973:67) sem obter, contudo, êxito em suas pretensões. A preocupação dos dirigentes das colônias resumia-se em proteger as vidas e defender as propriedades dos colonos, por isso, eliminar os Xokleng foi a solução aventada para garantir a "prosperidade" das províncias. (Brignol, 1999:32). Contratou-se, então, caboclos com experiência de incursões pelo sertão, para entrarem armados na

---

Xokleng, cuja circulação permanente evidencia o elo histórico do grupo com as paisagens com as quais interagem e que moldam.

<sup>33</sup> Santos (1973:32-33) e Urban (1978:345-348) registraram a existência de, pelo menos, três facções nas imediações da Serra do Taboleiro, Porto União e Ibirama, todas em território catarinense, na primeira metade do século XIX. No entanto, os vestígios arqueológicos evidenciam a presença de casas subterrâneas características dos Jê Meridionais a partir de 450 da nossa era. (Veiga, 1994:21).

<sup>34</sup> A "Guarda" constituía um grupo vinculado à "Companhia de Pedestres", organizada pelo governo em 1836, objetivando afugentar os indígenas sertão adentro pacificamente. Na verdade, porém, entravam na mata armados. (Santos, 1973:78).

floresta e "solucionar o problema". Estes caboclos eram conhecidos por "bugreiros" ou caçadores de "bugres".

Desde então, os encontros entre Xokleng e representantes da sociedade regional passaram a ser extremamente violentos. De um lado, os "bugreiros" surpreendiam de forma hábil e cruel os indígenas em acampamentos na floresta, matando-os. De outro, estes revidavam defensivamente, vingando a morte de outros índios, e seguiam atacando as propriedades agrícolas dos colonos.

Diante das ações genocidas promovidas pelo poder governamental e por empresas de colonização, centenas de índios Xokleng foram exterminados. Nesse contexto, alguns sobreviventes, em maioria crianças, serviram como testemunhas das façanhas cometidas pela "tropa de bugreiros", sendo, posteriormente, adotados por famílias ou instituições dos centros urbanos da região. Há registros sobre as variadas experiências destes integrantes do grupo adotados pelos "regionais", mas, a rigor, o traço físico, marcando a descendência indígena, "era um estigma que o fazia ruim, mau, bêbado, malandro e mentiroso". (Santos, 1973:110).

No auge da colonização em Santa Catarina, o governo estadual, dirigentes das colônias e imigrantes alemães, desconsideraram completamente a anterioridade da ocupação indígena no território Sul do Brasil. Seus ideais de progresso foram impostos a qualquer preço. O projeto de colonização foi alcançado às custas da eliminação de muitas vidas humanas, além do quase extermínio de uma sociedade destituída do poder das armas de fogo. Mas, os Xokleng lograram sobreviver, e, graças as suas reações, armou-se o cenário para a realização de um novo episódio, também marcado pela dominação, nas fimbrias da sociedade envolvente.

## **1.2 Contato Interétnico e Confinamento**

Ao iniciar o século XX, os protestos de intelectuais brasileiros, na imprensa, contra a violência praticada no Sul do Brasil levaram o governo do estado a tomar algumas providências para impedir as tentativas de extermínio dos Xokleng. Neste contexto, destaca-se a Liga Patriótica para a Catequese dos Silvícolas e os ideais de Alberto Fric, centrados na atração dos grupos ao convívio pacífico no Vale do Itajaí. (Santos, 1973:122-124).

O Marechal Cândido Rondon teve um papel central na propagação dos direitos indígenas à vida. Adotou o lema "Morrer, se preciso for. Matar, nunca",

seguido como orientação no Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e Localização dos Trabalhadores Nacionais<sup>35</sup> (SPILT), fundado em 1910 pelo governo.

Na região Sul, a garantia de fixação dos colonos nas terras do Alto Vale do Itajaí interessava, particularmente, à Sociedade Colonizadora Hanseática. Para tanto, ela liberou uma área de 30.000 hectares de sua concessão para a localização dos indígenas que iriam ser contatados pelos funcionários das inspetorias do SPI.

No Alto Vale do Itajaí, foram montados dois postos de atração, um nas margens do rio Plate e outro no rio Krauel, afluentes do rio Hercílio. Os funcionários do SPI promoveram a "pacificação" dos Xokleng, expondo presentes e cultivando roças com auxílio de índios Kaingang, já habituados ao convívio estabelecido com a sociedade no estado do Paraná. (Santos, 1973:143).

Os Xokleng não desconheciam a presença dos regionais no posto e, quando os funcionários dali ausentaram-se, foram logo atacando-o. Prontamente, os funcionários do Serviço mobilizaram-se e foram ao local, onde Eduardo de Lima e Silva Hoerhan logrou a aproximação com o grupo em 1914. (Santos, 1973:170).

Mesmo após o contato interétnico com os "brancos", os Xokleng somente visitavam o posto, em pequenos grupos, quando necessitavam de auxílios imediatos ou para recolher presentes. (Santos, 1973:153). Em uma concepção "êmica" (Berreman, 1976), os Xokleng contatados<sup>36</sup> haviam "pacificado" os funcionários do posto, sempre prontos a atender suas solicitações.

Mas, tendo em vista as dificuldades financeiras, enfrentadas no posto, para seguir com os trabalhos de atração, o grupo passou a participar também em atividades de roça. (Santos, 1973:182). Assim, as bruscas mudanças adaptativas foram transformando gradativamente o sistema sócio-cultural dos Xokleng.

De início, tiveram seu território de caça e coleta bastante reduzido, seu modo de vida nômade foi cedendo lugar às atividades da agricultura, refletindo na alteração da alimentação e, conseqüentemente, na manutenção da saúde. Os primeiros contatos com a população regional, na sede da colônia Hansa (hoje Ibirama), desencadeou doenças até então desconhecidas, contra as quais não

<sup>35</sup> O SPILT foi criado através do Decreto nº 8072 em 20/07/1910. Segundo Ribeiro (1996:157-8), "nos anos seguintes [a criação desse Decreto] essa regulamentação seria modificada em alguns pontos essenciais. O SPI passaria a tratar exclusivamente da especificidade do problema indígena, transferindo as atribuições de LTN para outra repartição governamental".

<sup>36</sup> De acordo com Pereira (1998:20), o contato imposto pelos "brancos" foi aceito pelos indígenas com a expectativa de que cuidassem do grande número de crianças órfãs em seu grupo. Afinal, a responsabilidade seria de quem tirou a vida de seus pais.

possuíam defesas orgânicas. A solução encontrada por Hoerhan para evitar a interação social e conseqüentemente a contaminação epidêmica dos indígenas, foi impedir a realização do ritual de iniciação dos meninos<sup>37</sup> e o ritual de cremação dos mortos. Porém, a depopulação drástica foi inevitável.<sup>38</sup> Os próprios funcionários do posto eram agentes contínuos de transmissão de doenças. (Santos, 1973:176).

O convívio dos indígenas com os funcionários do posto de atração no Plate alterou um conjunto de aspectos da sua cultura tradicional. Entretanto, não impediu o abandono de suas incursões, em pequenos grupos, na floresta para caçar e coletar frutos. O contato com os "regionais", nestas andanças, acontecia, e, com ele, os estímulos para incorporarem o uso do álcool. O envolvimento de funcionários com as mulheres indígenas, seja Xokleng ou Kaingang, também ocorria, facilitando a proliferação de doenças venéreas entre todo grupo. (Santos, 1973:178).

Através dessas mudanças radicais na vida dos indígenas, alguns valores tradicionais foram sendo re-significados, refletindo em sua percepção e atuação junto ao posto. O incentivo de Hoerhan ao trabalho coletivo, diferente do que viam acontecer entre os "regionais", passou a ser desvalorizado e visto com desconfiança, em detrimento do trabalho individual. (Santos, 1973:183).

Na década de 20, a produção excedente das famílias era comercializada pelos funcionários do Serviço, revertendo na assistência à população. A dependência do trabalho e dos produtos do comércio tornou-se fato. (Santos, 1973:184).

Neste sentido, o SPI estava a garantir os interesses da União e não os dos indígenas. A criação do órgão livrou-o da pressão exercida pelos dirigentes das empresas de colonização e pelos governantes, beneficiando a fixação dos colonos, responsáveis pela expansão de propriedades agrícolas e pela dinamização da economia. No tocante ao futuro dos povos indígenas no país, a expectativa era a de que a política administrativa adotada pelos funcionários nos postos de atração levaria, a longo prazo, à "integração" dos indígenas ao sistema econômico praticado pelos "regionais".

Em outras palavras, havia o propósito de acabar com a pluralidade, que constitui a nação brasileira. Não havia outro entendimento, a não ser o caminho da

---

<sup>37</sup> Este cerimonial consiste na perfuração do lábio inferior dos meninos para introdução de um adorno chamado botoque ou tembetá, "uma espécie de emblema" que identificava o pertencimento dos indivíduos do sexo masculino ao grupo. (Santos, 1973:214-216).

<sup>38</sup> Henry (1941:XV) relata que os Xokleng "pacificados" em 1914 tiveram sua população reduzida de, aproximadamente, 400 indivíduos para 106, em função das epidemias. (trad. por KNRH).

perda cultural dos indígenas<sup>39</sup> "no espaço homogêneo da nacionalidade". (Paoli, 1983:20). Sob o jugo do paternalismo estatal, seriam incorporados à estrutura da sociedade nacional, "não como cidadãos, senão como súditos, para legitimar o domínio sobre o território por parte de um estado que se queria representante da nação". (Durham, 1983:14). Assim, parafraseando Durham (1983), o "lugar do índio" na sociedade brasileira estava dado.

No que se refere ao grupo Xokleng, o governo estadual, Adolfo Konder, destinou as terras que lhes caberiam em 1926, com uma área de 20.000 hectares,<sup>40</sup> na qual passou a ser chamada posteriormente de Posto Indígena Duque de Caxias. A interferência de Hoerhan, refletiu na configuração social das famílias no interior do posto. Os Kaingang assumiram uma posição hierárquica próxima ao "branco" e superior aos Xokleng, na medida em que os primeiros intermediavam as ações de Hoerhan junto aos Xokleng. Dessa forma, o imaginário da mulher indígena, em relação a superioridade sexual dos "brancos", incidiu também sobre os Kaingang. Subjacente à preferência por "brancos" como cônjuges, estava a idéia de civilidade, modelo a ser seguido. Os casamentos então ocorriam mais facilmente entre as mulheres "índias" e os "brancos" ou com quem deles estivesse mais próximo, neste caso, os Kaingang. (Santos, 1973:256).

Outra consequência das intervenções do chefe de posto recaiu sobre a entrada do padre João Komíneck C.M. para batizar os indígenas que passou a assistí-los em sua Igreja, no Alto Paraguaçu, através de ações paternalistas. Este contato promoveu uma situação ambivalente, na medida em que satisfazia às necessidades imediatas do grupo e, ao mesmo tempo, oportunizava a interação dos indígenas com os "regionais" em estabelecimentos comerciais, sempre acompanhada de bebidas alcoólicas. (Santos, 1973:273).

O ensino da língua portuguesa iniciou-se, no posto, na década de 40, (Santos, 1973:276), através das iniciativas do polonês *młeczszalav Brzeziński*<sup>41</sup>, junto ao SPI, para

<sup>39</sup> Pensamento legitimado, inclusive, pela academia nos anos 60. Em alguns trabalhos de Darcy Ribeiro, por exemplo, há o evolucionismo unilinear comunicado numa linguagem culturalista. Nesta perspectiva, o contato interétnico é visto como algo atípico, gerando episódios disruptivos da identidade étnica dos povos indígenas, levando-os ao desaparecimento, como função da "assimilação" de traços culturais da sociedade envolvente.

<sup>40</sup> Neste período, Hoerhan tituló para si um lote dessa área e registrou-o em seu nome, após editado o Decreto nº 15, de 03.04.26 reservando a terra aos indígenas. Este episódio gerou, em 1995, um movimento de retomada do lote de Hoerhan pelos indígenas, que entendem-no como parte integrante da TI. Atualmente, a área configura a aldeia Palmeirinha. Ver Santos (1973:197) e Serrano (1995).

<sup>41</sup> O cineasta e antropólogo Ricardo F. D'Oliveira B. Goulart pesquisa, há mais de 7 anos, a história deste polonês, extremamente culto, com o intento de transformá-la em um curta-metragem, intitulado: "A Tragédia do Maestro". Seu projeto, contudo, não pára aí, pretende produzir também um vídeo-documentário Xokleng: "Um Olhar Crítico Sobre a História do Contato" . (Jornal Santa Catarina, 12.05.98, pág. 2c).

construção de um educandário. Um de seus alunos, o "mestiço" Kaingang/"branco" Lino-Nunc-Nfôonro, tornou-se professor desta escola na década de 50, motivando o ingresso de muitos alunos-indígenas no processo de socialização de certos valores, considerados cruciais, da cultura ocidental. Num sentido mais amplo, a introdução de um sistema educacional, semelhante ao modelo brasileiro de escola isolada, em TI's da região Sul pode ser visto como mais um mecanismo de submissão dos indígenas aos interesses da sociedade envolvente. (Santos, 1975).

A população da TI, até então, não contava somente com a presença dos indígenas e dos funcionários do serviço oficial. Ainda nos anos 40, alguns cafuzos, remanescentes da Guerra do Contestado<sup>42</sup>, vieram se refugiar em seu interior. Na década de 1950, famílias Guarani, migrantes do Oeste do estado, localizaram-se na TI. Nesta época, pastores da Igreja Assembléia de Deus atraíram a simpatia dos indígenas, estabelecendo-se também no território indígena. Os preceitos religiosos desta Igreja foram aceitos por seus adeptos, incidindo, inclusive, sob o abandono do álcool. (Santos, 1973:273).

Embora Hoerhan tentasse controlar a permanência do grupo no posto, ocorriam a circulação de indígenas pelas TI's da região Sul, a exemplo da família de Basílio Priprá<sup>43</sup>, e deslocamentos determinados por motivações religiosas, como é o caso de Ndilli Cuitá<sup>44</sup>. As atividades de caça e coleta pelo território indígena, em torno do rio Wiegand, do rio Engano, da Serra da Abelha, de Bom Sucesso e da Barra da Prata, envolvendo acampamentos sazonais, também nunca foram totalmente abandonadas. (Pereira, 1998).

Esta região, entretanto, começou a ser intrusada por colonos, levando o governo estadual a efetivar um acordo com o SPI para garantir a permanência desse contingente no local e delimitar o restante do território aos indígenas. Em 1956, o

---

<sup>42</sup> A Guerra do Contestado (1912-1915) surgiu pela disputa de terras na altura do município de Lages, entre os atuais estados do Paraná e Santa Catarina. A abertura da estrada de ferro, ligando São Paulo ao Rio Grande, próximo a "área contestada", agravou a situação, propiciando o desencadeamento de um conflito armado, que envolveu, de um lado, os caboclos expropriados pela empresa responsável pela implementação da ferrovia e os funcionários da obra despedidos, ambos liderados pela figura do monge José Maria e, de outro, expedições militares do governo republicano. Ver Santos (1995:93-103).

<sup>43</sup> Segundo Christóvão (1999:126-128), Basílio Priprá, um índio de ascendência Kaingang, foi com sua família para o estado do Paraná, mas acabou retornando à TI. Insatisfeito com a decisão de Hoerhan, o chefe de posto, em aceitar o estabelecimento da Igreja Assembléia de Deus no interior do território, e descontente em relação ao controle que este exercia, acabou gerando um conflito com o "pacificador", sendo assassinado. Hoerhan foi de, certa forma, envolvido no caso e acabou sendo afastado do cargo em 1954. Ver, também, Santos (1973:231).

<sup>44</sup> O índio Xokleng Ndilli Cuitá é pai de nossa informante, Paula de Oliveira, residente em Blumenau. De acordo com seu depoimento, em 15.12.99, ainda no tempo que Eduardo Hoerhan administrava o posto, Ndilli tornou-se "crente" da Igreja Assembléia de Deus, sendo promovido a pregador. Foi para Apucarana (PR), na condição de pastor, e acabou casando-se, naquele local, com a mãe de Paula, de origem italiana.

Serviço procedeu a medição do perímetro, apurando uma área de 14.156 hectares. O título de propriedade dessa área foi vendido por uma importância simbólica "ao SPI representando a tribo Botocudo"<sup>45</sup>. Quando, em 1965, este título foi registrado em cartório, no documento constava como "adquirente o SPI representado pelas tribos Botocudos e transmitente o estado de Santa Catarina" (Santos, 1973: 203), deixando claro uma séria discrepância. Mais adiante, em função já da Constituição Federal (CF) de 1988 e de nova medição da TII,<sup>46</sup> a área foi considerada como de ocupação tradicional, homologada e registrada no Serviço de Patrimônio da União (SPU).

De acordo com os dispositivos constitucionais firmados pela CF de 1988, as "terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas são direitos originários, cabendo-lhes seu usufruto exclusivo". Portanto, o procedimento do estado na década de 50 representou um ato hoje considerado inconstitucional. Atualmente, discute-se, em termos jurídicos, a incompetência do estado em ter vendido as terras que considerou equivocadamente devolutas, tendo em vista que desde a constituição de 1891, o art. 129 dispõe que "será respeitada a posse das terras dos silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las". (Santos, 1996:5).

No que se refere às atividades econômicas na TII, ainda nas décadas de 50 e 60, não foram poucas as tentativas dos "regionais" envolvidos no comércio de palmito (*Euterpe Edulis Mart*) e madeira, junto aos chefes de posto do SPI, visando a exploração desses recursos, em proveito da mão-de-obra indígena. Como havia o desejo dos indígenas de aproximarem-se da sociedade regional e usufruir dos mesmos bens e produtos que ela tinha ao alcance, estas propostas foram aceitas. O abandono das roças e a dependência dos recursos obtidos com o comércio do palmito, a ponto inicialmente, de quase extinguí-lo e, depois, das madeiras-de-lei, tornaram-se flagrantes. (Santos, 1973:263).

Dessa forma, surgiram novamente oportunidades para que os indígenas saíssem da TII, comercializassem os recursos extraídos da floresta e consumissem bens que necessitavam ou que eram levados a adquirir no comércio regional. Neste momento, os casamentos interétnicos com "brancos" incrementaram-se, na medida em que a estes era concedido o direito de explorar os recursos do território indígena. (Santos, 1973:237).

<sup>45</sup> Conforme o título de propriedade obtido no Arquivo Histórico de Santa Catarina, com cópia constando no acervo do NEPI/UFSC. Ver, por exemplo, o Anexo 2 em Henriques (1996).

<sup>46</sup> Em 1987, foi realizada uma demarcação da TII através da empresa Aerodata, indicando a área atual de 14.084, 886 hectares.

Neste contexto, percebe-se claramente a postura assumida pelos chefes de posto do SPI, como mediadores de interesses dos "regionais", em detrimento da autonomia e auto-sustentação dos indígenas. Em virtude de muitos abusos que vinham sendo cometidos em TI's, houve a substituição, em 1967, do SPI pela FUNAI, sem que a política fosse alterada. No Alto Vale do Itajaí, a situação se agravava a cada novo episódio fomentado na sede administrativa do órgão e a cada reação indígena contra a autoridade do chefe e das lideranças por ele cooptadas. Houve casos de arrendamento, "transferências"<sup>47</sup> e destituições de lideranças, de maneira aleatória, por outras coniventes com as decisões centralizadas e verticais da FUNAI. (Santos, 1973:239).

No início da década de 70, as atividades da Igreja Católica na TI tomaram-se constantes, atraindo, inclusive, adeptos da Igreja Assembléia de Deus. Os conflitos entre os pregadores das duas Igrejas e o chefe de posto não foram poucos. Mesmo assim, a Igreja Católica tentou conquistar seu espaço entre os indígenas, e, tão logo, passou a planejar a construção de uma Igreja. Para isto, promoveu uma festa, divulgando a presença dos indígenas como atração do evento, visando, atrair participantes de toda região<sup>48</sup>.

No tocante às formas de interação entre "índios" e "brancos" nos interstícios da sociedade envolvente, merece destaque a participação dos Xokleng nas atividades cívicas, em períodos em que se comemorava o Dia da Pátria, nas sedes dos municípios da região do Alto Vale. Em contraste ao seu modo de vida cotidiano, próprio dos ritos (DaMatta, 1978), os indígenas apresentavam-se de modo realmente atípico, fantasiados de "índios"<sup>49</sup>, cedendo, implicitamente, à manipulação dos organizadores do desfile, que tentavam veicular a imagem do "índio civilizado", bem ao gosto das lentes dos participantes expectadores "regionais".

<sup>47</sup> De acordo com Santos *et al.* (1998:87-88), a prática da transferência de famílias de uma determinada TI para outras TI's consiste numa forma de exercer o controle social e de punir. Geralmente, a decisão da transferência ocorre em momentos de tensão política interna, onde o "transgressor" se opõe às normas estabelecidas pelo chefe de posto e pela liderança por ele cooptada. As desavenças podem chegar aos extremos, levando, inclusive, a maus tratos (Simonian, 1994) e a prisão (Fernandes, 1998), como ocorre em algumas TI's Kaingang dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul. Ainda sobre a questão, temos a contribuição de Oliveira Filho (1996:8), cujo trabalho aponta a dramaticidade destas situações que implicam, para os grupos transferidos, a perda súbita e, às vezes, total de seu nicho ecológico, além da destruição maciça de seus bens materiais e simbólicos.

<sup>48</sup> "Em 1972 foi criado o CIMI, órgão de assessoria ao trabalho missionário junto às comunidades indígenas do Brasil. Nesta época, sua atuação implicava na mobilização dos fiéis na luta frente às atrocidades cometidas pelo regime militar contra os vários setores da sociedade brasileira". (Novaes, 1993:198). A atuação do CIMI, em Santa Catarina, teve início ainda na década de 70, primeiramente entre os Kaingang, no Oeste do Estado, e, em 1986, na TI, através do trabalho de Beatriz C. Maestri e Maria Isabel Deretti, religiosas da Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas.

<sup>49</sup> Aqui esse "índio", tem o sentido de "índio genérico", destituído de suas especificidades culturais, deturpado, em sua imagem enormemente empobrecedora da realidade.

A área da educação foi alvo de ações do órgão indigenista oficial. Escolas foram implementadas na TII, não para facilitar o acesso das crianças indígenas, senão para ampliar o quadro de funções remuneradas de sua estrutura, visando atender pessoas de confiança. Quanto ao ensino, nada de avanços. Inexistia a preocupação em promover a conexão dos saberes tradicionais com a realidade mais ampla que envolvia os indígenas. O material didático era o mesmo utilizado por outras escolas da região, demonstrando que o objetivo último das iniciativas governamentais ainda era torná-los dependentes da estrutura organizacional dominante, ao invés de qualificá-los para se auto-gerenciarem naquilo que achassem conveniente para si e para seu grupo. (Santos, 1973:278).

A pressão exercida pelo órgão oficial, Igrejas, escolas e "regionais", para que os indígenas realmente fossem incorporados ao sistema capitalista vigente e "assimilassem" os valores da sociedade nacional, era grande. Partindo do princípio de que a cultura está constantemente em reelaboração (Tamagno, 1991), podemos dizer que, até certo ponto, os indígenas haviam incorporado alguns traços dos "regionais", numa tentativa de se comportar à maneira dos "brancos". Assim, o grupo foi estabelecendo para si e para os "outros" as bases da inovação de seus princípios organizatórios tradicionais, percebidos através da incorporação da "residência neolocal, do compadrio, da terminologia de parentesco dos vizinhos brancos e outros". (Santos, 1973: 222). Mas, a distinção étnica definitivamente persistia<sup>50</sup>.

Os meios de produção e consumo dos indígenas no início da década de 70, eram semelhantes aos dos regionais. Cada família produzia e consumia isoladamente, refletindo nas "razões práticas" (Sahlins, 1979) de adoção de crianças<sup>51</sup> por casais mais idosos, para garantir assistência nos momentos de velhice mais acentuada. Muitos ainda trabalhavam em palmitais alheios, distantes de suas terras; outros encontravam-se engajados numa e noutra oportunidade oferecida pelo chefe de posto; outros, ainda, permaneciam em suas terras a



Filhos adotivos representam o arrimo na velhice.

<sup>50</sup> Esta idéia, contudo, não permeia o pensamento veiculado pela imprensa nos dias de hoje, onde é possível ler, em artigos de jornais da região, notícias do tipo: "Xoclengues do Alto Vale perdem sua identidade", junto da qual aparece, para legitimar tal discurso, a imagem de um membro do grupo construindo sua casa a maneira dos "brancos". (Jornal A Notícia, 18.04.99).

<sup>51</sup> Segundo Henry (1941: 31), não há idéia de que quando as crianças crescessem elas se tornassem protetoras e provedoras de seus pais, mas é verdade também, que seus pais pudessem depender de alguma ajuda de seus filhos, particularmente antes do casamento. (Trad. por KNRH).

comercializar madeira e sassafrás, sem intermediação da FUNAI. (Santos, 1973: 268).

Neste interim, vários jovens indígenas sem a oportunidade e motivação para engajar-se nas funções burocráticas da FUNAI, ou mesmo naquelas empreendidas autonomamente por alguns índios, dirigiram-se para Blumenau, bem como para outros centros locais, com a expectativa de conseguir trabalho, estudo e parceiro casadouro<sup>52</sup>. No que se refere aos indígenas em Blumenau, o fato de estarem no meio urbano tornaria mais fácil obter acesso às condições que melhor respondiam à realidade objetiva que estavam a vivenciar.

### 1.3 A Barragem Norte e a Resistência Indígena

O contexto histórico-político das décadas de 60 e 70 foram bastante específicos. Nesta época, ocorreu o incremento da implantação de "projetos de desenvolvimento" no Brasil. Anos posteriores ao golpe militar de 1964, o país implementou uma série de novas diretrizes que priorizavam o desenvolvimento econômico, as quais transformaram sua economia. Para tanto, o governo tomou grandes empréstimos de bancos privados estrangeiros, objetivando a integração econômica de regiões atrasadas e subdesenvolvidas. Assim, obras faraônicas foram implementadas, visando alcançar estas pretensões (Davis, 1978) e, dentre elas o complexo de contenção de cheias, do qual faz parte a Barragem Norte, construída nas proximidades da TII.

Os "projetos de desenvolvimento" implantados no país eram apresentados, nos discursos oficiais, como "produtores de progresso para todos os segmentos de classes sociais, ou grupos étnicos que envolviam ou afetavam". (Ribeiro, 1987:5). Entretanto, a literatura antropológica sobre a avaliação dos impactos sociais<sup>53</sup> indica que as populações diretamente afetadas por tais obras não foram igualmente beneficiadas por esses empreendimentos. Os canais de comunicação encontravam-se fechados, acarretando o desconhecimento, por parte das populações que seriam afetadas, no que se refere às alterações que em breve iriam ocorrer em seus territórios e conseqüentemente em suas vidas.

Além disso, os detentores do poder não se achavam compelidos em avaliar as várias opções para executar os projetos, a fim de encontrar a melhor alternativa de

<sup>52</sup> Santos (1973: 240) observou a migração de indígenas para centros urbanos e as dificuldades para ingressarem, nestes locais, no mercado de trabalho de maneira satisfatória, tendo em vista sua desqualificação profissional e baixo nível de escolaridade, acarretando o retorno de muitos para a TII.

<sup>53</sup> Ver, principalmente, Scudder (1973), Werner *et al.* (1987), Santos (1992), Helm e Reis *et al.* (1993).

ocupavam. Eles foram obrigados a deslocar-se para outros lugares, deixando a TII, em 1992, para acomodar-se num local definitivo, atendidos pelo Projeto de Reassentamentos da Comunidade Cafuza do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na localidade de rio Laeiz, em José Boiteux. (Martins, 1995).

Com o passar do tempo, as pressões sobre os recursos naturais da área se multiplicaram, sendo retiradas espécies de grande valor comercial a um ritmo descontrolado, sem qualquer oposição do organismo indigenista, no caso representado pelos funcionários do posto, que chegaram até mesmo a envolver-se no comércio ilegal de madeira. (Müller, 1985:36). Muitos índios Xokleng e Kaingang que residiam, na época, em Blumenau e em outras cidades da região, retomaram para usufruir das possibilidades de comercialização dos recursos florestais. Em alguns casos, houve a solicitação dos parentes dos migrantes na TII, geralmente aliados a alguma facção à frente das explorações, para que estes contribuíssem na demanda da extração de madeira.

A reorganização política interna do grupo após a construção da Barragem, foi outro fator que veio acentuar o faccionalismo. A partir da formação de uma nova aldeia, denominada Bugio, houve a necessidade de eleger uma outra liderança para cuidar dos assuntos relacionados àquele grupo. O que aconteceu, com o tempo, foi a competição, entre essas lideranças, pelos benefícios da FUNAI, tais como o pagamento de agentes de saúde, construção de casas, escolas, enfermaria etc. Os interesses coletivos do grupo mais amplo deixaram de ser resguardados, passando-se a beneficiar somente os membros pertencentes ao grupo de cada aldeia ou facção.

Posteriormente, as duas lideranças existentes decidiram eleger uma liderança para cada aldeia. Atualmente, a organização política do grupo se configura da seguinte forma: um Cacique-Presidente, responsável pelos assuntos de toda TII, e outros cinco Cacicques-Governadores ou Regionais e seu grupo de lideranças, para cada uma das cinco aldeias denominadas: Sede, Bugio, Figueira, Toldo e Palmeirinha. O mandato destas lideranças vigora, no máximo, até quatro anos, podendo ser destituídas do poder, se houver descontentamento, ou ser reeleitas caso a administração seja aprovada.

Outros problemas, sequer pensados, dessa implantação afetavam a população, em decorrência da ampla "rede" de relações interétnicas estabelecidas com a chegada do empreendimento. O canteiro de obras da barragem, passível de

ser comparado a "uma pequena cidade"<sup>60</sup>, foi instalado na localidade de Barra Dollmann, divisa com a TII, para abrigar um contingente significativo de operários incumbidos de implantar o empreendimento e toda a infra-estrutura básica necessária para garantir sua permanência no local. A abertura de estradas pela empresa construtora da obra facilitou a circulação de caminhões de madeireiros que efetivaram a retirada dos recursos florestais, proporcionando, por sua vez, a prostituição da mulher índia; os casamentos interétnicos e a proliferação de doenças no interior da TII.

De acordo com os modelos de sexualidade adotados pelos Xokleng, a monogamia sempre foi a base para o estabelecimento de outras formas de relacionamento<sup>61</sup>. Os novos padrões econômicos decorrentes da atividade madeireira e do repasse de parcela das indenizações estenderam as possibilidades de relacionamento nas casas de prostituição de centros urbanos próximos e mesmo no próprio vilarejo dos operários. (Langdon & Rojas, 1991:77).

Diante destas interações, constatam-se novas situações de mudança social, que interferem na saúde de toda a população da TII. A origem de várias doenças sexualmente transmissíveis, dentre elas a Síndrome da Imuno-Deficiência Adquirida (HIV/AIDS), confirmada, em 1988, envolvendo um índio Xokleng (*Idem*, 85), demonstram a perversidade das transformações ocorridas e os desdobramentos ocasionados em função de um "projeto de desenvolvimento" mal dimensionado.

Ocorreram também sérios desentendimentos entre índios, colonos e empreiteiros nos estabelecimentos comerciais próximos à Barragem, onde a venda de bebidas alcoólicas era abundante. Sobre as perturbações, ainda que invisíveis, mas nem por isto menos impactantes, foram identificados, entre os indígenas da TII, um dos níveis de *stress* mais elevados do mundo, diante das experiências desagregadoras resultantes da construção da Barragem<sup>62</sup>.

No que se refere às posturas adotadas pelos "produtores de externalidades"<sup>63</sup>, neste caso o DNOS e a FUNAI, vê-se que a FUNAI cedeu parte do território indígena ao

<sup>60</sup> Este termo foi utilizado por Goulart & Fraga (2000:89) para designar o canteiro de obras da barragem. Foram implementados, no local: uma escola, onde estudavam também os indígenas, um consultório médico e odontológico, uma farmácia, um clube social, um hotel, uma quadra de esportes e um supermercado. Segundo entrevista concedida aos autores por uma ex-funcionária deste último estabelecimento comercial, os produtos eram comercializados por um valor mais elevado aos indígenas, prática adotada comumente por comerciantes da região (*Idem*:91).

<sup>61</sup> Ver, principalmente, Henry (1941) e Santos (1973).

<sup>62</sup> Este estudo foi realizado por Werner (1987), estabelecendo comparações com dados pertinentes a outras realidades similares, em nível mundial, relacionando algumas medidas de *stress*.

<sup>63</sup> Uma "externalidade" ocorre sempre que as transações entre duas partes causarem um benefício ou um custo a uma terceira parte, sendo que esse benefício ou esse custo não seja levado em conta nos entendimentos entre as duas primeiras partes. (Portney, 1982:5 *apud* Drumond, 1995:2).

DNOS, órgão incumbido pela implantação da Barragem, sem que as devidas indenizações, relativas as terras a serem inundadas, fossem previstas, de imediato, ao grupo, às benfeitorias construídas ou aos recursos ali existentes. Além disso, o Estado e a FUNAI não envolveram os indígenas afetados pela obra na participação das etapas de definição, execução e avaliação das ações a serem realizadas em seu território.

Em contrapartida, os indígenas se mobilizaram em diferentes momentos para fazer valer seus direitos. Foi preciso muita pressão, por parte das lideranças indígenas aliadas às universidades, organizações não-governamentais (ONG's) e assessores jurídicos, para assegurar a indenização das terras ocupadas pela Barragem. Os indígenas obtiveram, como resultado destas providências, a celebração de um convênio entre a FUNAI e o DNOS (Namem,1994:80), que previa indenizar o grupo indígena desapropriado da área às margens do rio Hercílio, através do repasse de recursos financeiros. Mas, os benefícios desse acordo nunca chegaram a ser desfrutados em sua totalidade, gerando não poucos conflitos entre as várias facções da Til, sobre a distribuição da parcela disponibilizada ao grupo, pois ocorreu o privilegiamento de famílias ou facções, em detrimento de outras.

Tendo em vista a morosidade com que foram tomadas, pelo DNOS e pela FUNAI, outras medidas relativas às indenizações e ao seu não cumprimento nos prazos devidos, tomara-se cada vez mais explícito que os custos sociais obtiveram a atenção necessária por parte dos organismos governamentais. Os indígenas, em contrapartida, redefiniram o processo de demandas estabelecidas, a partir de seu deslocamento para o alto dos morros, formando um grupo de pressão. A reatualização de suas experiências prévias foi ganhando representatividade no grupo. Assim, as reivindicações dos interesses indígenas fundamentaram-se progressivamente no que Bartolomé e Barabas (1997) denominaram por "movimento etnopolítico"<sup>64</sup>.

Este "movimento" pode ser considerado como um "momento de efervescência"<sup>65</sup> na história do contato desse povo com a sociedade envolvente. Diante da situação de descontentamento generalizado, reúne-se, aos poucos, todo grupo, apesar do faccionalismo exacerbado no conflitivo contexto interativo criado pela implantação do empreendimento.

---

<sup>64</sup> Por este conceito, Barabas e Bartolomé (1997:55) entendem que a dinâmica política e identitária de um grupo étnico está constantemente em atualização. O processo político de reivindicações de uma determinada etnia se mantém mesmo depois de serem concretizadas suas demandas. Por esta razão, alertam para não equipararmos um grupo étnico a um grupo de interesses.

<sup>65</sup> Antonaz (1996:3) define o termo como um momento privilegiado de visibilidade para o antropólogo perceber as mudanças impostas pela implantação de um "grande projeto", quando se agitam a totalidade da sociedade e suas instituições.

Nesse cenário, os indígenas recriam laços de continuidade com o passado, as diferenças entre as facções são relevadas, as "redes" de solidariedade, reafirmadas, e as identidades, reforçadas. Organizados politicamente e decididos em suas reivindicações, ocuparam o canteiro de obras da Barragem, quando este estava sendo desativado em função da extinção do DNOS, com o objetivo de lá permanecerem acampados até serem retomados os acordos previstos.

Neste sentido, a relação entre os indígenas, seus "interlocutores" (igrejas, Prefeituras, universidades) e os responsáveis pelo empreendimento (FUNAI e DNOS) ganha visibilidade. Várias tentativas de acordo se sucederam nesse momento por parte da FUNAI e do DNOS, agora articulados com o governo do estado (Henriques, 1996:49-55). Afinal, a saída dos indígenas do local seria crucial para a conclusão da obra. Durante um ano e meio de permanência, sob precárias condições no canteiro de obras, não foram poucas as pressões exercidas pelos representantes dos órgãos governamentais, para que os indígenas deixassem o local. O grupo obteve apoio de vários mediadores para continuar reivindicando, dentre outros da Equipe Ecumênica<sup>66</sup>, das Prefeituras de José Boiteux e Vítor Meirelles e das universidades.

A organização eficaz do grupo indígena deu origem, em 1992, ao "Protocolo de Intenções", documento no qual as partes envolvidas, Secretaria Desenvolvimento Regional (SDR, em substituição ao DNOS), FUNAI e governo do estado, reconhecem a legalidade e legitimidade das reivindicações indígenas, assumindo suas responsabilidades. Efetivamente, as novas formas de indenização consistiriam em Ações Emergenciais, Obras de Engenharia e no Programa Ibirama.

Em suma, essa ampla variedade de efeitos reportados ao deslocamento compulsório dos indígenas cedeu lugar ao depauperamento da TII, bem como ao desgaste psico-social da população afetada. Estas perturbações e outras já referidas, não estão diretamente ligadas à construção da obra, mas são decorrentes da interdependência entre os agentes envolvidos na "concatenação de eventos" (Bartolomé, 1983:19) suscitados a partir da realocação da população, suas interações e reações após a chegada do empreendimento. Assim, estes efeitos devem ser compreendidos como "perturbações laterais" da Barragem Norte, sendo estas um dos fatores preponderantes da migração dos indígenas para Blumenau a

---

<sup>66</sup> A equipe ecumênica era constituída por representantes do CIMI e do COMIN. A partir da invasão do canteiro a equipe passou a atuar mais intensamente no processo, apoiando as reivindicações indígenas. Seu apoio se concretizou no fornecimento de informações sobre o desdobramento e o avanço nas negociações; na busca de assessoria jurídica e no acompanhamento de lideranças nas reuniões com órgãos envolvidos; na articulação de entidades de apoio e finalmente na realização de campanhas de apoio, e de arrecadação de agasalhos e alimentos para os indígenas acampados. (Henriques, 1996:47).

partir dos anos 80. No decorrer do trabalho, mostramos que a recorrência dessas "perturbações" no meio urbano ainda puderam ser sentidas.

## **1.4 Reivindicações Indígenas e os (Des)encontros Institucionais**

Diante dos resultados, aparentemente positivos, do "movimento etnopolítico", levado a termo pelos indígenas, iniciam-se as discussões e os impasses em torno da definição dos critérios de distribuição dos recursos financeiros negociados com a SDR. O faccionalismo vem a tona e praticamente dissolve a união que caracterizara o "movimento". A indenização individual a cada família evidentemente não oportunizou a adequação dos recursos de forma permanente.

No tocante aos desdobramentos deste acordo, somente em 1993 e 1994, algumas obras previstas foram concretizadas. Desde então, foram implementadas as mais variadas formas de pressão, além dos limites da TII, para fazer valer os direitos do grupo e lembrar as obrigações estabelecidas entre as partes envolvidas, sem se obter contudo, respostas satisfatórias. O clima de insatisfação na TII era geral e estava quase chegando ao extremo. Diante disso, um grupo indígena resolveu acampar às margens da represa, mais uma vez em início de 1997, até que fatos concretos beneficiassem a população de um modo geral. A esta altura dos acontecimentos, ainda aguardavam a construção de 188 casas de alvenaria, uma escola, uma igreja e uma casa para o pastor, rede de abastecimento de água e energia elétrica em alguns locais, uma ponte e uma passarela para pedestres e um campo de futebol, além da implementação e melhoria de estradas. Os indígenas esperavam ainda pela implantação do Programa Ibirama, prevendo o reequilíbrio sócio-econômico e cultural da população.

Neste cenário, novos e velhos aliados mobilizaram-se contribuindo com a permanência do "movimento". Formou-se uma comissão de apoio ao grupo constituída por representantes da Procuradoria Geral da República, Secretaria da Justiça, FUNAI, UFSC e FURB. Ocorreram reuniões na Prefeitura de Blumenau e José Boiteux; em Vitor Meireles e no próprio local de reivindicação. Várias famílias acamparam no hall da Assembléia Legislativa; foi deflagrada uma campanha de arrecadação de agasalhos e alimentos para garantir condições mínimas de sobrevivência do grupo no canteiro; foi distribuída a Carta de Esclarecimento e Denúncia e outros encaminhamentos. O movimento cresceu, obtendo adesão de grande parte da população da TII. (Grandi, 1998).

Entre encontros e debates, salvo raras exceções, a maioria das instituições governamentais, quando devidamente representadas, apresentavam como solução, o protelamento das iniciativas. Alegavam, ainda, insuficiência técnica e dificuldades administrativas e financeiras, aumentando, dessa forma, o nível de ansiedade da população.

Para citar exemplos do descompasso entre os "interlocutores" e os indígenas, de um lado, e instituições, de outro, cabe retomar uma das reuniões realizadas em Vitor Meireles, em junho de 1997. O evento foi marcado pela Secretaria da Justiça, inicialmente, na Prefeitura de José Boiteux, sendo transferido, posteriormente, para um salão paroquial em Vitor Meireles, sem que fosse comunicada a mudança às lideranças indígenas ou mesmo à FUNAI. Em Vitor Meireles, tiveram início os trabalhos, sem a participação da FUNAI, de parcela das lideranças indígenas, das entidades de apoio, como a Comissão Vida Yanomami (CVY), o CIMI, o COMIN e a Igreja Católica, e de um antropólogo vinculado à UFSC. Esta divisão trouxe, como conseqüências: o favorecimento dos interesses da liderança presente, diga-se, uma facção representativa do poder político interno da área; a indefinição das prioridades a serem elencadas como forma de indenização, tendo em vista os diversos interesses e necessidades dos liderados pelas facções internamente organizadas; e a desastrosa repercussão desta situação entre os indígenas. Poucos dias depois, o grupo que estava em José Boiteux enviou um fax ao Governador do Estado de Santa Catarina, manifestando sua indignação, pelo fato de não ter participado da reunião, e demonstrando seu descrédito nas ações do governo. Fica claro, portanto, neste caso, a desarticulação entre os órgãos envolvidos e as perturbações sociais para os indígenas, inseridos neste jogo político de disputas partidárias entre as prefeituras locais.

No que se refere às indenizações, ainda em 1997, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família (SDF) foi incumbida de coordenar a implementação das obras de engenharia na TI. Dentre as 188 casas que deveriam ser construídas, 132 residências estão prontas, das quais 64, ou seja, menos da metade, são modelo A.<sup>67</sup> Os conflitos em torno da definição dos locais onde seriam construídas e das famílias para as quais seriam distribuídas estas casas, ainda que insuficientes

<sup>67</sup> De acordo com o estabelecido no contrato firmado entre a SDF e a Empresa CCP Construções Civis Ltda., as edificações foram subdivididas em Chalé modelo A (90,39m<sup>2</sup>); Chalé modelo B (90,32m<sup>2</sup>) e Chalé de madeira (90,32m<sup>2</sup>). A área total em metros quadrados construídos seria de 12.829,92. Comparando-se estes dados com as obras de engenharia, em particular, no que se refere à construção de casas, previstas no Protocolo de Intenções, percebe-se uma discrepância entre os dois documentos. No Protocolo de Intenções firmado em 1992, estava previsto a edificação de 188 casas de alvenaria sendo que 68 com 110m<sup>2</sup> e 120 com 70 m<sup>2</sup>, somando uma área total de 15.880m<sup>2</sup>. Ver CIMI (2000).

para acomodar a todos, não foram poucos e, ainda hoje, permanecem. Também houve divergências quanto aos materiais de construção que estavam sendo utilizados e o estabelecimento de tensas relações com os engenheiros da Secretaria.<sup>68</sup>

Quanto à situação fundiária, o problema é mais grave. A partir de incessantes reivindicações indígenas, com apoio de "interlocutores" locais, para que a FUNAI procedesse estudos de identificação e extensão da TII nas regiões de Bom sucesso, rio Wiegand e rio Engano, áreas de ocupação tradicional Xokleng, formou-se, em 1997, um Grupo de Trabalho<sup>69</sup> no âmbito da FUNAI do Rio Grande do Sul. Efetivados os estudos, a FUNAI reconheceu a identificação da TII com superfície e perímetros aprovados de 37.108 ha e 109 Km, em Dr. Pedrinho, Itaiópolis, José Boiteux e Vítor Meireles. Em novembro de 1999, foi publicada, em Diário Oficial da União, através do processo FUNAI/BSB/2152/95, aprovação dos estudos.

O reconhecimento desta área, contudo, não autorizava sua ocupação pelos indígenas antes de ser concluída a redemarcação, registrada em cartório e no Departamento de Patrimônio da União.<sup>70</sup> Foi deflagrado, em 1998, um movimento de ocupação do local pelos indígenas sem poucos conflitos com colonos, madeireiros e Prefeituras. Os indígenas da TII entendem como suas as áreas de reflorestamento, onde cinco madeiras exploram *Pinus elliotis*. Os madeireiros, por sua vez, possuem escrituras das terras reivindicadas pelos Xokleng, além de autorização da Fundação de Amparo Tecnológico ao Meio Ambiente (FATMA) para o corte das madeiras.<sup>71</sup> O confronto pela terra já chegou ao extremo em vários momentos, sem que os indígenas abandonassem a área. Ao contrário, o movimento cresce, contando, inclusive, com a participação de indígenas residentes em Blumenau e, provavelmente, de migrantes indígenas de outras cidades.

Apesar de várias contestações apresentadas pelos advogados das Prefeituras dos municípios onde a TII está localizada, pelos colonos e pelos madeireiros, a FUNAI mantém a decisão de ampliar a área dos indígenas.<sup>72</sup> A Procuradoria da República está acompanhando o caso e reitera o direito originário dos indígenas sobre as terras, anterior à criação de unidades de conservação e à ocupação por colonos. Neste contexto, torna-se claro a deflagração do movimento indígena como forma de obter uma saída financeira, enquanto suas indenizações continuam proteladas.

<sup>68</sup> Na ocasião de uma visita na SDF, em 15.05.2000, ouvimos, de um funcionário daquela repartição, que "lidar com o índio não é fácil, seria bom para o Brasil que desaparecessem".

<sup>69</sup> Portaria nº 923/PRES de 02.08.97, sob a coordenação de Walmir da Silva Pereira.

<sup>70</sup> Sobre os trâmites desse processo, ver *Jornal Porantim: Em Defesa da Causa Indígena*. Ano XXI, nº 221, Brasília (DF), Dez, 1999:13.

<sup>71</sup> *Jornal Santa Catarina*, 05.11.97.

<sup>72</sup> *Jornal A Notícia* 16.05.2000.

Outros projetos e atuações na TII estão em andamento ou já foram interrompidos, evidenciando, na maioria das vezes, a falta de preparo e o descomprometimento dos profissionais para o encaminhamento de soluções. Os trabalhos que produziram efeitos satisfatórios conseguiram adequar suas possibilidades de desempenho às reais necessidades dos indígenas, respeitando suas especificidades sócio-culturais e incluindo-os num processo participativo para que alcancem o pleno exercício da cidadania.

Na área da saúde, a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA, antes FNS) é responsável pela assistência à saúde na região Sul, dispondo de um quadro mínimo de funcionários para atender complexas situações<sup>73</sup>. Não é preciso caracterizar o tipo de atendimento que os indígenas recebem nestes locais. O descontentamento das lideranças em relação às ações é a tônica.

Quanto aos projetos de viabilidade sócio-econômica, para os Xokleng na TII, destaca-se o projeto de produção do mel, iniciado em 1998 pela Empresa de Pesquisa Agropecuária Difusão Tecnológica de Santa Catarina (EPAGRI), em convênio com a Secretaria da Agricultura. Foram implantadas 4 "Casas do Mel" e um entreposto para comercialização do produto. Os resultados, entretanto, poderiam ser melhores. Segundo informações do CIMI,<sup>74</sup> o técnico da EPAGRI de José Boiteux não soube gerenciar os recursos, havendo a necessidade de devolução de verbas ao órgão financiador.<sup>75</sup> Outras medidas oriundas dessa Secretaria intentam "fazer do índio um agricultor". O sistema de investimento agrícola do estado é o mesmo para agricultores e para indígenas, ou seja, o sistema troca-troca. A lógica de inserção da população indígena no sistema produtivo aparece aqui por inteiro, desconsiderando a diferenciação cultural e a situação específica vivenciada por estas populações em suas terras.

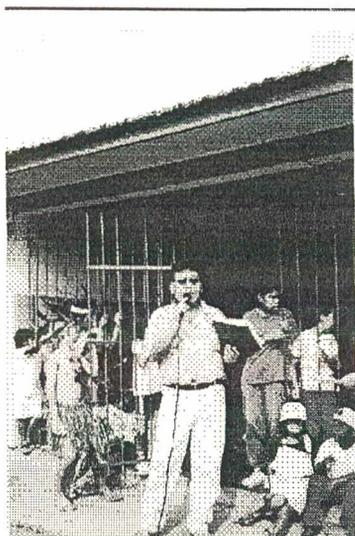
---

<sup>73</sup> Dados obtidos na reunião promovida pela Secretaria da Justiça, no auditório da FATMA, em 15.09.1999.

<sup>74</sup> Informações obtidas em 02.02.2000, a partir de entrevistas com Beatriz C. Maestri, integrante do CIMI.

<sup>75</sup> Os indígenas da TII e de outras regiões do estado, fizeram uma série de reivindicações solicitando sementes de milho em meados de 1999. Estas sementes chegaram em uma casa agrícola para os Xokleng em Ibirama, mas não foram de lá retiradas pela FUNAI, alegando falta de transporte para as mesmas. O repasse das sementes finalmente aconteceu no fim do ano.

As iniciativas relacionadas à educação, (Fraga & Goulart, 2000:138-145) nos últimos anos, representaram conquistas significativas para o grupo diante do contexto de luta explicitado. Em 1996, foi criado o Núcleo de Educação Indígena (NEI), vinculado à Secretaria do Estado de Educação e do Desporto (SED), com o objetivo de implantar uma educação bilíngüe, específica e diferenciada nas escolas indígenas. O reflexo destas mudanças atingiu a capacitação de professores indígenas



Solenidade na TII de lançamento do livro de histórias na língua nativa, organizado por Namblá Gakran em parceria com a SED e o COMIN.

para o ensino fundamental nas escolas; currículos adequados a cosmovisão e ao modo de ser do grupo; alunos motivados e interessados pelo estudo; instituição de uma liderança para tratar de assuntos relativos à educação, quando houver necessidade; estabelecimento de metas para valorização dos alunos-indígenas, como forma de recuperação da auto-estima e reafirmação da identidade étnica positiva; edição de livros de história na língua materna e de outras histórias infantis ilustradas, como por exemplo: "*Vānhkala Jó Kabel*" (Ciri et al., 1999), "*Ag Ve Te Kágel Mu: Nosso Idioma Reviveu*" (Gakran, 1999), "*A Grande Caçada*" (Ngamun et al., 1999), "*Van Zi Tō Ebé Ki Aklég Ne Vā*" (Ndilli et al., 1999).

No âmbito da FURB, surgiu, em 1995, a CVY, ONG formada por um grupo interdisciplinar. Dentre os objetivos da Comissão, havia o interesse de investigação sobre a realidade da população Xokleng residente em Blumenau<sup>76</sup>. O projeto de Artes em Sala de Aula ministrado pela Prof<sup>a</sup>. Rosa E. L. Hernández foi delineado, em final de 1996, no contato com a Comissão. Sua execução teve início em 1997, contando com recursos provenientes do Sistema Nacional de Empregos (SINE), via FURB, da Prefeitura Municipal de Blumenau e da Livraria Blumenauense. O objetivo principal deste trabalho é reativar atividades artesanais, visando a comercialização dos produtos como alternativa de sobrevivência aos alunos-indígenas. Hoje em dia, as aulas acontecem mensalmente na TII, com recursos da

<sup>76</sup> Os primeiros dados acerca das condições de sobrevivência dos Xokleng "cidadinos" foram levantados por estudantes da FURB ligados a CVY em 1996. No entanto, a intenção de pesquisa não foi levada adiante e a Comissão acabou sendo extinta. Mas, alguns de seus projetos, outrora delineados, material bibliográfico, registro fotográfico etc estão arquivados no Instituto de Pesquisa Social (IPS) da FURB.

FURB. A Prefeitura não cede mais o transporte, e o material utilizado origina-se das sobras deixadas pelos alunos da FURB ou da doação dos oleiros.<sup>77</sup>

Uma das integrantes dessa extinta Comissão, ex-professora da FURB, conseguiu financiamento junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no 2º semestre de 1999, para executar um Projeto de Capacitação Profissional dos indígenas em diversas áreas, tais como ecoturismo, computação, instalação e manejo de viveiros florestais, hortaliças sem agrotóxicos, plantio de florestas, piscicultura, artesanato e outros. A proposta foi pouco discutida com profissionais que já possuem experiência de trabalho com o grupo. Não estava claro neste projeto, por exemplo, quem forneceria os equipamentos e ferramentas de trabalho após o término dos cursos, o que indica o direcionamento da qualificação dos indígenas ao mercado de trabalho fora da TII, ao invés de serem capacitados para gerenciar seu próprio território, conforme o interesse por eles manifestado.<sup>78</sup> Cabe ressaltar a falta de participação da FUNAI neste projeto, deixando clara sua incompetência para buscar recursos onde estes se encontram disponíveis.

A coordenação e o encaminhamento das demandas envolvendo as populações indígenas no Estado está, em parte, sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania desde 1996. Os índios Xokleng, Kaingang e Guarani vêm tentando articular suas reivindicações junto ao órgão através de sua participação em diversas reuniões, encontros e debates. Neste diálogo, eles obtiveram poucos avanços em termos concretos. As ações dos órgãos do estado são desarticuladas, falta um grupo de discussões com experiência permanente, pouco se conhece sobre a cultura e essas populações. Enquanto isso, a situação de miséria vivenciada pelas populações indígenas se agrava e torna-se fato. Os entraves burocráticos para executar as ações de governo acabam mostrando o longo tempo e a complexidade para serem definidas políticas públicas que selem compromissos com as minorias étnicas.

Mas, embora lento e conflituoso, o processo logrou consolidar alguns espaços concretos para a comunicação entre órgãos públicos, "interlocutores" e indígenas. A organização do "I Fórum de Debates das Questões Indígenas de Santa Catarina"

<sup>77</sup> Há uma discussão interna na TII, por parte de alguns membros do grupo, a respeito desse projeto. A crítica repousa no fato de que os indígenas não estariam recebendo o retorno esperado.

<sup>78</sup> O cronograma estipulado não foi cumprido. O projeto foi interrompido durante meses sem que os indígenas estivessem informados sobre as razões da falta de continuidade dos cursos previstos. Tendo em vista a necessidade de serem destinados os recursos do FAT aos seus respectivos fins, o projeto foi novamente retomado, com a participação de Namblá Gakrân, estudante da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) em Itajaí. Através de suas articulações com outros estudantes indígenas da FURB, foram estendidas as possibilidades para os indígenas "cidadãos" também participarem dos cursos. No entanto, não houve preocupação em divulgá-las.

realizado em abril de 1999, tentou encaminhar a criação de um conselho, onde fossem delineados os termos de uma política pública voltada para os grupos indígenas. Em março deste ano, um mês antes da comemoração oficial dos 500 anos do descobrimento do Brasil,<sup>79</sup> o Governador do Estado, Esperidião Amin Helou Filho, criou o "Conselho Estadual dos Povos Indígenas", constituído por seis representantes governamentais, seis conselheiros de ONG's e doze lideranças indígenas das três etnias do estado.



O líder Aniel Priprá lembra o governo do Estado o Protocolo de Intenções de 1992.

Em finais do mês de abril, foi realizado, no plenarinho da Assembléia Legislativa da Capital do Estado, o "II Fórum de Debates das Questões Indígenas de Santa Catarina". Ficou evidente, neste momento, que os avanços foram poucos, as demandas em torno de terra, educação e saúde persistiam. Na oportunidade, o índio Xokleng Aniel Priprá, representante das lideranças indígenas do Estado no Conselho, e outras lideranças do grupo Xokleng reiteraram antigas e atuais reivindicações, mostrando como percebem as perturbações causadas pela Barragem Norte na TII e as interferências desses impactos em suas vidas.

Nas suas palavras:



'Interlocutores' favorecem a identidade indígena, enquanto o governo protela suas ações.

eu quero dizer que pro meu povo, nós hoje, existe uma barragem que nos causou prejuízo tão grande, tanto na parte econômica, tanto na parte ambientais, tanto na parte culturais [...] faltam 56 casas para concluir o Protocolo de Intenções, falta estrada que o próprio governo do estado faltou concluir, falta ainda a escola de 200m<sup>2</sup> na aldeia Toldo que está no Protocolo de Intenções, falta ainda a Igreja, duas Igrejas, de 80m<sup>2</sup> e 120m<sup>2</sup>, falta ainda o campo de futebol, que é a parte ainda do governo do Estado para concluir (Aniel Priprá, ex-cacique geral da TII).

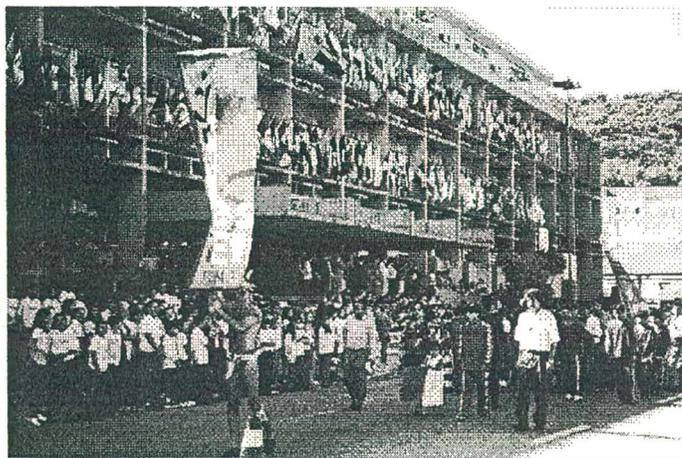
Tem várias aldeias, com líder diferente, antes nós tínhamos um só cacique, hoje temos cinco dentro da área e é uma área só. O que causou isso tudo? Nós entendemos que foi uma barragem que foi construída ali, na proximidade da área e dividiu o povo, espalhou o povo de um lado para outro, não puderam mais estar junto, o Xokleng é uma tradição assim que eles costumam viver tudo

<sup>79</sup> Paralelo a comemoração oficial dos 500 anos, houve um movimento simbólico de retomada do Brasil, denominado "Marcha Indígena 2000", traçando o movimento inverso ao da invasão européia. Caravanas partiram dos quatro cantos do país rumo ao litoral baiano, onde iniciou-se, em 1500, toda a história de violência e colonização. Este movimento foi organizado pelo comitê dos 500 anos, ligado ao CIMI.

junto, comer junto e participar junto de todas as coisas, mas por esse esparramo que houve, a população ficou dividida administrativamente, na sua crença e perdendo todos os seus costumes, suas tradições, são os prejuízos que nós achamos que tudo isso deve haver uma correção (Edú Priprá, cacique-regional da aldeia Bugio).<sup>80</sup>

No dia posterior ao II Fórum, os indígenas foram convocados a participar da "Festa das Etnias", promovida pela Secretaria da Justiça. Semelhante aos desfiles próprios das atividades cívicas realizadas nas proximidades da TII, eles foram devidamente organizados em filas, os mais "submissos", inclusive, uniformizados, e levados a se apresentar pela avenida em frente ao Palácio do Governo, liderados por um "índio hiper real" (Ramos, 1994), trazido de uma academia de dança, bem conceituada, da cidade. Este personagem seguia à frente, a rigor, vestido de "índio", manifestando uma intenção declarada de reproduzir a idealização que, em torno deste, é feita pela mídia desinformada.

Muitos indígenas da TII não aderiram ao desfile, manifestando sua resistência ao jogo político que ali estava armado. Esta postura revela por inteiro uma consciência política crítica em relação ao modelo racionalista e tecnicista da burocracia estatal, que os situa numa posição inferior na estrutura social brasileira. Neste sentido, rejeitaram dar eco ao exercício camuflado da dominação dos valores e representações da sociedade envolvente, estrategicamente articulados para demarcar o "espaço social" destinado aos grupos nesta "arena"<sup>81</sup> interétnica.



Apresentação dos "Índios" do Estado de SC na Festa das Etnias.

<sup>80</sup> Transcrição realizada por Ana Lúcia Vulfe Nötzold, gentilmente cedida à pesquisadora para ser incorporada a este trabalho.

<sup>81</sup> O conceito de "arena" provém da tradição de estudos da antropologia política. Ver, por exemplo, Oliveira Filho (1988:50).

# *A Migração Indígena para Blumenau*



## Capítulo 2 - A Migração Indígena para Blumenau

**N**o capítulo precedente, vimos que as mudanças a partir do contato foram extremamente prejudiciais à manutenção das especificidades sócio-culturais do grupo indígena Xokleng, enquanto entidade autônoma. A submissão aos interesses da sociedade envolvente e a ideologia da integração dos indígenas à comunhão nacional expressaram-se nas mais variadas formas, seja através das práticas genocidas efetivadas contra eles, visando a ocupação de seu território originário, seja pela transmissão de doenças até então desconhecidas, ou, ainda, pelas relações assimétricas estabelecidas no sistema interétnico configurado na TI.

A abordagem das conseqüências nocivas vivenciadas pelo grupo em decorrência da implantação da Barragem Norte, à luz do conceito de "perturbações laterais", contempla o marco de referência geral para a compreensão aprofundada de situações, em parte, ligadas a um destes efeitos: o processo da migração indígena para Blumenau. Neste sentido, o foco deste capítulo recai sobre as características deste meio urbano, sobre o processo migratório indígena e suas adaptações ao novo contexto, sobre a acomodação nos bairros e nas moradias da cidade, e também sobre as formas de inserção no mercado de trabalho.

## 2.1 A Área de Estudo

O município de Blumenau possui uma área total de 488 Km<sup>2</sup>. Configura-se como cidade-pólo industrial têxtil da região do Médio Vale do Itajaí, situado na mesorregião Vale do Itajaí, parte nordeste do Estado de Santa Catarina. (SDM, 1998). De acordo com a divisão político-administrativa, em associações de municípios, Blumenau é a sede da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI).<sup>82</sup>

A cidade desenvolveu-se, inicialmente, em decorrência de atividades agroindustriais, agrícolas e artesanais, exercidas pela população europeia originária da Alemanha, Polônia e Itália. Atualmente, a economia está baseada na indústria têxtil e serviços. Ao lado da estrutura produtiva de fiação, cristal e tecelagem e das fábricas de artefatos têxteis, apresentam-se, em menor proporção micro-empresas de facção, confecção, malharia, metalurgia, informática e serviços, empregando, então uma parcela reduzida da mão-de-obra disponível. Valendo-se das pequenas empresas que vêm surgindo, os grandes e médios investidores estão partindo para a terceirização, formando parcerias em diferentes ramos. (SDM, 1998:276-279). Em 1998, o Produto Interno Bruto (PIB) do município totalizou US\$10.022,00. (Farfan, 1998:5). Estes indicadores representam qualidade de vida à maioria dos blumenauenses.

A população, atualmente estimada em 251.910 habitantes, predomina na área urbana. O município congrega 30 bairros, (SDM, 1998:353) incluindo o distrito de Vila Itoupava.<sup>83</sup> Várias pontes ligam a cidade de uma margem a outra do rio Itajaí-açu. Os principais ribeirões existentes são: Da Velha, Garcia, Fortaleza, Do Texto e Itoupava. O atual prefeito da cidade é Décio Nery de Lima, do Partido dos Trabalhadores (PT), e seu vice, Inacio Mafra, do partido popular socialista (PPS). (Farfan, 1998:4).

Em geral, a cidade é bem estruturada. O sistema viário é constituído principalmente pelas rodovias SC 474, SC 418, SC 413 e Br 470. Há três empresas permissionárias de transporte coletivo urbano, oferecendo 70 linhas de ônibus. O transporte intermunicipal e interestadual conta com 12 empresas e 20 linhas. A maioria da população é atendida por redes de água e de esgotos. O serviço de telecomunicações é bom; a cidade dispõe de agências de correios; estações de rádios; transmissoras de TV; e jornais. Os serviços prestados por agências bancárias são

<sup>82</sup> A AMMVI, foi criada, através da aprovação dos estatutos sociais, pela assembléia geral de 02 de agosto de 1969. Em 1971, foi reconhecida de utilidade pública, através da lei estadual nº 4850. Atualmente, é composta por 13 municípios, além do município-sede, Blumenau. São eles: Brusque, Gaspar, Guabiruba, Botuverá, Pomerode, Indaial, Timbó, Rodeio, Ascurra, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Apiúna e Rio dos Cedros (SDM, 1998:43).

<sup>83</sup> Criado pela Lei estadual nº 941 de 31.12.43.

abundantes. Há uma boa infra-estrutura logística para o visitante, composta por uma rede de hotéis considerável, pousadas e pensões. (Farfan, 1998:5).

Quanto ao lazer, a cidade oferece várias áreas naturais protegidas, além de outras de relevante interesse ecológico. Há também clubes de caça e tiro, bem como clubes recreativos, boates, restaurantes com cozinha diversificada, bares, shopping center, e centros histórico-culturais, a exemplo do Teatro Carlos Gomes e da Fundação de Exposições de Blumenau (PROEB). Um dos principais eventos da cidade, a *Oktoberfest*, acontece no mês de outubro, quando Blumenau recebe seu maior número de turistas. Há, ainda, outras festas: a da semana da Páscoa; a Festa Junina (em junho); o Festival Cultural de Inverno (em julho), além da Semana do Município e da Pátria (em setembro). (SDM, 1998:409-412).

O sistema educativo compreende uma universidade fundacional, FURB e 3 escolas técnicas especializadas: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e Escola Técnica Hermann Hering. No tocante à rede de ensino, há escolas municipais, estaduais e particulares, além de creches municipais e particulares, escolas de Ensino Médio, Centro de Educação para Adultos (CEA) e a Promenor. (Farfan, 1998:4).

O atendimento à saúde é fornecido pelo hospital público Santo Antônio e por 3 hospitais particulares, Santa Isabel, Santa Catarina e Misericórdia, dispondo, a maioria, de profissionais especializados. A parte clínica oferece vários laboratórios de análises, clínicas médicas e farmácias. A longevidade média da população é de 72 anos. (*Idem*, 4).

A organização assistencial de segurança pública, em Blumenau, divide-se nos âmbitos municipal, estadual e federal. As atividades de Segurança Pública são desempenhadas na área da polícia jurídica, cuja responsabilidade baseia-se na instalação de inquéritos policiais e flagrantes que venham a ocorrer no território sob sua jurisdição. O município dispõe de uma Delegacia de Proteção à Mulher e de outras 4 delegacias de polícia, além da sede do 10º Batalhão da Polícia Militar. Existe ainda o 23º Batalhão de Infantaria. (SDM, 1998:371).

A região do município, geológica e morfológicamente, é muito irregular e sensível a ocupação desordenada. A topografia acidentada completa um quadro adverso à urbanização, que, porém, vem acontecendo, principalmente, nos últimos vinte anos, na medida em que a industrialização vai se expandindo nas áreas residenciais e ganhando afluxo constante com a população que chega em Blumenau a procura de trabalho. (*Idem*, 146-151).

A exemplo do que acontece em outras cidades-pólo do estado, bem como em outras partes do país,<sup>84</sup> o fenômeno da migração para o município origina-se basicamente dos problemas enfrentados na zona rural. A inserção destes trabalhadores rurais na organização urbana de Blumenau, assim como a dos indígenas, é frágil, na medida em que não há disponibilidade de empregos a uma parcela da população sem especialização técnica ou profissional.<sup>85</sup>

## 2.2 Caracterização do Processo Migratório

O fluxo migratório dos indígenas teve início nos anos 70, tornando-se mais significativo na década de 90. O quadro abaixo possibilita visualizar este movimento.

1971 a 1980	6 indivíduos
1981 a 1990	9 indivíduos <sup>86</sup>
1991 a 2000	14 indivíduos <sup>87</sup>

Foram esses 29 indígenas que através de descendentes, constituíram o grupo de 86 pessoas identificadas como universo empírico da pesquisa em 1999. Este contingente é formado por 51 indivíduos do sexo feminino e 35 do sexo masculino. Tendo em vista a forte miscigenação na TII a partir do contato, esta população está configurada basicamente por índios Xokleng, "mestiços" Xokleng e Kaingang, além da mestiçagem<sup>88</sup> de uma destas etnias ou das duas com "brancos". Estes últimos totalizavam 19 pessoas, convivendo com os indígenas como cônjuges, casados

<sup>84</sup> Ver, principalmente, Durham (1973), Cardoso (1999).

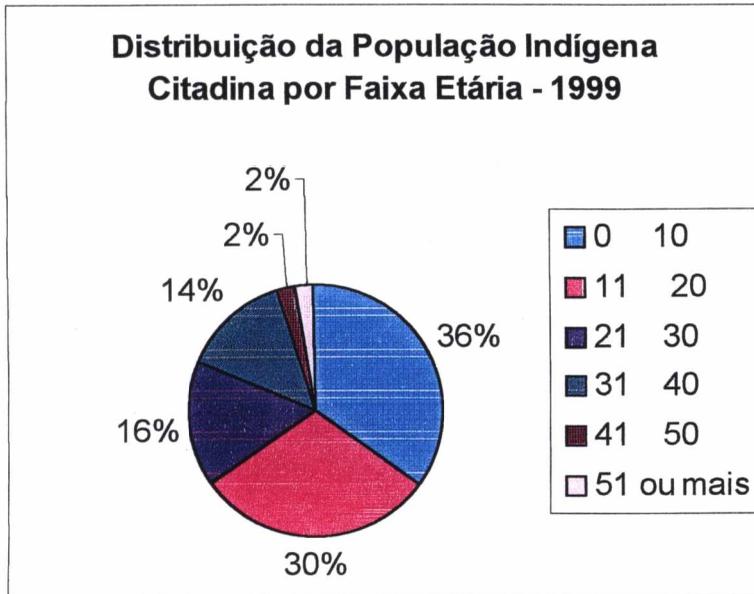
<sup>85</sup> O crescimento demográfico desordenado em Blumenau tem preocupado autoridades. A questão é tratada como "problema social", desvinculada das motivações determinantes das ocupações dos terrenos de periferia, cujos habitantes lutam cotidianamente por acesso a infra-estruturas urbanas. Segundo Benetti & Vainer (1988:5-9), o "problema social", neste caso, trata-se, na verdade, de um "problema político".

<sup>86</sup> Esta migração contempla dois indivíduos e uma composição familiar constituída pela mãe e seus filhos solteiros.

<sup>87</sup> Nesta década, nota-se a migração de 9 moças indígenas solteiras e de uma "família elementar" somando 5 pessoas, um casal e três filhas. Cabe ressaltar que esta população contempla o universo pesquisado, atualmente com suas famílias formadas, o que não significa a totalidade da população indígena "citadina". Há os que se negaram a dar entrevista e outros que apenas ouvimos falar pelo fato de circularem pela cidade. Além disso, muitas famílias indígenas haviam retornado para TII, e outras para lá voltaram no período em que estávamos em campo, antes de chegarmos a conhecê-las.

<sup>88</sup> Sobre esta questão da mestiçagem, Oliveira Filho (1998:52-69) propõe um caminho que propicie seu entendimento adequado. Em estudo sobre os indígenas do nordeste brasileiro, freqüentemente chamados "índios misturados", o autor critica o uso do termo porque "agrega uma série de atributos negativos que os desqualificam e os opõem aos índios 'puros' do passado, idealizados e apresentados como antepassados míticos". Para tanto, sugere trabalhar com processos de circulação de significados, enfatizando a dinâmica da cultura, perspectivas adotadas por autores como Barth (1984) e (1988) e Hannerz (1992) e (1997).

oficialmente ou não. A distribuição da população por faixa etária pode ser verificada no gráfico a seguir:



Nota-se, nesse quadro, o predomínio de indivíduos na faixa etária de 0 a 10 anos e de 11 a 20 anos. Esse contingente está representado, em maioria pelos filhos, nascidos em Blumenau, dos indígenas que migraram nas três últimas décadas; pelos netos dos indígenas que migraram na década de 70; pelos filhos de migrantes da década de 90, nascidos na TII; e por jovens que migraram nos últimos anos, algumas já com filhos.

Aqueles que possuem entre 21 e 30 anos são filhos de indígenas que migraram na década de 70 e jovens que migraram nos anos 80 e 90. Os indígenas com menos de 40 anos constituem a parcela da população "citadina" que migrou nas três últimas décadas em maioria individualmente, mas, também, com sua "família elementar".

Por fim, o segmento populacional com idade acima de 41 anos são mulheres indígenas que saíram da TII ainda jovens e solteiras na década de 70, sendo que apenas uma migrou, na década de 80, com idade mais avançada, acompanhada de seus filhos.

Depreende-se desse contexto a incidência, nas migrações para Blumenau, de pessoas mais jovens, geralmente mulheres, numa faixa etária que varia entre 15 e 35 anos. As explicações possíveis para esse fenômeno, a nosso ver, estariam no fato de que as pessoas com idade mais avançada possuem um vínculo muito maior com o território de origem. Para estas, o território é preche de significações, representa o

lugar onde as redes de comunicação e de trocas promovem a facilidade de acesso às condições sociais que os acolhem. Este aspecto, aliado às condições desfavoráveis à inserção no mercado de trabalho, são alguns indicadores das "forças repulsivas" (Germani, 1978) ativadas no momento da decisão de migrar, embora possam vir a ter motivação.

No tocante aos mais jovens, sejam solteiros ou casados, as condições objetivas do meio urbano oferecem, em regra, os elementos necessários às suas novas aspirações, e, portanto, atrativos à migração. Além disso, encontram-se numa fase propícia à venda de sua força de trabalho e inserção no sistema educacional, sendo ainda ideal para os solteiros o encontro de parceiros casadouros. Quanto ao fato de ocorrer maior número de migrações femininas e não masculinas, observa-se que, para as mulheres, torna-se mais fácil acomodar-se no meio urbano em casas de-família onde podem trabalhar como domésticas. Outro aspecto percebido repousa na maior dificuldade para os jovens do sexo masculino de encontrar uma companheira para unir-se, tendo em vista as dificuldades com moradia e ingresso, de forma satisfatória, no mercado de trabalho, devido a baixa escolaridade.

Num outro sentido, a persistência e a dinâmica do fluxo migratório desta população para Blumenau permite dizer que uma das características desse processo é a sua continuidade e incerteza. A relação dos migrantes indígenas com os grupos de parentesco na TI de origem é muito estreita para tornar a migração algo permanente. Os acontecimentos de caráter político, econômico, social e religioso no interior da TI determinam, em grande parte, as saídas e os retornos dos indígenas. Por esta razão, deve-se considerar que a presença dos migrantes indígenas e, conseqüentemente, a sua configuração demográfica na cidade, é muito instável.

A circulação dos indígenas da TI pela região, em cidades e em outras TI's, em diferentes momentos e por várias razões, sempre ocorreu. Muitos dos que estão hoje em Blumenau adquiriram experiências prévias no meio urbano. Nestes deslocamentos, mantiveram contato com parentes, estabeleceram relações com colonos e com outras pessoas, com as quais tiveram oportunidade de residir, de trabalhar, de casar e ter filhos, de compartilhar momentos de diversão e de estudo, retomando ao local de origem quando necessário ou conveniente.

Neste processo migratório, percebe-se a formação de grupos de parentesco, a partir das migrações de indivíduos ligados pelas "redes" do parentesco, para a mesma cidade, e o aumento da quantidade de indígenas migrantes aliados às famílias já constituídas. As redes de solidariedade estabelecidas entre os indígenas na TI vigoram

em Blumenau, contribuindo dessa forma para a instalação dos novos migrantes e, conseqüentemente, para a configuração dos grupos de parentesco na cidade. Os parentes já instalados são, na maioria dos casos, as referências para cada nova migração individual ou familiar,<sup>89</sup> originária da TII ou de outras cidades.

Para melhor compreender as peculiaridades da migração, consideraremos os casos dos indígenas entrevistados, seguindo a seqüência cronológica de seus deslocamentos. Estes movimentos ao meio urbano em diferentes momentos e as relações de parentesco existentes entre os indígenas "cidadinos" possibilitaram identificar experiências bastante distintas, as quais podem ser observadas nas descrições abaixo.

Na década de 70, temos a migração de Isolina Nunc-Nfônro Jacinto, de ascendência Kaingang e "branco". Ela foi a primeira da família de Lino Nunc-Nfônro a migrar, em 1971, com intuito de continuar os estudos. Casou-se com um "branco" e teve três filhos, hoje casados, sendo que um deles já possui filhos e outro reside atualmente na TII.

Jovita da Silva, de ascendência Xokleng e "branco", saiu da TII, em 1972, contratada para trabalhar em uma residência como doméstica. Casou-se com um "branco", teve três filhos e está separada há cinco anos. Trabalha como diarista e reside, atualmente, na cidade, próximo à sua "parentela".

Dorkas Nunc-Nfônro Inácio, 44 anos, saiu da TII em 1976 para trabalhar em uma fábrica, hospedando-se na residência de sua irmã Isolina. Retornou a TII, casando-se em seguida com um morador da região próxima à TII. Ao longo dos anos, viveu entre Blumenau e a TII. Atualmente ocupa, com o esposo, uma das últimas casas construídas como forma de indenização pela formação do lago de contenção da Barragem. Seus quatro filhos permanecem em Blumenau trabalhando e estudando, sendo que um deles cursa a faculdade de Química na FURB.

Nair Nunc-Nfônro Stiehler, 35 anos, saiu da TII, em 1977, para morar com sua irmã Isolina, ajudando-a na criação dos filhos. Ingressou no mercado de trabalho ainda adolescente. Casou-se com um "branco" e teve dois filhos.

---

<sup>89</sup> Oliveira (1968:136) utilizou quatro diferentes modalidades de migração para caracterizar o diversificado trajeto dos Terêna ao meio urbano. A migração direta da aldeia para a cidade; da aldeia para a Fazenda e depois para a cidade; da Fazenda para a aldeia e dela para a cidade; e da Fazenda para a cidade. Estes "tipos" migratórios foram reelaborados por Romano (1982:82) para melhor compreender as peculiaridades dos movimentos migratórios dos Sateré-Mawé em direção a Manaus (AM). Para tanto, este autor determinou a quantidade de imigrantes (individual ou grupal) e o trajeto migratório (direto e indireto).

Nemias Nunc-Nfôonro, 39 anos, irmão de Isolina, Dorkas e Nair, ingressou voluntariamente no exército, em 1978. Morou com Isolina durante um período e casou-se com uma "branca", com quem teve quatro filhos. Viveu com sua "família elementar" entre a cidade e a TII. Há cinco anos reside em Blumenau, ingressou na faculdade de Engenharia Florestal, no segundo semestre de 1998.<sup>90</sup>

Jaci Iguatemi Morló, 40 anos, ascendência Kaingang/Xokleng e "branco", foi ainda jovem com sua "família elementar" para TI Apucarantina (Londrina/PR), pois sua mãe havia sido solicitada pela FUNAI para trabalhar no posto de saúde daquela área, como atendente de enfermagem. Após o retorno da família para TII, Jaci migrou para Blumenau com trabalho garantido na construção civil, no ano de 1979. Voltou à TII com a esposa "branca" e dois filhos, para explorar madeira na década de 80, mas retornou para Blumenau, onde se estabeleceu.

No ano de 1982, Vanderléia Nunc-Nfôonro, 30 anos, irmã de Isolina, Dorkas, Nair e Nemias, saiu da TII para cursar as séries iniciais do Ensino Fundamental em Blumenau. Nesta cidade, morou temporariamente com suas irmãs Dorkas e Nair, retornando à TII e voltando a Blumenau em períodos alternados. Ingressou no mercado de trabalho em Ibirama, e lá concluiu o Ensino Médio. Em 1989, veio para Blumenau novamente, trabalhou e residiu em vários locais da cidade. Atualmente, cursa Biologia na FURB, possui casa própria, em terreno adquirido com sua irmã, onde mora com seu filho e com o atual companheiro "branco".

Maria Pathé, 55 anos, ascendência Xokleng, que foi abandonada por um funcionário da Barragem, ficando, por isso, sem obter acesso à exploração da madeira na TII, migrou, em 1982, com seus 5 filhos adolescentes, para trabalhar em Acurra, Rodeio, Agrônômica<sup>91</sup> e, finalmente, em Blumenau. Retornou várias vezes à TII, onde alguns de seus filhos casaram com jovens indígenas, migrando, porém, novamente para Blumenau. Na cidade, também houve uniões, duradouras ou temporárias, de seus filhos com jovens "brancos". A filha mais velha de Maria Pathé, Sueli Têiê, separou-se de um funcionário da Barragem na TII e migrou para Blumenau com os filhos instalando-se na casa da mãe, onde reatou com o ex-companheiro.<sup>92</sup>

Izimar Coctá Ndilli, 28 anos, ascendência Xokleng, migrou para Blumenau em 1989, hospedando-se na casa de Maria Pathé. Empregou-se como doméstica em uma

<sup>90</sup> Segundo informações, via telefone, obtidas após o término da pesquisa de campo, Nemias havia trancado a faculdade por falta de recursos financeiros para cursá-la.

<sup>91</sup> Estas localidades geralmente absorvem a mão-de-obra do operário-agricultor. Esta passagem pelas cidades pode ser visualizada como possibilidade de adquirir experiências de trabalho antes de chegar em Blumenau.

residência meses depois. Conheceu seu atual companheiro "branco" na cidade, com quem teve três filhos.<sup>93</sup>

Mais recentemente, nos últimos anos, temos a migração de Marivone de Almeida, 30 anos, ascendência Kaingang e "branco". É filha de um indígena de ascendência Kaingang que migrou para Joinville com intuito de servir o exército. Marivone nasceu em Campo Largo (PR), mas viveu com sua "família elementar" em Joinville e, no período da exploração da madeira, na TII. Chegou em Blumenau em 1990 com uma amiga visando obter trabalho. Atualmente reside com um companheiro "branco", as duas filhas e o irmão, Josué Geison de Almeida, de 19 anos.

Laura Aihú Priprá, 26 anos, ascendência Xokleng e Kaingang, nasceu em uma TI Kaingang no Rio Grande do Sul. Saiu da TII em 1990 para trabalhar, vivendo entre as cidades de Balneário Camboriú, Blumenau, São Francisco do Sul, e no Paraná. Seu pai migrou, para fazer tratamento de saúde, em 1997, para Blumenau, com sua "família elementar" bastante numerosa. Posteriormente, vieram da TII os parentes dessa família, residir com Laura. Sob precárias condições, esse "grupo doméstico" se estabeleceu em uma favela, onde Laura se envolveu com um traficante de drogas e foi presa quando o acompanhava.

Néia Simone da Silva, 22 anos, ascendência Xokleng, sobrinha de Maria Pathé, veio para Blumenau, em 1994, com sua "família elementar". Instalaram-se próximo à "família elementar" de sua prima Sueli Têiê. A família de Néia retornou a TII, mas ela permaneceu na cidade. Casou-se com um "branco", conforme seu desejo, com quem teve um filho. Separada, em virtude de uma agressão física, e abalada emocionalmente, seu filho está atualmente na TII com os avós.

Tendô Loreci Têiê, sobrinha de 2º geração de Maria Pathé, 19 anos, ascendência Xokleng e "branco", foi adotada pelos avós. Morou em José Boiteux, onde trabalhava e cursava o Ensino Fundamental. Sua mãe residia temporariamente em Blumenau e requisitou sua vinda para a cidade. Seus avós a trouxeram em 1994, mas não permaneceram, retornando à TII com a filha, eleita vice cacique-regional da aldeia Figueira. A jovem ficou na cidade e recentemente uniu-se com um "branco".

Jocelene de Souza, 19 anos, ascendência Xokleng/Kaingang e "branco". Saiu da TII em 1994, com emprego garantido em Balneário Camboriú na condição de

---

<sup>92</sup> Após o término do trabalho de campo, tivemos notícia de que essa "parentela" havia retornado à TII com intuito de explorar uma "frente" na área de reflorestamento contestada pelos indígenas.

<sup>93</sup> Tivemos notícia após o término da pesquisa de campo, que esta jovem havia retornado à TII com seus filhos para receber sua "frente" nas áreas de reflorestamento, atualmente em processo de retomada pelos índios Xokleng.

doméstica. Após 2 anos nesta cidade, veio para Blumenau, onde morou por 5 meses com a "família elementar" de Raquel, uma prima pela linha materna. Jocelene vive atualmente com o companheiro "branco" e com o filho. Temporariamente, hospeda as irmãs mais jovens (14 e 17 anos) em sua casa, assim como também seu tio pela linha materna, Elias Caxias Popó, o qual vive constantemente alcoolizado pelas ruas de Blumenau.

Iara Aparecida Fiamoncine Pires, prima, pela linha paterna, de Marivone, 30 anos, ascendência Kaingang e "branco", ex-professora na TII contratada pelo Estado, morou com uma tia pela linha materna em José Boiteux para cursar o Ensino Fundamental. Retornou à TII, deixando-a em 1994 para ser empregada doméstica em Blumenau.

Andenice Fiamoncine, sobrinha de Iara, ascendência Kaingang e "branco", nasceu e residiu em Ibirama em seus primeiros três anos de vida. Foi para a TII com seus pais na época da exploração da madeira. Morou em Agronômica e Ibirama para realizar o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Veio para Florianópolis em 1997 frequentar o curso preparatório para o Vestibular. No primeiro semestre de 1998, ingressou na FURB em Serviço Social.

Jaqueline Nunc-Nfõonro de Almeida, 32 anos, ascendência Kaingang e "branco", migrou, em 1995, com o esposo e três filhos para a residência de um irmão em Joinville, com intuito de obter trabalho. Posteriormente, em Blumenau, adquiriu, com sua irmã Vanderléia, um terreno vendido por outra irmã, Nair, onde residem atualmente. A falta de trabalho na TII tornou insustentável a permanência no local. Os irmãos, para quem Jaqueline e o esposo vendiam sua força de trabalho na lida com as roças, haviam migrado para centros urbanos, tomando necessária também a saída deles, embora tivessem ganhado uma das últimas casas construídas como forma de indenização pela desapropriação das terras indígenas para ocupação do lago de contenção da Barragem.

Aicomen Maria Ndilli, 17 anos, ascendência Xokleng, veio para Blumenau em 1996, "passear" na casa de seu tio, morador temporário da cidade, que estava alojado com a "família elementar", próximo à residência de Sueli Tégiê, prima de seu tio. Após o retorno de seu tio para TII, Aicomen passou a viver na cidade, na companhia de Miriam Mariléia Mariano, filha adotiva de Maria Pathé, e de Tendô Loreci Tégiê. Atualmente, reside em uma pensão com Néia Simone da Silva.

Cintia Núbia Moraes, 20 anos, neta de Lino Nunc-Nfõonro, nasceu em Lages, morou na TII até concluir o Ensino Fundamental, como também em Ibirama, onde

terminou o Ensino Médio. Está trabalhando desde setembro de 1999 em Blumenau. Carlos Mondini, seu primo, 23 anos, morou fora com sua "família elementar" e retornou para TII por um período. Após a separação de seus pais, migrou novamente para Blumenau, hospedando-se, temporariamente, na casa de sua tia Isolina, com sua mãe e irmã, que hoje encontram-se em Zimbros, no município de Porto Belo. Carlos casou-se com uma "branca" e continua residindo em Blumenau.

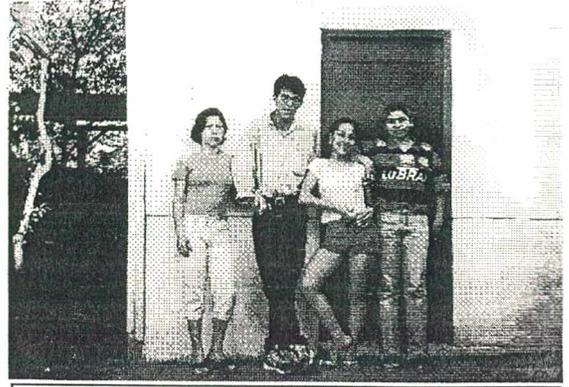
Com base nessas histórias de vida, é possível explicitar os motivos que teriam levado os indígenas a deixar suas aldeias. Na década de 70, por exemplo, temos um grupo de irmãos constituído por quatro jovens de ascendência Kaingang, migrantes nos anos de 1971, 1976, 1977 e 1978, filhos de Lino Nunc-Nfônro, professor na TII na década de 50. Incentivados pela família para dar continuidade aos estudos, os jovens indígenas migraram não só com este objetivo mas também com intuito de trabalhar. Um desses irmãos, do sexo masculino, ingressou no exército como alternativa para permanecer na cidade. Outros dois jovens indígenas, de ascendência Xokleng, migraram em busca de trabalho nos anos de 1972 e 1979.

Entre as motivações apresentadas por estes migrantes, não podemos afirmar que a migração está relacionada com os efeitos da Barragem. Como vimos, a obra teve início em 1976, e, com ela, surgiram as primeiras manifestações prejudiciais concretas entre 1978 e 1980, quando ocorreram grandes enchentes. Neste período, vê-se que ocorreu a saída do último jovem nesta década.

Nos anos 80, as mudanças sócio-econômicas advindas da implantação da Barragem já puderam ser percebidas, interferindo no cotidiano dos indígenas, a ponto de levá-los a migrar. Uma senhora Xokleng abandonada por um operário da Barragem, migrou, em 1982, com seus filhos, em busca de trabalho para garantir sua sobrevivência, inviabilizada na TII com o predomínio da atividade madeireira. O trabalho como costureira realizado na TII não mais garantia o seu sustento e o de seus filhos ainda jovens, devido aos novos padrões econômicos alcançados pelos indígenas com a exploração dos recursos florestais. As demandas de bens passaram a ser satisfeitas pelos indígenas nos centros de comércio regional e, por esse motivo, não houve mais clientela para dar continuidade ao serviço de costura. Outra jovem, filha de Lino Nunc-Nfônro, migrou para Blumenau, no mesmo ano, para concluir seus estudos, sendo amparada pelos irmãos já estabelecidos na cidade.

A partir de 1990, entretanto, vê-se a maior influência dos efeitos da Barragem, interferindo na motivação dos indígenas para migrar. Com o território praticamente dilapidado em seus recursos florestais e as devidas indenizações sempre proteladas

desde, 1981, alcançadas em parte somente em 1992, jovens indígenas do sexo feminino sem perspectivas de melhores condições de sobrevivência na TII, migraram para Blumenau, tendo em vista os parentes já estabelecidos nessa cidade em décadas anteriores. Suas expectativas na cidade, portanto, foram variadas.



Parentes Xokleng se encontram na cidade para recomeçar uma nova vida.

Entre as jovens de ascendência Xokleng, cujo nível de escolaridade é baixo,

percebe-se que a motivação para migrar concentra-se na busca de trabalho, de diversão e do encontro de parceiros casadouros. Já entre as mulheres e jovens de ascendência Kaingang, tendo concluído o Ensino Médio na sua maioria, o objetivo de vir para cidade consiste basicamente à expectativa de ingressar no mercado de trabalho e em cursos universitários.

Além destas indígenas, em 1990, uma jovem de ascendência Kaingang, nascida em Joinville, com Ensino Fundamental incompleto, deixou esta cidade por falta de oportunidade de emprego, migrando para Blumenau em busca de trabalho. Em 1995, uma das filhas de Lino Nunc-Nfôonro migrou com sua família para Blumenau em busca de trabalho, devido à saída anterior de seus irmãos para quem trabalhavam no cultivo de roças. Neste sentido, tomando por exemplo esta família, percebe-se que, mesmo obtendo acesso às últimas casas construídas como forma de indenização, não houve possibilidade de continuar-se vivendo na TII. Seria, portanto, de suma importância o cumprimento integral das indenizações, que prevê ainda o reequilíbrio sócio-econômico e cultural da população aldeada.

Os primeiros contatos dos migrantes indígenas com a cidade, na década de 70, revelaram um mundo de aventuras e possibilidades novas, particularmente atraentes aos jovens. Estas novidades experienciadas eram levadas com ansiedade para a TII, sendo motivo de reunião entre os parentes e amigos, para que todos conhecessem o que era trazido do meio urbano.

Atualmente, estas novidades não são tão significativas para a população aldeada, pois as particularidades da cidade estão mais presentes na vivência daqueles que permanecem nas aldeias. Os indígenas tiveram oportunidade de estar mais em contato com o que a cidade proporciona, através da continuidade do Ensino Fundamental nos centros urbanos próximos, das interações com os funcionários

da Barragem, das andanças dos líderes em busca das devidas indenizações, dos novos padrões econômicos advindos com a exploração das madeiras, possibilitando aquisição de automóveis e de produtos do comércio local, tais como rádio e televisor, para aqueles que possuíam acesso à energia elétrica.

A intensificação dos constantes deslocamentos dos indígenas entre as cidades e a TII e, conseqüentemente o contato mais intenso com as idéias e os produtos presentes no meio urbano, possibilitam esse elo de conhecimento da cultura que se mescla à sua. Para os jovens migrantes, o retorno para a TII por poucos dias renova os laços afetivos com os familiares e amigos que estão nas aldeias. Além das dificuldades enfrentadas para viver no território, este não lhes oferece o prestígio atribuído às coisas superiores e desejáveis da cidade, tais como diversão, emprego e estudo.

Dizem os jovens citadinos que quase todos os indígenas de pouca idade na TII não gostam de ficar nas aldeias, porque lá quase todos são parentes; sentem vontade de freqüentar *shopping centers*; o ônibus nem sempre passa onde moram; e, dificilmente, possuem condições capazes de garantir seu sustento. Diante disso, eles mal conseguem esperar o momento de poder sair da TII, assim procedendo, sem orientação e sem o nível de escolaridade adequado para ingressar no mercado de trabalho de forma satisfatória. Como conseqüência, os indígenas acabam conhecendo o que de pior existe na sociedade dos "brancos", passando a se envolver com prostituição, furto etc, atitudes que os expõem a situações com sérias repercussões ao seu "grupo social".

Os vínculos de parentesco entre os primeiros migrantes e os indígenas que migraram mais recentemente, foram observados em todo o processo migratório. De maneira geral, pode-se dizer que estas relações estão centradas na solidariedade grupal e se constituem em verdadeiras pontes para a cidade. Além de garantir o apoio no momento da migração, possibilita o estabelecimento temporário dos novos migrantes na cidade, até que consigam acomodar-se no meio urbano.

Mas, como vimos, o processo migratório dos indígenas da TII é muito dinâmico. Vários casos de retornos de Blumenau e de outras cidades para a TII foram registrados durante a pesquisa. Estes regressos à TII ocorreram em momentos diversos e por razões diferenciadas. Em algumas épocas, porém, a volta para a TII, de diversas cidades, convergiu ao mesmo interesse. O momento da exploração das madeiras-de-lei do território indígena, na década de 80, é um exemplo disso.

Neste caso, algumas famílias permaneceram na TII até os dias atuais, outras retornaram ao centros urbanos. Os descendentes destas famílias, contudo, seguiram

caminhos diferentes. Há os que saíram novamente da TII, e outros que ali constituíram suas famílias.

Ainda com relação à exploração da madeira na TII, percebe-se que, atualmente, a maioria dos retornos, principalmente dos migrantes de ascendência Xokleng, tem ocorrido devido à expectativa de comercialização deste recurso em determinadas "frentes", em áreas de reflorestamento dos madeireiros da região de Bom Sucesso, no território indígena reivindicado.<sup>94</sup>

A retomada do Protocolo de Intenções de 1992, no tocante à construção de casas previstas como uma das formas de ressarcimento da população desapropriada pela formação do lago de contenção da Barragem, é outra forte motivação para retornar. Mas, se, para os moradores da TII estas residências não foram suficientes para acomodar as famílias, a garantia de casas aos migrantes indígenas é mínima. No entanto, alguns indígenas "cidadinos" conseguiram obter acesso a estas casas novas através das lideranças das aldeias de origem.

Os retornos efetivados, visando a ocupação de casas novas, liberadas por parentes ou futuramente construídas para migrantes indígenas, contaram com várias visitas à TII de pelo menos um membro da família migrante. Inicialmente, reivindicavam uma moradia para si e sua família, se alcançada, passavam a vistoriar a obra, encaminhavam sob os cuidados de parentes na vizinhança, as roças e os espaços para criação de animais, até proceder a mudança, gradativamente. Alguns indígenas "cidadinos" não contemplados com estes benefícios, sentiram-se prejudicados.

Há também moradias, novas e antigas, na TII, de migrantes indígenas, sendo zeladas por parentes, tendo em vista que sua integração à cidade pode não ocorrer de forma adequada, ou que as famílias, após o término de cursos universitários em centros urbanos, reocuparão suas casas.<sup>95</sup>

O desejo de obter uma residência na TII foi observado entre a maioria dos migrantes indígenas, mas neste caso, o retorno definitivo ocorreria somente se

---

<sup>94</sup> Observamos uma relação de reciprocidade entre o cônjuge "branco" de um membro indígena na cidade e com alguns parentes indígenas desse membro na TII. De um lado, o "branco" organiza as empreitadas na construção civil, envolvendo os parentes indígenas afins, e, de outro, estes indígenas permitem que participe como aliado na exploração de recursos, dividindo os benefícios oriundos dessa atividade.

<sup>95</sup> Em Blumenau, existem residências desocupadas por migrantes indígenas, atualmente invadidas pelos próprios vizinhos, nos morros onde se encontram. Neste sentido, os proprietários indígenas necessitam do apoio da FUNAI para encaminhar a retirada dos invasores, mas para certos problemas individuais fora do território indígena demarcado não há assistência. Outras moradias estão sendo preservadas no terreno de familiares dos migrantes indígenas, para o caso de um possível retorno.

houvesse uma renda mensal, ou aposentadoria, disponível para garantir o sustento da família.<sup>96</sup>

As condições de moradia destes migrantes contribuem, de certa forma, para que resolvam deixar o meio urbano, mesmo de forma temporária. Os locais que ocupam são, geralmente, áreas de risco, algumas casas desbarrancaram, sendo inviabilizadas sua reocupação. Segundo dados da SEMAS de Blumenau, alguns indígenas tiveram a energia cortada, durante meses, por falta de pagamento. A insegurança, em relação à vizinhança, nestes bairros de periferia, onde é comum a comercialização de entorpecentes, casos de violência e a presença de delinqüentes, gera insatisfação e inadaptação ao local. O envolvimento dos próprios migrantes indígenas em atividades ilegais, tendo em vista a dificuldade financeira enfrentada pela família devido à falta de perspectivas de inserção no mercado de trabalho de maneira satisfatória e o quadro de necessidades básicas vivenciadas cotidianamente, acaba por gerar situações de extrema gravidade e impossibilidade de continuar vivendo no meio urbano.

Alguns migrantes indígenas não demonstram interesse em retornar definitivamente para a TII, porque não se acostuariam mais com as condições e com o modo de vida nela. Sentiriam falta de diversão, lazer, infra-estruturas urbanas, como escolas e cursos para seus filhos. Outros voltariam somente se ocupassem cargos na FUNAI, caso possuíssem veículo e a oportunidade de continuar desfrutando do que experienciaram fora do território.

Um outro aspecto considerado favorável por mulheres indígenas, quanto à sua permanência em Blumenau, refere-se ao fato de, na cidade, estarem distantes da agressividade sexual das outras mulheres indígenas da TII<sup>97</sup>. No meio urbano, os homens indígenas casados não conseguem envolver-se com mulheres "brancas" tão facilmente quanto se relacionam com as indígenas da TII. Disseram algumas jovens indígenas entrevistadas, que na TII as jovens índias fazem questão de mostrar para a esposa ou amasiada, seja ela indígena ou não, a intenção de "roubar" seu companheiro, sendo, intencionalmente, irônicas com as companheiras, visando o sucesso da conquista.

---

<sup>96</sup> Alguns pensam em obter sua aposentadoria somando o tempo de serviço nas fábricas e empresas da cidade com o tempo de lavoura na TII. Mas, nestes casos, nota-se que o processo burocrático exigido ao alcance deste recurso, acaba inviabilizado pelo dispêndio com deslocamentos para angariar os documentos.

<sup>97</sup> Sobre este aspecto, notou Santos (1973:1979) que "as relações sexuais livres e a agressividade sexual da mulher Xokleng eram tradicionais ao grupo". Em trabalho mais recente, Christóvão (1999), aborda esta questão dos relacionamentos amorosos e conflitos vivenciados na TII em função de traições conjugais.

Percebe-se que há retornos de indígenas "cidadinos" com seus cônjuges "brancos", interessados em aplicar na TII os conhecimentos adquiridos na cidade. Estas intenções são bem recebidas pelas lideranças, as quais passam a vê-los como aliados nas reivindicações pelas demandas internas das aldeias junto aos órgãos de governo e "interlocutores".<sup>98</sup>

Outra ocasião importante que requer a presença dos migrantes é o período das eleições no interior da TII para a escolha de líderes indígenas. Nas últimas eleições, ocorridas em agosto de 1999, a Prefeitura de Blumenau disponibilizou um micro-ônibus para levar um grupo de parentesco para votar na aldeia Toldo. Segundo informações obtidas, através de entrevista com uma senhora de ascendência Kaingang: "foi a primeira vez na história da reserva que um ônibus foi até o Toldo levando os eleitores de fora para votar lá dentro" (INJ, 31/10/99). No entanto, nem todos os eleitores de outros grupos de parentesco compareceram às eleições, principalmente, devido a falta de transporte para se deslocarem. Cabe ressaltar que os candidatos estiveram na cidade para atrair seus eleitores.

Outras razões de regresso observadas ligam-se à difícil inserção de famílias no mercado de trabalho de cidades como Blumenau e Joinville, levando os indígenas à desistirem de viver no meio urbano. Neste caso, destacam-se duas situações. De um lado, conflitos com os filhos e cônjuges, sob ameaça de ocorrer inclusive separação, por divergências em torno desta decisão, e, de outro, a inserção de um dos cônjuges na organização política da aldeia receptora dos migrantes indígenas.

Os retornos temporários dos migrantes ocorrem em datas especiais, como, por exemplo, o Natal, as festas de fim de ano, o Dia do Índio<sup>99</sup>, a Páscoa, o Dia dos Pais e o Dia das Mães, as datas de aniversário dos parentes, mortes e casamentos. Além disso, há, também, o simples interesse de rever os familiares nos fins de semana, nos períodos de folga no trabalho, feriados e férias. Nestas ocasiões, os indígenas aproveitam a oportunidade de estarem na área, para discutir com as lideranças vários assuntos de seu interesse.

---

<sup>98</sup> Neste sentido, há referência de uma migrante indígena que ao retornar para TII temporariamente tomou-se professora na aldeia de origem. No tocante a esses "brancos", pretendem ingressar como pastor na Igreja Evangélica Assembléia de Deus, assumir o posto de técnico de enfermagem pago pela FUNAI, desenvolver projetos de auto-sustentação econômica e estabelecer roças utilizando a mão-de obra indígena.

<sup>99</sup> Observamos que nestes retornos temporários, na ocasião das festas do Dia do Índio, por exemplo, levava dias, semanas, até que os indígenas voltassem, gradativamente, a cidade. O retorno é um passeio, às vezes, o único passeio dos migrantes. Em algumas ocasiões, os retornos acontecem com alguns vizinhos amigos, curiosos para conhecer o território ou motivados pela possibilidade de pescar. Dessa forma, podem dividir os custos da viagem e desfrutar da vida simples e do contato gratuito com a natureza.

Foram realizadas com o veículo da FUNAI, algumas viagens para transportar mudanças dos migrantes, mas o combustível foi pago pelos usuários. Algumas famílias necessitadas deste recurso ficam à espera, meses, da liberação do orçamento familiar para solicitar o transporte da FUNAI. Para alguns migrantes, o desejo de retomar nem sempre é possível devido aos gastos com o deslocamento da família e o excessivo tempo dispendido com o transporte coletivo para chegar na TII e retomar ao trabalho no início da semana. Nestes casos, o contato é mantido com os familiares pelo telefone, quando possível.

A maioria dos filhos de migrantes indígenas, nascidos, ou com larga experiência no meio urbano, tem preferência pela vida da cidade. Registrou-se dois casos de retornos familiares, onde os filhos adolescentes demonstraram sua insatisfação pelo novo local de moradia. Um deles foi para a TII, mas retornou, dias após, à cidade. O outro fugiu de casa um dia antes da volta de seus pais para a TII, sendo resolvido o problema no Conselho Tutelar do município de Blumenau.

Ainda no tocante aos jovens socializados na cidade, principalmente aos de ascendência Kaingang, nota-se que seu contato com os indígenas na TII ocorre, em grande parte, com a "parentela" de seus pais. Isto acontece pelo fato de irem pouco a TII e, quando presentes, permanecem por pouco tempo. Alguns voltam a TII para passar as festas de final de ano com os familiares, mas outros preferem passá-las, na cidade, com os parentes dos namorados "brancos". Uma das motivações que os levam a TII, vincula-se à apresentação do local e de seus familiares aos cônjuges em potencial, da mesma forma como faziam seus pais, quando jovens. Alguns pré-adolescentes recusam-se a visitar os familiares na TII com seus pais, alegando a falta de diversão, TV e amigos.<sup>100</sup> Entre as crianças, porém, verifica-se maior disponibilidade para retornar, havendo inclusive aquelas que preferem viver na aldeia com os parentes.

Já entre os jovens de ascendência Xokleng, percebe-se que a maioria prefere viver na TII e costuma acompanhar seus pais nos momentos de regresso. Os companheiros "brancos" em potencial, também são levados para conhecer o local, bem como os familiares dos indígenas que lá estão, e, apesar de não se agradarem das longas distâncias a serem percorridas para alcançar de uma aldeia a outra, acompanham os cônjuges. A sobrevivência das famílias no interior da TII exige pouca

---

<sup>100</sup> Implicitamente, existe também um certo constrangimento em se reconhecer como indígena. A construção dessa auto-imagem distanciada dos ascendentes remete às análises de Gow (1991) entre os nativos da Amazônia peruana, os Bajo Urubamba. Eles se identificam como de "sangue misturado", em contraste às vidas de seus antepassados, baseada na opressão, violência e desamparo.

disponibilidade de recursos financeiros, se comparada à realidade nos centros urbanos. Este é um dos atrativos ao regresso dos jovens que pretendem iniciar uma vida conjugal. Os Xokleng, de maneira geral, têm se mostrado motivados pela convivência e por moradias na TII, mas mencionam a necessidade de apoio do órgão oficial e de trabalho no local.

Outras motivações para retornar podem ser observadas entre os migrantes, principalmente, de ascendência Xokleng. Destacam-se: a maior confiança para realizar os partos nos hospitais da região próxima da TII e passar o período pós-parto com a família; a intenção de possibilitar aos filhos orientação pedagógica especial e Ensino Fundamental com apoio da FUNAI, o desejo de livrar-se da repressão contra as crianças, em função de conflitos com a vizinhança; ter a convivência de parentes e amigos.

As separações conjugais na cidade, envolvendo filhos que ficam na TII com os avós, também se constitui uma razão para retornar, pelo menos mensalmente, para contribuir no orçamento doméstico.

A falta do domínio do português, aliado à baixa escolaridade, inviabilizando o ingresso no mercado de trabalho, também é outro forte motivo para o retorno das famílias.

Num outro sentido, vivenciamos, durante a pesquisa, uma situação de falecimento de um jovem de ascendência Xokleng, cantor de hinos de louvor da Igreja Evangélica Assembléia de Deus. Verificamos que tanto os parentes quanto o corpo do morto foram transportados pela FUNAI para ser velado e sepultado na TII.<sup>101</sup>

Os migrantes indígenas com idade mais avançada, por sua vez, estão sempre dispostos a retornar e viver entre seus familiares na TII, mas de outro lado acompanham seus filhos, e vice-versa, para onde forem, dividindo com estes o pouco que possuem e contribuindo nas decisões da família no momento presente.

De maneira geral, os migrantes reconhecem que viver nas aldeias, de onde saíram, é difícil por várias razões. O acesso é precário; ficam isolados dos pontos de transporte aos centros locais; não há perspectivas, para seus filhos, de continuidade do Ensino Fundamental no interior do território indígena; a assistência à saúde é insuficiente; há poucas opções de trabalho; não há infra-estruturas em todos os locais como, por exemplo, energia elétrica, estradas etc. No entanto, sabem que na aldeia

---

<sup>101</sup> O fato teve repercussão mesmo entre aqueles indígenas "cidadinos" que não mantinham contato com o "parentela" do morto. Os migrantes indígenas de Blumenau presentes na TII naquele momento, estenderam o período de sua permanência no local para prestar consolo aos parentes do falecido.

existe a garantia de poderem se estabelecer com suas famílias, caso o embate pela vida na cidade, em busca de infra-estruturas urbanas, não corresponda às suas expectativas. Para melhor compreender estas "viagens da volta"<sup>102</sup>, é necessário dizer que a TII representa aos indígenas, antes de tudo, uma área de refúgio em momentos de crise e dificuldade.

Mas a TII representa uma área de refúgio não só para os adultos que enfrentam dificuldades para ingressar de forma satisfatória no meio urbano. As crianças também vivenciam problemas de inadaptação social. Os espaços de lazer e sociabilidade disponíveis na cidade são muito restritos se comparados com a realidade da TII. No



Família de ascendência Kaingang nos exíguos espaços da moradia.

território de origem, elas encontram, junto de seus parentes e de outras crianças, os meios propícios para as brincadeiras próprias de sua faixa etária e a possibilidade de expandir seu contato com a natureza.

O cotidiano na cidade é, de maneira geral, muito diferente daquele vivenciado na TII. No meio urbano, existe o compromisso de trabalho, a preocupação de cumprir rígidos

horários, às vezes difíceis de serem conciliados com outras atividades domésticas e escolares, tais como o encaminhamento dos filhos ao médico, a preparação das refeições diárias, a leitura de textos e a realização de pesquisas escolares. Mas, por outro lado, a cidade também representa o acesso a informações, à possibilidade de ampliarem suas visões de mundo e desvincilhar-se do controle exercido internamente na TII.

O território de origem, por sua vez, representa o local de descanso, lazer, disposição, liberdade e comunhão com a família. O consumo dos produtos provenientes do cultivo de roças e a preparação de carne de caça ou peixe do rio fazem parte do cardápio servido na TII, nas ocasiões do reencontro com os parentes. As atividades extrativas ainda presentes entre os indígenas incluem a coleta eventual de palmitos (*Euterpe Edulis Mart*). Quando disponível, esse recurso florestal, outrora abundante no território, é trazido para cidade e apreciado como um valor simbólico

<sup>102</sup> Esta noção foi elaborada por Oliveira Filho (1996:9) para indicar a reconquista territorial de um grupo étnico, como a sua força catalizadora, sua referência de unidade.

das potencialidades da terra de origem, além de representar as vivências específicas de um passado distante, mas presente através de constantes reelaborações.

As saudosas<sup>103</sup> lembranças dos momentos da infância ou juventude são marcantes nos relatos dos informantes nascidos na TI. Porém, não pensam em retornar, pois submeter seus filhos às dificuldades e limitações enfrentadas hoje pelos indígenas que residem no território de origem seria sacrificá-los. As representações sobre o território de origem são ambíguas. Ele é visto como espaço de restrições, mas ao mesmo tempo como, local onde gostariam de residir.

Algumas experiências frustrantes no meio urbano levaram indígenas "cidadinos", principalmente os de ascendência Xokleng, a repensar o valor da TI de origem. Muitos chegaram à conclusão de que alcançar melhores condições financeiras, através da inserção no mercado de trabalho, possuindo baixo nível de escolaridade, é ilusão, e por isto acabaram retornando à TI.

Assim, o território de origem passa a expressar o lugar onde há bons recursos para serem explorados e desfrutados. Repensar o modo de vida na cidade e na TI, possibilita também reatualizar as identidades sociais e ver a si mesmos como detentores de direitos sobre o território e de uma cultura própria que permanece garantindo-lhes os laços de continuidade com a história da qual fazem parte.

## 2.3 A Moradia Urbana

A convivência de mais de uma família numa mesma casa através da permanência de "famílias conjugais"<sup>104</sup> ou "famílias elementares" na residência dos pais, sogros ou parentes até que seja construída a sua moradia é comum na TI. Mas, para alguns jovens indígenas que contrairam uniões na cidade e obtiveram alguma experiência em residência do tipo neolocal, a privacidade passou a ser um valor importante. Uma jovem de ascendência Xokleng, embora tivesse demonstrado ânseio em retornar para TI, assim relatou: "só não volto pra reserva porque não tem uma casa pra morar, não quero ficar morando com os outros, se eu voltar vou ter que morar com minha mãe e aí encomoda, quero ter meu canto" (ICN, 06/11/99).

No entanto, nem todos os indígenas "cidadinos" possuem uma residência onde compartilham o espaço de suas moradias apenas com sua "família elementar". Os

<sup>103</sup> Lagrou (1999:20) discute a noção de saudade entre os Kaxinawa como "emoção positivamente valorizada e definidora da humanidade, um julgamento moral que reflete uma noção de pessoa enraizada nas relações de cuidado mútuo". Esse sentimento entre os indígenas "cidadinos" representa a permanência dos laços de pertencimento que os ligam a seus parentes.

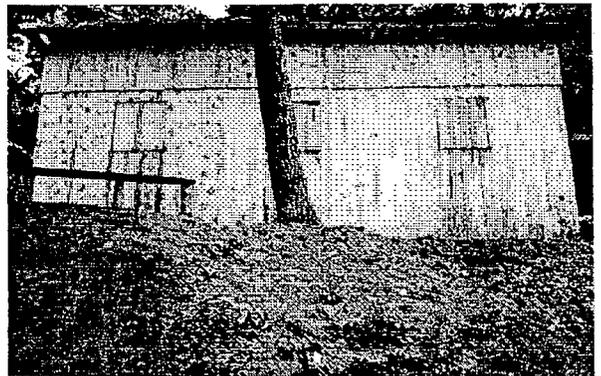
<sup>104</sup> Segundo Oliveira (1968:156) a "família conjugal" compreende um casal sem filhos.

migrantes indígenas possuem forte vínculo de relações com os membros de sua "parentela", sendo notável a cooperação de uns para com os outros no momento de se amparar mutuamente. Enquanto uma família (re)constrói<sup>105</sup> a sua moradia, permanecem hospedados na casa de parentes consangüíneos ou afins durante o tempo necessário; jovens migrantes recém-chegados em Blumenau também acomodam-se na residência de familiares ou velhos conhecidos de seus parentes na TII.

As casas dos indígenas são geralmente pequenas, variando de um a cinco, em média, a quantidade de cômodos disponíveis. Mas, via de regra, há espaço para todos, mesmo na mais precária moradia. Algumas casas mal acomodam a "família elementar", mas nem por isto a visita e a permanência de parentes, lideranças ou amigos por uns dias ou semanas deixa de ser benquista.

Observou-se entre a "parentela" dos Xokleng, que as casas não são de propriedade<sup>106</sup> exclusiva de quem investiu recursos para construí-la e, tampouco, dos primeiros a habitá-las. Uma vez construída, a residência serve para abrigar filhos, noras, genros, netos, sobrinhos e conhecidos da TII, podendo "pertencer" a qualquer membro desse "grupo doméstico" enquanto houver necessidade de ocupá-la. Por exemplo, se um "grupo doméstico", desocupa uma residência, esta pode ser reocupada por outro "grupo de parentesco", sem que este precise deixá-la quando do retorno dos primeiros. No entanto, as despesas com energia elétrica, água, alimentação etc ficam sob a responsabilidade de todos que possuírem condições financeiras para quitá-las.<sup>107</sup>

Entre os indivíduos de ascendência Kaingang, este aspecto não é muito diferente. A moradia de uma "família elementar" serve de pouso para irmãos, sobrinhos e parentes afins,



Moradia de um "grupo doméstico" Xokleng na periferia de Blumenau

<sup>105</sup> Há referência de várias moradias de madeira que foram levadas da TII para Blumenau ou para outras cidades. Uma dessas casas, por exemplo, foi construída em Joinville e reconstruída em Blumenau.

<sup>106</sup> Henry (1944:129) discute a noção de propriedade entre os Xokleng. Nota o autor que existia propriedade pessoal entre eles, porém, "assumia uma forma menos rígida do que entre nós, os parentes próximos podiam dispôr como queriam da propriedade de alguém [...] usavam a propriedade exclusivamente para estreitar suas relações com seus semelhantes".

<sup>107</sup> Segundo observou Henry (1944:130), as uniões conjuntas e a poliandria, praticadas abertamente no passado entre os Xokleng, eram essenciais para garantir a cooperação e a estabilidade entre os membros dessas unidades domésticas, tendo em vista as precárias condições em que viviam. Num sentido reelaborado, vê-se que estes novos arranjos domésticos no meio urbano continuam sendo importantes para fortalecer as condições de subsistência das famílias.

enquanto estiverem construindo a sua moradia, mas os direitos à propriedade da casa são bem mais fortes. A hospedagem para irmãos geralmente é dada contando com algum retorno, desde auxílio na educação dos filhos até a incumbência das tarefas domésticas, dispensando, dessa forma, qualquer contribuição financeira nos gastos de manutenção da moradia.

Para instalação dos indígenas no novo "espaço social", surgem muitas dificuldades. Uma delas remete ao alto custo dos aluguéis e do solo urbano, exceto em áreas ilegais no alto dos morros, sujeitas a deslisamentos, ou em bairros pobres, onde é possível alugar porções insalubres por um valor relativamente inferior ao cobrado em outros locais.<sup>108</sup> A outra refere-se às longas distâncias onde se instalam, com relação ao centro urbano de Blumenau, ficando afastados dos serviços que a cidade pode oferecer.

Os migrantes indígenas da década de 70 e outros mais antigos enfrentaram várias situações adversas até construírem suas residências, alguns tendo que acomodar-se em locais afastados do centro de Blumenau, considerando-se as dificuldades financeiras para adquirir uma "frente". Contudo, velhos migrantes constituem a parcela mínima da população indígena que embora residam em morros e afastados, possuem casa própria e bem construída.

Dentre os jovens indígenas que casaram no meio urbano, verifica-se a incidência de suas instalações na moradia da família do cônjuge residente na cidade. Nestes casos, eles constroem ranchos ou ocupam pequenos espaços agregados à casa dos parentes afins. Entre grupos de parentesco dos indígenas, este aspecto também pode ser observado, a instalação de um núcleo familiar serve de referência para construção de outras residências no mesmo espaço territorial ou em terrenos vizinhos.

Alguns indígenas de "parentelas" diferentes ou membros de facções distintas na TII estão instalados no mesmo bairro, e não se conhecem. Mas, a rigor, os membros de uma mesma "parentela", que residem próximos ou não, mantém contato sistemático

---

<sup>108</sup> Rastreamos a instalação de um "grupo doméstico" Xokleng, composto por várias famílias, recém-chegado na cidade em 1996. Inicialmente eles alugaram um porão úmido com apenas dois cômodos e um vaso sanitário ao preço de R\$150,00, num bairro de periferia denominado Orto Florestal. A garantia do pagamento do aluguel consistia basicamente na comercialização de artesanatos (balaios, arcos e flechas). Dispensados pelo locatário devido à falta de espaço para um significativo contingente de pessoas, passaram a residir pela redondeza até adquirirem um terreno nos morros do bairro Velha Grande, lá, permaneceram acampados até que pudessem trazer sua moradia da TII e reconstruí-la na cidade.

entre si. Os indígenas estão espalhados pela cidade, mas existem locais da cidade onde sua passagem, antes de acomodar-se de forma mais estável, é freqüente.<sup>109</sup>

Outro aspecto referente às condições de moradia que mecerem ser lembrado é a falta de infra-estruturas em alguns bairros de periferia onde residem os indígenas, como, por exemplo, a existência de ruas não calçadas, a inexistência de transporte urbano, de posto de saúde, de escola e a falta de saneamento básico, podendo ser vistos esgotos a céu aberto, propícios à proliferação de insetos e outros animais responsáveis pela transmissão de doenças. Nestas circunstâncias, é comum ouvir dos indígenas o desejo de desfazer-se dos bens conquistados com dificuldades e retornar para a TII junto dos familiares. O espaço além da casa nem sempre é suficiente para cultivar algum produto ou expandir-se como de costume no território de origem.

Os bairros da cidade nos quais os indígenas podem ser encontrados são: Progresso (um "grupo doméstico"); Velha Grande (uma "família elementar")<sup>110</sup>; Velha Central (uma "família elementar"); Da Velha (uma "família conjugal"); Ponta Aguda (três "famílias elementares"); Passo Manso (quatro "famílias elementares"); Salto do Norte (duas "famílias elementares"); Do Salto (uma jovem indígena e uma "família elementar"); Vila Nova (duas jovens indígenas); Itoupava Sêca (uma jovem indígena); Do Asilo ou Água Verde (uma "família elementar" e um "grupo doméstico") e Garcia (duas "famílias elementares").

A permanência nestes locais é provisória para a maioria dos indígenas. Na época do primeiro levantamento de dados empíricos, por exemplo, três jovens Xokleng moravam juntas em um dos cômodos de uma pensão, mas devido a desentendimentos interfamiliares, uma das jovens voltou a residir com seus pais. As outras duas

jovens mudaram-se para uma residência ao lado desta pensão, onde alugavam um quarto. Já na ocasião da segunda ida a campo, devido a desavenças em sua



Pensão onde residiram provisoriamente jovens de ascendência Xokleng.

<sup>109</sup> Estes pontos são geralmente bairros pobres de periferia ou locais de ocupação irregular, que recebem grande contingente de migrantes de diferentes cidades de Santa Catarina e até mesmo de outros Estados, a exemplo do Morro do Coripós, do Morro Dona Edite, no bairro Velha Grande, e do Orto Florestal.

<sup>110</sup> Esta família não chegamos a conhecer, apenas há informações de sua existência, através das entrevistas com membros de sua "parentela". Existem, também neste local, duas casas abandonadas em um mesmo terreno pertencente a um "grupo doméstico" Xokleng, por ocasião do seu retorno para TII. Posteriormente, viemos a saber que estas casas foram assaltadas e, atualmente, invadidas por famílias da vizinhança. Porém, existem também casas de indígenas "cidadinos" desocupadas, que estão prontas para serem alugadas.

residência, ambas mudaram para outro local: uma, para a casa do namorado; a outra, para uma pensão, a qual era dividida com outra jovem de sua "parentela", que havia se separado do esposo.

Os jovens indígenas que vivem isolados de suas "parentelas" no meio urbano, moram em pensões, pousadas, porões ou pequenas casas aos fundos de residências, cujo valor do aluguel é mais acessível, proporcionalmente ao espaço disponível. Os conflitos entre jovens indígenas e donos de hospedagens é recorrente. Os motivos geradores dessas divergências são múltiplos, dentre eles: questões de limpeza<sup>111</sup>; som alto; alta incidência de visitas recebidas; queixa de outros hóspedes etc.

A dependência dos indígenas "cidadinos" aos ínfimos salários pagos pela prestação de serviços desqualificados, inviabiliza qualquer investimento financeiro em benefícios para suas moradias. A estética precária de algumas casas passa a ser comparada à dos "brancos", gerando, por parte dos indígenas insatisfação e até mesmo vergonha de suas moradas. Na falta de alguns móveis domésticos, tais como mesa, cadeira, cama etc, embora tragam muitos utensílios da TII, velhos parentes migrantes doam para os recém-chegados algumas peças. Esta solidariedade pode extrapolar o âmbito das "redes" do parentesco, havendo também a doação de alguns bens da vizinhança com a qual mantém relações mais estreitas.

## 2.4 Acomodações Indígenas ao Meio Urbano

A migração de indivíduos ou famílias da TII para Blumenau, seja temporária ou permanente, exigiu readaptações de antigas formas de sobrevivência e sociabilidade, próprias de sua base espacial de origem. No meio urbano, é necessário ampliar as "redes" de relações sociais com os "brancos", por razões de ordem econômica, política, social e religiosa. Mas, o estabelecimento destas relações não seria tão conflituoso, caso fossem respeitadas e valorizadas as especificidades que determinam o ethos cultural desse "grupo social".

Vários fatores influenciam e, ao mesmo tempo, impedem a integração, de maneira satisfatória, dos indígenas à cidade. O sistema de relações interétnicas baseado na dominação e intolerância do indígena como membro de uma sociedade diferenciada é determinante nesse aspecto.

---

<sup>111</sup> Santos (1973:251) analisou este aspecto entre os Xokleng. Para o autor, "hábitos de higiene, asseio da casa e arredores nunca foram plenamente adquiridos" após o contato, tendo em vista a tradição de nomadismo do grupo. Conforme afirma Henry (1944:129), os Xokleng "difícilmente ficavam mais do que uma semana num lugar".

A representação dos indígenas, forjada pelos "brancos", é altamente negativa. Em Brignol (1999), há evidências de que estas representações sobre os Xokleng datam da colonização de Blumenau. Nas suas palavras, "a representação construída lega, de alguma forma, à população indígena Xokleng o espaço de exclusão social que está dado hoje. O olhar sobre eles encerra o preconceito que surgiu no contato, na fundação da colônia".

Os indígenas são considerados um "problema" à sociedade blumenauense, na medida em que possuem outras regras de conduta, outros valores, outras normas de convívio social, diferentes daquelas compartilhadas entre os membros da sociedade regional. Sendo assim, os indígenas são vistos como um entrave à harmonia do espaço compartilhado com os "regionais" nos bairros e nos locais públicos da cidade.

Identifica-se esta visão no depoimento de duas senhoras descendentes Kaingang. Uma delas dizia que, dentre os "problemas" comunitários discutidos na ocasião de oficinas de trabalho relacionadas à saúde da família no posto de saúde onde trabalha, estava a presença indígena em um bairro de periferia, Velha Grande. A outra informante relatou que no jornal de seu bairro, Velha Central, os indígenas situados no Morro Dona Edite apareciam também como um "problema". Além disso, na fala dos próprios índios Xokleng, podemos verificar o desconforto dos "brancos": "aqui na cidade já fizeram assim [...] levantamento não, denúncia fizeram também, fizeram abaixo-assinado prá tirá nós daqui, não puderam tirá, não foi apresentado erro nenhum [...]" (MP, 20.11.99).

Todo tipo de comportamento considerado "desviante"<sup>112</sup> é atribuído negativamente à identidade étnica destas pessoas, consideradas "sem civilidade". Os casos de famílias indígenas ou indivíduos bem sucedidos são vistos como uma superação dessa condição através de seu ingresso na universidade, da sua inserção no mercado de trabalho ou em atividades religiosas.

Nesse sentido, os indígenas, atualmente, sentem-se compelidos a se camuflar em "outro", através da aparência, devido à necessidade de serem aceitos sem discriminação, como cidadãos, pela sociedade regional. Esta estratégia está presente na incorporação de um vestuário específico e atual, na manipulação da identidade étnica com a maneira de decorar a casa, na escolha de parceiro casadouro, nas

---

<sup>112</sup> Segundo Becker (1976:53) "desviante" consiste naquela pessoa que, numa relação com o segmento populacional dominante, está além dos limites socialmente estabelecido. Segundo o autor, "quando uma regra é imposta, a pessoa que se supõe tê-la transgredido pode ser vista como um tipo especial de pessoa, alguém que não se espera que viva segundo as regras com as quais o grupo concorda, sendo vista como desviante ou marginal".

adaptações às exigências do mercado de trabalho etc. Aqueles que resistem às práticas sociais impostas pelos "brancos" não obtêm êxito e acabam retornando à TI de origem, ou se inserindo nas atividades mais desqualificadas do mercado de trabalho.

Segundo às entrevistas, uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos jovens Xokleng remete ao domínio da língua portuguesa, tendo em vista a baixa escolaridade adquirida na TI. O conhecimento e uso correto da língua é uma exigência para conseguirem, na cidade melhores colocações em serviços. Os jovens que não conseguiram ultrapassar essa barreira, acabaram retornando para a TI, outros enfrentaram a situação procurando adquirir o vocabulário necessário para acomodar-se ao mercado de trabalho e às situações cotidianas da cidade, mas, mesmo assim, estão sujeitos ao serviço "pesado" da construção civil, na condição de servente de pedreiro.

Não só esse aspecto influencia na inadaptação e, conseqüentemente, no retorno de jovens Xokleng à TI, a alimentação comercializada em bares e restaurantes da cidade também foram aspectos destacados. Sentiam falta da carne de caça consumida nas estações de inverno, da coleta grupal de produtos extraídos da floresta, como, por exemplo, o palmito. As formas de lazer dos jovens da cidade não condizem com o que alguns jovens Xokleng entendem por divertimento. Divertir-se para eles era estar com os amigos, fazer visitas aos parentes e recebê-los em suas casas. As danceterias da cidade possuem um som inaudível avaliam. Além disso, a insegurança dos bairros de periferia da cidade, onde, geralmente, residem traficantes de drogas, assaltantes e ocorrem assassinatos, gera insatisfação, ao ponto de fazê-los retornar abandonando os projetos de elevar seu padrão de sobrevivência, em termos econômicos. Estas experiências contudo, abriram perspectivas para perceberem que "vida boa" é da TI e não da cidade. O contato com a cidade, entretanto, continua ocorrendo para resolverem questões pessoais, de saúde, pela vontade de visitar, de circular etc.

Entre os indígenas de ascendência Kaingang, há também situações de inadaptação. No que se refere aos homens, os casamentos, na cidade, com mulheres "brancas" e seus retornos para a TI geram problemas, resultantes da inadaptação das esposas. Elas faziam amizades com as famílias indígenas, mas, não admitiam residir no interior da TI, devido à falta de infra-estruturas. Os companheiros, por sua vez, voltavam para a cidade, mas permaneciam com saudade das vivências do local de origem.

Um deles mencionou que sente falta do sossego, da vida sem correria e horários a cumprir, o que é comum na cidade, mas, de outro lado, não pretende retornar para a TII, porque conseguiu alcançar o êxito esperado, sua casa, família e trabalho. Um outro informante, embora tenha constituído sua família, adquirido bens materiais, tais como moradia na praia e na cidade, conquistado um emprego com garantias, sente falta das expedições de caça e coleta, das brincadeiras, da liberdade e do riso a qualquer hora, do contato com a natureza na TII. Na cidade predomina o individualismo, ninguém se visita, os horários são rígidos. Alguns, de fato, não se adaptam, estão no meio urbano por um objetivo maior, estudar e aplicar o conhecimento na TII para o desenvolvimento de seu grupo e defesa de seus direitos. Outros jovens vêem que é necessário incorporar os valores, conhecimentos e atitudes dos "brancos" para adaptar-se à cidade.

Quanto às mulheres de ascendência Xokleng casadas com "brancos", percebe-se que possuem dificuldade para adequar seus modos de vida e conduta aos dos respectivos esposos. Os companheiros, em contrapartida, não se acostumam com as longas visitas da numerosa família das esposas, motivo para desentendimentos e instalação de tensões entre o casal. A convivência das famílias indígenas com outras famílias, através do casamento de seus filhos, é conflituosa, levando inclusive à imposição de regras de conduta dos "brancos", que implica a mudança de hábitos religiosos das jovens indígenas, como por exemplo, manter os cabelos curtos, contrapondo-se às práticas religiosas dos "crentes".

Os parentes mais velhos, quando vêm para cidade visitar filhos, netos etc, não se acostumam com o novo ritmo de vida e acabam voltando para a TII. Para eles, a alimentação na cidade não tem o mesmo sabor que a da TII, o gosto do peixe é diferente, a terra é ruim e não há espaço para criar animais. Muitas mulheres indígenas vivem na cidade mas confessam não estar adaptadas, pois, "a saudade dos parentes é grande".

Sobre as mulheres de ascendência Kaingang, o processo de adaptação à cidade exigiu certas acomodações às condições de trabalho, como, por exemplo, a extensa carga horária. Problemas com os companheiros "brancos" também ocorrem, porque sentem falta de privacidade pelo fato de ter que conviver, às vezes, com um parente afim.

No que se refere às jovens, algumas necessitam de abrigo temporário, em casa de amigos, para levar adiante seus estudos, mas o isolamento social, nestes casos, é a tônica. Saudades da família também são frequentes, no entanto, acabam se

acostumando. A inserção ao mercado de trabalho requer a adoção de normas e valores mínimos, necessários à internalização que se realiza, progressivamente, por força da habituação prática. Uma informante de ascendência Kaingang assim relata: "a gente acaba acostumando com aquela correria, uma coisa que você acaba se adaptando, sabe que tem que levantar e trabalhar e do trabalho ir pra aula, então é uma coisa que já faz parte [...]" (CNM, 16/12/99).

## 2.5 Inserção no Mercado de Trabalho

Com relação ao trabalho, vimos que muitos migrantes indígenas já saem empregados da TII para atuarem em casas de família, no caso das mulheres, ou na construção civil, no caso dos homens. Nesta perspectiva, algumas profissões consistem em verdadeiras portas de entrada para a cidade. No tocante àqueles que chegaram sem trabalho acertado em Blumenau, um dos primeiros procedimentos adotados é a busca imediata de emprego, a partir de indicações fornecidas por parentes ou amigos.

Dentre as ocupações dos indígenas, temos: servente de pedreiro, copeiro, garçon, auxiliar de cozinha, representante, balconista, açogueiro, balceiro, cantor, polidor, relojoeiro, vendedor de jornal, estagiário, vendedor, jardineiro, ajudante de motorista, operador de empilhadeira, frentista, fundidor de metais e montador industrial, sendo a ocupação de servente de pedreiro a mais freqüente.

O trabalho na construção civil é temporário, havendo momentos em que os indígenas ficam desempregados. Não é exigido qualificação para exercer esta atividade. São contratados por empreiteiros, conhecidos também por "gatos". O serviço solicitado neste caso é informal e sem garantias. Algumas vezes pode ocorrer o deslocamento por longos períodos para outras cidades até finalizar a empreitada. É também sazonal e os lucros são obtidos conforme a produção diária. Nos locais onde trabalham, permanecem em alojamentos, recebem alimentação e podem adquirir alguns produtos em mercados próximos, descontados posteriormente no pagamento.

O esposo "branco" de uma índia de ascendência Xokleng é um desses "gatos". Além de mobilizar seus cunhados e os parentes da esposa alojados nas meia-águas construídas atrás de sua casa, exigindo evidentemente o pagamento de suas despesas com água e energia elétrica consumidas, costuma deslocar-se à TII para contratar mais mão-de-obra, inclusive mulheres índias, para ocupar a função de cozinheiras nas empreitadas. O Ministério do Trabalho dispõe de pessoal para atuar

contra esta atividade ilegal, muito freqüente em Blumenau, havendo ação da polícia, entretanto, somente quando ocorrem denúncias.

O trabalho na construção civil é considerado "pesado", incidindo inclusive em motivação para retornar à TII, pela difícil adaptação a uma ocupação completamente diferente daquelas praticadas nas aldeias, como monitor de saúde, puxador de madeira e outras. Além disso, esta atividade não garante o sustento de um "grupo doméstico", por exemplo, levando em conta que nem todos os membros de uma família conseguem empregar-se. Algumas mulheres índias, com crianças recém-nascidas ou com um número considerável de crianças em casa, saem pelas ruas do bairro a pedir alimentos e roupas e passam necessidades quando necessitam dispor de recursos para encaminhar os filhos a um médico específico.

Algumas ocupações concedem garantias, como, por exemplo, carteira assinada, décimo terceiro, férias, convênios de saúde e dentário, e outros. A inserção dos indígenas em serviços com estas condições são mínimas, pois exige o domínio de certos "códigos dos civilizados"<sup>113</sup> urbanos, tais como, boa apresentação, facilidade para comunicar-se, experiência em trabalhos urbanos, documentação etc. Este tipo de trabalho, com garantias, ao ser filtrado no olhar dos "brancos", passa a ser o almejado, sendo considerado um emprego gratificante. Os indígenas que alcançaram este tipo de colocação passaram por várias experiências anteriores de trabalho.

A mudança de um emprego para outro, não significa ingressar em algo melhor. Muitas vezes os indígenas deixam o serviço, na esperança de conseguir algo que os satisfaça, ou são mandados embora, ainda no período de experiência, o que é comum nas grandes empresas, particularmente em fábricas, ficando desempregados temporariamente. Nesse interím, verifica-se que alguns acionam o seguro desemprego, outros passam a exercer atividades informais, "bicos", como chamam. Nestes casos, encontramos cantores em bailes noturnos e igrejas, os quais são também vendedores ambulantes de fitas K7, contendo gravações musicais evangélicas em idioma Xokleng e português, comerciantes de alimentos e bebidas em frente a festas noturnas, roçadores, descarregadores de caminhão e outros.

Situações críticas, nesta fase de desemprego dissimulado, chamaram a atenção, exemplificando a fragilidade da saída dos indígenas da TII, sem orientação e qualificação adequada, para a inserção no mercado de trabalho. Uma delas consiste

---

<sup>113</sup> Este termo foi utilizado por Romano (1982:130), indicando uma constante preocupação dos Sateré-Mawé em Manaus, quanto ao aprendizado dos "códigos dos civilizados": desde aprender o português até aprender uma profissão.

no flagrante de um jovem Xokleng, desempregado, surpreendido pela Polícia Militar após o assalto com canivete, a um taxista em Indaial, e outra, na prisão de um indígena da TII que estava desempregado, por estar alcoolizado e envolvido em uma briga em frente à festa anual da cerveja, a *Oktoberfest*.

Um outro tipo de trabalho exercido pelos indígenas é a prestação de serviços terceirizados para empresas de estamparia e prensa metalúrgica. Esta atividade consiste no polimento de vários tipos e tamanhos de louças produzidas em material inoxidável. O serviço inicia às 5:30 e termina às 19 horas, sem contar o deslocamento



Jovem de ascendência Kaingang na lida com o polimento de peças de inox.

para a entrega do material polido na fábrica, em troca do pagamento por cada unidade devolvida. Os próprios membros da família realizam a atividade, admitindo alguns jovens parentes da TII para colaborarem no negócio. Não há benefícios trabalhistas. Além disso, este trabalho é considerado, pelos próprios indígenas, "sujo" prejudicial à saúde, porque respiram poeira

de inox e sentem fortes dores musculares em função da repetição dos movimentos.

Dentre as atividades femininas, temos: empregada doméstica, diarista, faxineira, dona de casa, secretária, agente de saúde, vendedora ambulante e fixa, cozinheira, babá, prostituta, dançarina, garçonete, estagiária, auxiliar de costura, operária de caixa, pedinte, representante comercial, embaladora, revisora de facção, descarregadora, atendente em creche, camareira, auxiliar de produção, atriz de teatro infantil e operadora de tele-mensagens.

A profissão mais freqüente no meio urbano, principalmente quando as indígenas ainda são solteiras, é a de empregada doméstica. Conforme já dissemos anteriormente, esta atividade garante a inserção das mulheres indígenas na cidade, embora seja considerada por algumas uma tarefa "pesada". Algumas jovens ficaram satisfeitas com a profissão, umas, pelo fato de receberem um salário melhor do que se estivessem trabalhando como professoras na TII, por exemplo, e outras, pela oportunidade de terem aprendido com as patroas alguns detalhes sobre as lidas

domésticas, além de orientações sobre namoros, drogas etc úteis a sua vivência na cidade. Contudo, a maioria das mulheres não possuía carteira de trabalho assinada.

Quando casadas, as indígenas passam a exercer este trabalho como diarista, trabalhando todos os dias e retornando às suas casas. Geralmente quando tem filhos pequenos, executam a função de faxineira, intercalando a prestação de seus serviços nos dias da semana. Algumas mulheres, embora desempregadas, se auto-identificam, nos formulários de matrícula dos filhos, como domésticas. Algumas mulheres continuaram exercendo esta atividade desde que chegaram na cidade, a exemplo de uma das mulheres de ascendência Xokleng mais antigas no meio urbano (28 anos); outras, porém, aderiram a esta atividade de forma temporária, até conseguirem ingressar em serviços mais proventosos e prazerosos.

A rotatividade da mão de obra de mulheres indígenas no mercado de trabalho também é grande. O trabalho na cidade exige adequação a horários rígidos e assiduidade, o que é difícil para as indígenas tendo em vista os constantes retornos para TII.

O ingresso das migrantes indígenas no mercado de trabalho ocorre quando são ainda muito jovens. A falta de experiência profissional, aliada à baixa escolaridade, implica na realização de atividades que exercem pouca satisfação, tanto pela mínima remuneração, quanto pela falta de identificação com o serviço. Apenas uma das mulheres entrevistadas, sem qualificação profissional, conquistou espaço no mercado com todos os benefícios trabalhistas.

Quanto às atividades temporárias e ambulantes, constatamos somente uma jovem de ascendência Kaingang, universitária, que vende produtos decorativos nas ocasiões da *Oktoberfest* e em lojas, além de representar uma editora. As indígenas que concluíram pelo menos o Ensino Médio, conseguiram colocar-se de maneira mais satisfatória no mercado de trabalho, ocupando as funções de operadora de telemensagem, atendente em creche, secretária, técnica de enfermagem, estagiária.

O desemprego temporário, entre um emprego e outro, é bastante comum. Em alguns casos, verifica-se o ingresso de jovens na prostituição. Esta atividade é velada, intenta-se ocultar a prática, seja pelas próprias informantes, seja por seu grupo de parentesco, e não é considerado um trabalho. As moças são afastadas do "grupo doméstico" para não influenciarem outras jovens. Elas sentem-se marginalizadas pelo "grupo social", devido à quebra dos preceitos religiosos praticados pelos adeptos do "pentecostalismo", religião adotada pela maioria dos indígenas da TII. Geralmente, o grupo de parentesco tem conhecimento dessa atividade e não aprova, tentando

acabar com a prática. As jovens estão sempre fora de casa, saem todas as noites e freqüentam lugares como bares, próximos a PROEB, e boates, e algumas vezes não retornam aos locais onde hospedam-se. Não é exercida outra atividade econômica além desta, sendo, inclusive, insuficiente para atender às suas necessidades, como, por exemplo, o pagamento do aluguel da moradia. Algumas contraíram uniões e foram afastadas pelo companheiro de suas amigas de trabalho e parentes, outras, embora recebam propostas de namoro, com a condição de "largar da bagunça", não deixam os encontros.

Algumas profissões, a exemplo de cozinheira, diarista, babá e outras, são muito mal remuneradas. Em geral, estas atividades são exercidas por aquelas mulheres que chegam na cidade sem domínio dos "códigos urbanos". O salário recebido garante apenas o sustento básico das famílias, deixando-as sem condições financeiras para o lazer. Os patrões exercem papel importante neste sentido, além do de empregadores, apoiando-as em momentos de dificuldade. Esta solidariedade se manifesta de diversas formas, seja através de contribuição extra em folha de pagamento, de consolo em momentos de conflito com os companheiros de trabalho, empréstimo de trajes para determinadas ocasiões, possibilidade de negociar horário para solucionar assuntos familiares urgentes, doação de roupas, alimentos, passagens de ônibus e objetos de decoração.

Os filhos, enquanto os pais trabalham, são coadjuvantes em casa. Geralmente, os mais velhos têm a responsabilidade de tomar conta dos irmãos menores, e mesmo quando estes estão doentes, aqueles assumem, muitas vezes, a posição de segunda mãe de seus irmãos, além de realizar as tarefas domésticas, incluindo a preparação das refeições. Uma estratégia comumente, adotada em algumas circunstâncias, é o revesamento do horário dos filhos na escola para garantir companhia às crianças menores.

Entre as formações que requerem escolaridade, o curso de enfermagem é bem valorizado por algumas mulheres, pelo fato de poderem exercer esta atividade posteriormente na TII, mas além de não haver oferta na universidade, não poderiam arcar com as despesas, até mesmo para uma formação técnica. Os cursos em escolas técnicas, como o exemplo do SENAC, também são visados por algumas jovens, com intuito de alcançar uma colocação mais adequada na cidade. No entanto, faltam recursos.

As possibilidades de inserção no meio urbano através do trabalho, algumas vezes podem superar expectativas pessoais, outras vezes surge como certeza de que

a cidade não é lugar para os indígenas, principalmente quando migram com suas famílias. Mesmo assim, a cidade acaba abrindo perspectivas para melhor compreenderem nossa sociedade. A situação de penúria que muitas vezes enfrentam, em bairros periféricos onde residem, também é compartilhada por seus vizinhos migrantes do interior do Estado e dos municípios menores da região da AMMVI.



## Capítulo 3 - Tecendo as Redes Sociais Urbanas



Vimos, no Capítulo anterior, as razões para a migração dos indígenas, ligadas, em parte, aos efeitos deletérios decorrentes da implantação da Barragem Norte, os quais puderam ser percebidos, também, no processo de instalação dos indígenas na cidade. Os desdobramentos destes efeitos, presentes nas situações de inadaptação, nas precárias condições de moradia e na fragilidade de inserção no mercado de trabalho, extrapolaram os marcos temporais demarcados pelos empreendedores do projeto para construção da obra, como também os seus limites territoriais.<sup>114</sup> Nesta perspectiva, portanto, os indígenas estão, mesmo fora da TII, sujeitos às "perturbações laterais" decorrentes deste empreendimento, que estamos caracterizando como um "projeto de desenvolvimento".

É focado neste Capítulo, a partir do reestabelecimento das "redes" de relações interpessoais dos indígenas "cidadinos", a emergência de novas situações sociais conflituosas no sistema interétnico urbano.

Dentre os agentes, internos e externos ao grupo social, com os quais os indígenas interagem cotidianamente, reestabelecendo laços de solidariedade, parentesco e amizade, encontram-se também outros segmentos populacionais, tais como membros de organizações religiosas, além de servidores de instituições públicas e de entidades sindicais.

---

<sup>114</sup> Sobre este aspecto, ver, principalmente, Santos *et al.* (1998:15) e Santos & Nacke (1999:16).

A partir da interdependência entre os agentes envolvidos neste "espaço social", identificou-se a pertinência de implicações e desdobramentos "laterais" da Barragem, tanto na vida daqueles indígenas citadinos que vivenciaram sua implantação, quanto na de seus descendentes. Razão disto, são as seqüelas visíveis e invisíveis deixadas pelo projeto no território impactado.

Neste sentido, a emergência da diferença étnica no estabelecimento de relações no sistema social urbano e os conflitos decorrentes, tornam decisiva a compreensão de dois aspectos: a extensão dos efeitos deletérios da Barragem e a atuação dos indígenas a partir de sua representação de si e dos outros com os quais estão em contato.

### 3.1 Sociabilidades Indígenas

No "espaço social" onde se processam as relações do grupo indígena Xokleng com a população blumenauense, as representações sobre os Xokleng, forjadas pelos "brancos" com os quais interagem, assumem características extremamente estigmatizantes<sup>115</sup>.

Este encontro intersocietário está marcado, na maioria das vezes, pela diferença imposta negativamente pelos "brancos", numa manifestação clara de acusação ou estigmatização, através da qual os indígenas são vistos através de estereótipos próprios e identificados genericamente como "bugres"<sup>116</sup>.

Dentre as imagens<sup>117</sup> mais marcantes produzidas pelos membros da sociedade com a qual os indígenas estão em contato, algumas rememoradas pelos próprios indígenas e outras registradas em entrevistas com os "brancos", destacamos aquelas nas quais eles aparecem como se estivessem fora do lugar: "lugar de índio é no mato"; em que falam sobre seu desempenho: "são vadios, malandros"; sobre sua condição: "índio é rico, ganha tudo do governo", "esses índios não tem cultura", "não sabem nada, são do mato"; sobre suas opções: "ou ficam no mato ou estudam", "ou é índio na aldeia ou é branco na cidade"; e, ainda, sobre suas características pessoais: "tem todos a mesma cara", "são sujos, fedem".

<sup>115</sup> Utilizamos o termo estigma no sentido dado por Goffman (1982), como atributos dados a uma pessoa por possuir traços considerados depreciativos, marcando, dessa forma, o status da diferença, que legitimam sua marginalização e discriminação.

<sup>116</sup> Oliveira (1976) analisa o processo histórico particular dos Terêna, dando ênfase à transformação cultural de membros desse grupo na sociedade regional, cuja identidade, imposta de fora pelo alienígena, era o pejorativo termo "bugre", símbolo de uma alteridade estigmatizada e freqüentemente assumida pelos indígenas.

<sup>117</sup> Conforme definiu Novaes (1993:111), as imagens são categorias de representação elaboradas no jogo da percepção de si mesmo nos olhos do outro. Os diferentes olhares que estas imagens produzem, são eivadas de juízos de valor.

Neste sentido, é possível antever os termos em que são reestabelecidos os vínculos de relações sociais dos indígenas neste encontro intersocietário. Aqueles que exercem o controle dos meios de produção utilizados pelos indígenas ocupam uma posição superior, situada num "polo positivo" (Epstein, 1978:102), onde são lançadas as bases para o surgimento de desigualdades e estratificação (Barth, 1998). Nesta perspectiva, os indígenas estariam situados na posição inferior da hierarquia social do meio urbano, no "polo negativo", essencialmente marcado por atributos desqualificativos, "geradores de frustrações e crises de identidade" (*Idem*).

Nas relações dos indígenas com a vizinhança, foram registrados alguns conflitos ocasionados pelos diferentes sistemas de valores em jogo.

Tomando como exemplo uma "parentela" Xokleng, temos de um lado os indígenas, se sentindo controlados pelos vizinhos a cada movimento, som emitido ou atividade realizada, e de outro, a vizinhança, descontente com a manifestação do jeito de ser Xokleng. Uma das reclamações de um dos vizinhos dos indígenas, nas palavras de uma informante, pode ser útil para melhor situar esse desencontro: "tenho que levantar cedo amanhã, o que que essas cambada tão fazendo barulho" (NSS, 20/11/99).

O choro das crianças doentes durante a noite, encomoda, igualmente a luz acesa e o deslocamento da mãe ou avó no interior da casa para fazer chás. Os indígenas sentem-se também muito pouco à vontade para receber suas visitas, tendo em vista a escassez de espaços na residência e a interpretação dos vizinhos, no sentido de que todos iriam "dormir" juntos.

O simples fato de acenderem fogo no quintal da residência, para fazerem churrasco em comemoração à chegada de parentes da TII, também é motivo de preocupação dos vizinhos, a ponto do corpo de bombeiros ser chamado. Além disso, a concentração de crianças correndo ao redor da casa, os brinquedos por todos os cantos, podendo inclusive alcançar o terreno vizinho, podem gerar grande confusão.

Casos de intromissão na educação dos filhos, conflitos em torno da limpeza dos espaços em comum e agressões verbais também foram verificados em outras famílias Xokleng. Mas, conforme já havíamos relatado anteriormente, nem todas as relações sociais dos indígenas com a vizinhança são conflituosas. Outro grupo de parentes Xokleng, atualmente na TII, mantinha relacionamento amistoso com os vizinhos, embora estivesse presente a relação de desigualdade entre os mesmos. Um dos vizinhos assim relatou, "eles [os indígenas] têm os costumes diferentes, mas nem por isso nos dávamos mal com eles, [...] eles têm os [costumes] deles, nós temos os nossos".

As famílias indígenas de ascendência Kaingang, há mais tempo na cidade, estenderam seu círculo social além da vizinhança, relacionando-se com pessoas da redondeza, especialmente porque, sendo algumas mulheres indígenas atendentes de enfermagem, podiam prestar atendimento básico de saúde. Recebem, também, visitas de amigos de outras cidades, como também de pessoas ligadas às igrejas que freqüentam, além de manter contato com pessoas que conhecem durante viagens de férias. De maneira geral, estas relações com a vizinhança são tranqüilas, visto que não há diferenças culturais aparentes entre seu modo de ser e viver e o dos vizinhos "brancos". No entanto, estas relações são superficiais, segundo uma informante: "é um cá e outro lá" (NNS, 22/11/99).

Entre os jovens indígenas, as relações ocorrem, principalmente: com membros da "parentela" que apoiou sua vinda para cidade; com pessoas, residentes em Blumenau, providas de outras cidades do Estado; com índios Guarani e cafuzos da TII que vivem também em Blumenau; com antigos conhecidos e amigos, filhos de colonos com os quais estudaram nas escolas da região de origem; com amigos dos namorados e dos cônjuges "brancos"; com outros jovens das igrejas que freqüentam; com alguns colegas de classe, das boates, dos salões de dança e dos bares noturnos.

De maneira geral, os indígenas recebem visitas e se relacionam com sua "parentela" na cidade, estendendo estas relações com outros migrantes indígenas residentes em Blumenau, quando os encontram ocasionalmente, por exemplo, em terminais de ônibus urbanos. Nesses casos, trocam números de telefone, quando o possuem, e marcam encontros para os finais de semana. Algumas vezes, os migrantes indígenas de "parentelas" diferentes apenas se vêem, sem estabelecer comunicação devido aos intensos afazeres diários ou às divergências preexistentes já na TII. Os rígidos horários de trabalho a que os indígenas "cidadinos" estão submetidos contribuem, em grande parte, para que não se reencontrem com freqüência.



Reencontro temporário de jovens irmãs de ascendência Xokleng na cidade.

Cabe ressaltar que a manutenção das relações dos indígenas com a sua "parentela" e conhecidos da TII, no meio urbano, é importante para continuarem a expressar sua visão e representação do mundo historicamente compartilhado, atualizar a identidade social e reafirmar os laços de amizade e solidariedade.

### 3.2 Namoros e Casamentos: Alteridades em Jogo

Semelhante aos conflitos vivenciados por alguns indígenas no âmbito da vizinhança, fundamentados em representações extremamente estigmatizantes da diferença étnica, as relações de namoro, uniões com cônjuges "brancos" e o relacionamento com seus respectivos parentes e afins encerram o olhar dominador da sociedade com a qual os indígenas "cidadinos" estão em contato.

A organização da família, através dos namoros e casamentos com cônjuges "brancos", não esconde, muitas vezes, as relações desiguais que excluem os indígenas. Neste sentido, os conflitos ocorridos com parentes afins ou com os próprios cônjuges "brancos", que podem chegar a casos extremos de violência física, acabam por gerar a re-significação do pertencimento ao grupo, reafirmando-o de maneira positiva na cidade, que incide, inclusive, na mudança desses valores na TII, no âmbito de suas famílias, as quais, normalmente incentivam-nos a ir ao encontro de cônjuges "brancos".

De outro lado, os casamentos bem sucedidos com "brancos" no meio urbano, possibilitam aos indígenas "cidadinos", principalmente aos jovens, a idealização destas uniões como chances ideais de ascensão econômica, garantia de permanência na cidade e prestígio, oportunidades que poucos indígenas na TII poderiam ter.

Namorados "brancos" de indígenas, muitas vezes já prevendo conflitos na família em decorrência da notícia de estarem se envolvendo afetivamente, adotaram as mais diferentes estratégias para evitar constrangimentos. Assim, os encontros geralmente aconteciam em praças, lanchonetes e bares noturnos. O namoro não era compartilhado com a família, até o surgimento de um forte motivo, como, por exemplo, a gravidez. Em alguns casos, preparava-se a família com antecedência para receber a notícia do namoro com uma moça indígena, mas conta um esposo "branco" ao recordar o fato: "foi um impacto" (LJ, 31/10/99).

Um caso ilustrativo de confronto entre sistemas de valores, a partir das representações sobre a possibilidade de ter o "outro" como membro da família, pode ser verificado no relato de uma informante de ascendência Kaingang, ao lembrar o período que antecedeu seu casamento: "meu sogro e meu cunhado não queriam meu casamento de jeito nenhum. Começaram a falar que eu tava interessada nas coisas que eles tinham, porque eu era uma índia, tal, sei que foi indo até eles não iam no nosso casamento, mas foram". (MA, 03/11/99).

Outra informante de ascendência Kaingang, rememorou a imagem de si mesma nos olhos de seus atuais parentes afins, no tempo em que vivia na TII: "foi complicado a família saber que eu era índia, ele não. O pai e a mãe demoraram muito para aceitar. Eu sentia aquele dilema (sic), aquela separação". (DNI, 29/10/99).

Esta mesma informante recorda-se também da imagem que dela foi formada pelos amigos do esposo, colonos da região próxima à TII: " - Com quem vais casar, fulano? - Com a filha do ciclano, uma índia lá da reserva. - Como é que pode um cara tão bacana, tão legal como tu, casar com uma índia?"

Neste sentido, poderíamos dizer que a imagem elaborada sobre o "outro", mesmo sem conhecê-lo, revela o valor negativo atribuído à identidade social indígena, cujos aspectos diferem do ideal. (Durkheim, 1911 *apud* Novaes, 1993:111).

O relato de uma informante, também de ascendência Kaingang, evidencia o problema ligado à dificuldade de seu "grupo social" estabelecer vínculos de relações afetivas com os "regionais":

em José Boiteux e Ibirama é difícil arrumar namorado, porque os colono de lá capaz que uma família de lá, iria (sic) aceitá um filho casado com uma da reserva, jamais, isso não, porque tu não fala com uma "índia", uma "mestiça" que diz, meu marido, é aqui de Ibirama, de José Boiteux, tu pode ter certeza disso, então não queremos ficar escutando preconceito, vejo minhas primas, todo mundo é difícil, tem preconceito ou com "mestiço" ou com pessoas da reserva (IAFP, 25/11/99).

Diante disso, é possível entender porque alguns indígenas migram da TII em busca de parceiros casadouros. Muitas vezes, eles assumem a identidade estigmatizada marcada pelo "outro", acreditando ser necessário corrigir alguns aspectos de sua conduta, através do convívio com o "branco", para aprender a ser "que nem gente civilizada".

No meio urbano, as representações sobre si, nas situações de confronto com a família do futuro cônjuge, são muito heterogêneas. Partindo do entendimento de Novaes (1993:108-9), as representações formam-se no ponto de que parte o olhar e estão sujeitas a alterações correspondentes às condutas dos sujeitos. Estas condutas se alteram, o que significa dizer que se alteram também as ações assumidas em função do "outro".

Como os indígenas estão em contato com diferentes segmentos sociais, suas imagens sobre si adquirem novas possibilidades de serem refletidas e desta forma, adquirem novas possibilidades de atuação. Nesta concepção repousa o caráter dinâmico da identidade no sentido dado por Novaes (1993:26-27), cuja manifestação

conduz a uma "ação política eficaz", na qual "um grupo reivindica para si, o espaço político da diferença".

No caso em questão, percebe-se que as diversas maneiras de captar a própria imagem refletida nos olhos do "outro" levaram a diferentes atuações dos indígenas na interrelação com seus namorados.

Para citar exemplos, temos o caso de uma senhora de ascendência Kaingang, casada no meio urbano, que acionou sua identidade social como "índia mestiça", sem deixar de lado, como estratégia de inclusão, sua ascendência alemã, na situação de exclusão que havia enfrentado<sup>118</sup>: "eles não tinham do que reclamar porque eu sou "mestiça", [pois] minha mãe era alemã" (INJ, 31/10/99).

Alguns informantes, na época jovens, viam sua identificação étnica de maneira positiva, se auto-afirmando para a família do futuro cônjuge como membro de um grupo indígena. Outros, na mesma situação, se auto-identificavam como "descendentes", no sentido de distância do pertencimento étnico, numa manifestação clara de identificação étnica negativa, em função da incorporação das representações estigmatizantes de seu "grupo social" manifestadas pelos "brancos". Além disso, cabe ressaltar que esta categoria de representação evidencia, também, uma estratégia política de inclusão, numa possível situação de exclusão imposta pelo "outro".

Tamagno (1988:48-60) coloca que "os significados, acompanhados das práticas sociais, surgem na relação indivíduo/sociedade", e são justamente nas complexas relações processadas no meio social onde vivem que os indígenas elaboram as expressões classificatórias de suas categorias de inclusão/exclusão.

A indefinição do reflexo da própria imagem no "outro" levou uma informante de ascendência Kaingang a repensar sobre si, antes de apresentar o namorado ao seu "grupo social": "eu demorei pra levá ele em casa [na TII]. Eu tinha receio. A mãe disse pra mim: se é pra sê, ele vai tê que te aceitá do jeito que é" (CNM, 16.12.99).

Um elucidativo trecho do livro de Novaes (1993:111) explicita o comportamento de indivíduos que se acham em contato, porém orientados por sistemas de valores diferenciados: "a reflexão sobre si provocada pelo contato com o outro, implica o confronto entre estes sistemas de valores, a partir dos quais se especula sobre si e os outros".

---

<sup>118</sup> Oliveira (1976:23-53) lembra que a inclusão de grupos étnicos na estrutura de classes das sociedades nacionais apresentam a manipulação étnica como estratégia de interrelação entre grupos culturalmente diferentes e socialmente desiguais.

Quando perguntados sobre a preferência na escolha de cônjuges, alguns informantes indígenas revelaram que o importante é aceitarem o sistema de valores do grupo. Mas, por parte dos mais velhos da TII, existe cobrança àqueles indígenas que namoram ou casam com "brancos". Um informante de ascendência Kaingang que não possui domínio da língua Xokleng, vivenciou esta situação, quando passava com a namorada "branca" e a irmã por uma senhora Xokleng da TII. Esta disse para a irmã mais velha do rapaz, que entende a língua: "porque ele não pegava uma índia mesmo, não largava daquela malandra" (JGA e MA, 03/11/99).

Numa outra perspectiva, familiares indígenas com alguma experiência de convívio no meio urbano não apoiam o casamento de seus descendentes com indígenas da TII, demonstrando uma imagem negativa de seu próprio "grupo social", formada a partir de seu reflexo nos olhos dos "regionais".

Dentre as virtudes desejadas pelos indígenas num cônjuge, filtradas no olhar da sociedade com a qual estão em contato, registramos a gentileza, o saber "falar manso", a educação, a generosidade e boas condições financeiras para colaborar no orçamento do "grupo doméstico".

As dificuldades encontradas na fase do namoro desta pequena parcela da população indígena pesquisada revelaram-se ainda mais frustrantes quando as uniões com alguns cônjuges efetivamente aconteceram. Alguns casos envolvendo índios Xokleng são ilustrativos.

Uma jovem Xokleng, hoje com 22 anos, engravidou aos 14 anos de um rapaz que morava na mesma rua onde ela residia, passando a viver na residência dos pais de seu companheiro "branco". Sem conhecer o suficiente a família do rapaz, surpreendeu-se quando logo começaram a proibí-la de visitar sua família, destinando apenas um dia do mês para reencontrá-los.

As causas dos conflitos intrafamiliares que constantemente surgiam eram atribuídas negativamente à "índia", agora, incorporada à família por afinidade. Ao nascer o primeiro filho do casal, surgiram dúvidas dos parentes afins, quanto a paternidade da criança, pelo fato de ter nascido com feições indígenas. Quando nasceu a segunda filha do casal, as intromissões dos afins na educação e nos tratamentos de saúde dos filhos tornaram-se mais intensas e, no momento em que a filha mais jovem necessitou ser encaminhada a um pediatra, não houve consenso entre a mãe da criança, que queria levá-la, e a família do esposo. Finalmente, quando a criança foi levada ao Hospital Santa Izabel, estava com início de pneumonia. Lá adquiriu, ainda, uma infecção hospitalar, vindo a falecer.

O casal separou-se após este episódio, ficando, legalmente, a guarda do filho com a família do esposo. A jovem retornou para a TII, mas voltou para cidade e reatou com o ex-companheiro, apesar de sua família ser contra. Mesmo assim, tiveram uma terceira filha na residência do esposo, mas a situação de confronto dos sistemas de valores continuaram. A paternidade da criança foi novamente questionada e várias discussões se sucederam, a ponto de a jovem querer voltar para casa de sua "parentela" no bairro. Mas, começou a sofrer ameaças de morte do esposo, caso resolvesse deixar a família dos afins levando a filha consigo. No entanto, assim o fez.

A família do esposo da jovem Xokleng encaminhou o caso ao Conselho Tutelar do município, lá passando a imagem que faziam dos indígenas. Solicitaram a guarda da criança porque a família com a qual ela convivia não possuía higiene, cuidados específicos e condições para oferecer uma educação adequada à criança, tendo em vista que a mãe da menor trabalhava "na noite", sendo, portanto, um mau exemplo para a neta. O desenrolar desta situação será abordado adiante, quando analisarmos a relação dos indígenas com outros segmentos populacionais, dentre eles as assistentes do Conselho Tutelar do município.

Semelhante a este caso, o casamento de jovens Xokleng com cônjuges "brancos" pode implicar a ruptura com a "parentela" e com as velhas amizades da TII no meio urbano, a pedido do companheiro. O casamento pode significar também o afastamento da família "citadina", na medida em que existem longas distâncias entre os bairros da periferia, onde geralmente se instalam. Outrossim, vêem no casamento razão para interromper seus estudos. Registrou-se, inclusive, o caso de uma jovem que abandonou o curso de Serviço Social na FURB, para residir em Curitiba (PR) com o companheiro.

Outras situações demonstrativas destes tipos de confronto foram percebidas. Na ocasião de entrevista com a companheira de um jovem Xokleng, na residência da avó da garota, com quem moravam, notamos que, ao pronunciar os nomes indígenas dos parentes de seu companheiro, havia sempre comentários da avó do tipo: "ah, meu Deus! que nome, nem tem nome direito", ou então, quando a jovem relatou a vinda do rapaz para a residência de sua avó, ouvimos: "a casa está fedendo mesmo".

Provavelmente, em decorrência dessas representações e, conseqüentemente, ações dos parentes afins, o rapaz acabou trazendo a garota para viver com sua "parentela", mas as experiências também não foram favoráveis. Integrantes da "parentela" deste jovem passaram a receber ligações telefônicas de familiares da garota fora de horário previsto, sendo tratados com indiferença e desrespeito. Diante

disso, os parentes do jovem Xokleng passaram a não aprovar o comportamento de seus parentes afins<sup>119</sup>.

Outros casos envolvendo gravidez foram registrados entre os Xokleng. Em um deles, o novo casal passou a morar na residência da família do esposo, ou próximo à casa de seus pais. Nestas situações, comentários sobre desentendimentos com a família do companheiro, devido a intromissões na vida do casal, bem como na educação de seus filhos foram observados.

Percebeu-se que, ao serem revelados os diferentes valores determinantes do comportamento indígena nas famílias nas quais se achavam inseridos, emergem os conflitos. Assim, eram comuns as comparações das jovens indígenas com o território de origem, onde podem representar sobre si com liberdade e aceitação, ou possuir vínculos de amizade e solidariedade, dificilmente reestabelecidos na cidade entre os "brancos".

Ao mesmo tempo, o território de origem, bem como os territórios indígenas nestes espaços urbanos, adquirem a dimensão de espaços sociais historicamente compartilhados, cujo domínio representa atualizar sua identidade étnica, seus valores e suas práticas sociais e principalmente a retomada simbólica de seus territórios tradicionais.

O caso que consideramos mais dramático e, concomitantemente, exemplar para demonstrar a relação dos impactos da Barragem na TII com a migração dos indígenas, foi aquele vivenciado por uma jovem Xokleng envolvida afetivamente, com um traficante de drogas.

Para estabelecer esta relação, é preciso compreender a situação de dominação e abandono em que seu "grupo social" esteve submetido desde o contato histórico com os "brancos", que veio a agravar-se quando foram expropriados, na década de 70, de seus territórios para implantação da Barragem.

Todas as "perturbações laterais" desse projeto, elencadas no Capítulo I, são provas de que os efeitos da barragem não foram sentidos apenas pelos indígenas que vivenciaram o processo de sua construção entre 1976 e 1992, quando foi inaugurada. A geração nascida nesse interim foi também afetada, na medida em que vivenciaram a desgastante luta em busca das indenizações pelas perdas sofridas, até o presente momento sem solução e fruto do descaso e da irresponsabilidade dos

---

<sup>119</sup> Viemos a saber, após o término da pesquisa de campo, que mesmo diante de uma gravidez, o casal havia se separado.

devedores destas compensações, respectivamente o Governo Federal e Governo Estadual.

Neste sentido, o caso da jovem Xokleng que estamos a focar é apenas um exemplo desses descendentes afetados pelos efeitos deletérios da Barragem, que, como muitos jovens, estão em busca de melhores condições de existência para si e para seus descendentes. No entanto, o "espaço social" onde estão inseridos revela a extensão da ideologia segregacionista dos segmentos populacionais com os quais entraram em contato, e, conseqüentemente, as baixas possibilidades dadas aos indígenas de se inserirem na sociedade de classes de Blumenau.

O lugar dos indígenas, como já havíamos ressaltado, é sempre ocupado no pólo inferior dessa hierarquia social, seja nos espaços onde residem, se sociabilizam, trabalham ou estudam. No meio urbano, os indígenas estão expostos tanto a situações nas quais podem realmente conquistar espaços mais adequados para si e seus filhos quanto a circunstâncias que podem contribuir ainda mais para sua situação de minoria destituída de direitos.

Os desdobramentos do caso da jovem Xokleng, presa, durante o evento da *Oktoberfest*, por estar acompanhando um traficante com o qual se envolvera na favela onde residia com seu "grupo doméstico", pode ser melhor entendido quando o analisarmos em relação aos segmentos institucionais que dele trataram: a FUNAI, o Ministério Público Federal e as instâncias de Segurança Civil, do município e do Estado.

Quanto ao sistema de nomação das crianças, observou-se que o nome indígena, continua sendo um importante "traço diacrítico"<sup>120</sup> para distinção do grupo indígena como tal. Este traço cultural representa para os indígenas "cidadinos" uma das formas de garantia de seu reconhecimento como membro do "grupo social" e, igualmente a obtenção de seus direitos sobre o território, às indenizações pela construção da Barragem e os benefícios da FUNAI.

Por esta razão, alguns indígenas entrevistados demonstraram preocupação pelo fato de seus filhos e seus netos não possuírem o "nome de índio". Por exemplo, quando a jovem Xokleng, ameaçada de perder a filha para a família do ex-esposo, que possuía o apoio do Conselho Tutelar do município de Blumenau, esteve na TII solicitando apoio da FUNAI nesta causa, o nome da criança foi requerido. O fato desta não possuir o nome indígena foi questionado na TII como possibilidade de

---

<sup>120</sup> Por este termo, entendemos, segundo Cunha (1986:99), a simplificação da cultura original de um grupo étnico na diáspora, cujos traços são reduzidos ao que se torna essencial para manutenção de sua distintividade.

insucesso na defesa do caso. No entanto, as lideranças aliadas à "parentela" da jovem garantiram o envolvimento da FUNAI na questão. Segundo informações obtidas no âmbito dessa "parentela", algumas lideranças na TII se opuseram à extensão dos direitos indígenas aos solicitantes por estarem vivendo fora e não terem resguardado o nome indígena.

Esta atitude contrária por parte de algumas lideranças, talvez esteja associada à forte demanda de solicitações dos indígenas "cidadinos" da TII, como estratégia de manter os escassos recursos e as atenções da FUNAI nos limites territoriais sob administração das facções que estão atuando na TII. O faccionalismo interno dos Xokleng, acirrado com o processo de construção da Barragem, aparece aqui por inteiro, demonstrando seus efeitos deletérios sobre a população que está residindo nas cidades. A organização interna do grupo indígena Xokleng é de fato bastante complexa e não cabe aprofundá-la neste momento. Apenas vale ressaltar que existe um "campo de forças"<sup>121</sup> atuando nesta interrelação dos indígenas "cidadinos", da FUNAI e das lideranças indígenas.

O que está em jogo nessa luta é a concessão de direitos aos indígenas "cidadinos" sobre os recursos disponíveis àqueles residentes na TII. E para agravar a situação, inexistem políticas internas claras sobre os critérios a serem utilizados para assistí-los, incidindo sobre a manipulação, pelas lideranças, dos "traços diacríticos" à favor dos interesses de sua facção. A FUNAI por sua vez, entra no jogo e tira proveito da situação conforme lhe convém, afinal de contas, quanto menos preocupação, melhor. Retomando Cunha (1986:103), "os traços diacríticos selecionados por um grupo não são arbitrários, mas imprevisíveis".

Como "resíduo cultural", o "nome de índio" adquiriu para os indígenas "cidadinos" outros significados, além do pertencimento ao grupo, com a possibilidade de serem manipulados frente a determinadas situações que lhes possibilitam obter tanto ganhos quanto perdas. Dependendo da parte da sociedade com a qual estão em contato, eles assumem atuações e representações variadas no "espaço social" de Blumenau e da TII.

Diante disso, muitos indígenas "cidadinos" estão repensando a questão do nome de seus filhos, e netos, pretendendo incorporar, aos "nomes de branco", nomes indígenas, não somente em decorrência da organização interna do grupo de que

---

<sup>121</sup> "Campo de forças" deve ser entendido aqui no sentido dado por Bourdieu (2000:164), como campo de lutas onde se transforma a relação de forças, conferindo-lhe sua estrutura num dado momento. Nele são produzidos acontecimentos cujos cidadãos comuns são reduzidos ao estatuto de "consumidores", quanto mais afastados do lugar de produção.

fazem parte, mas, também, como forma de não perderem a lembrança de sua ascendência indígena. Neste caso, registramos alguns nomes indígenas para futuros filhos dos indígenas "cidadinos", tais como Kauana, Kaluã, Kauê.

Um belo exemplo de reelaboração da organização social Xokleng ligada à prática de dar às crianças recém-nascidas o nome de um falecido próximo de seus parentes (Henry, 1941:176 *apud* Santos, 1973:223), foi observada quando aconteceu a morte de um índio Xokleng durante o período da pesquisa de campo. Neste caso, a cunhada do morto, que estava grávida, pretendia colocar em seu filho ou filha o nome de Acássio Kaynã ou Kananda, tendo em vista que o nome do falecido era Acacio Têiê, também conhecido por Kánán.

O registro de nascimento das crianças nascidas fora da TII, somente em Blumenau, tem sido motivo de preocupação para alguns indígenas "cidadinos". Neste caso, eles pretendem proceder o reconhecimento de seus filhos na sede da FUNAI, em José Boiteux. Um dos informantes, cujo descendente não possui referência indígena no nome registrado em cartório, pretende incorporá-la ao nome da criança ao registrá-la na FUNAI. Neste sentido, percebe-se a "eficácia simbólica" (Levi-Strauss, 1975:215-236) atribuída aos documentos, como instrumento oficialmente reconhecido do pertencimento dos indígenas "cidadinos" ao "grupo social".

Dentre os filhos nascidos no meio urbano, percebeu-se o predomínio dos "nomes de branco". Os motivos dados a esta reelaboração cultural, segundo alguns informantes, deve-se a constrangimentos freqüentes vivenciados na cidade, que pretenderam evitar para seus filhos. Ao serem pronunciados nomes indígenas, alguns "brancos" não conseguem escrever, outros não conseguem pronunciar e há ainda aqueles que acham tão estranho, embora nessa região a maioria das pessoas tenha sobrenomes alemães ou italianos, a ponto de necessitar explicações quanto a sua procedência, às vezes, indesejadas.

Em situações de entrevista com alguns vizinhos dos indígenas "cidadinos", percebeu-se que os "brancos", quando ouvem pronunciar os nomes indígenas, acham graça. Talvez devido a incorporação da imagem de seus nomes pelos "brancos", possamos dizer que alguns dos próprios indígenas "cidadinos" acharam engraçado os "nomes de índio" quando os pronunciaram à pesquisadora, vendo nos olhos da mesma o reflexo que tem de si nos olhos dos "brancos". Uma outra situação, na qual os indígenas escutaram seus nomes serem proferidos incorretamente pelos "brancos", foi motivo de muito riso.

A grande maioria dos indígenas da TI1 possui nomes indígenas, que são seus nomes próprios, conservando alguns nomes dos antepassados, como também possuem o que comumente chamamos "apelido". Alguns destes "nomes de índio" do tipo "apelido" são: Petéi, Físa, Ludún, Telé, Coctá, Acá, Yokô, Cucúm e outros. De maneira geral, estes nomes indígenas não são conhecidos pelos "brancos" ou utilizados no meio urbano, mas somente entre sua "parentela". Assim, pode-se dizer que o nome indígena é um "traço cultural" expressivo da reafirmação da identidade étnica dos indígenas em espaços urbanos, cuja "territorialização"<sup>122</sup> demanda a atualização constante de sua distintividade, seja esta aparente ou não. O nome indígena, portanto, continua sendo "um diferenciador por excelência"<sup>123</sup>.

Para evitar os nomes indígenas, no meio urbano, na presença dos "de fora", eles utilizam "nomes de branco", existente em seus nomes próprios. A combinação de "nomes de índio" com "nomes de branco", como exemplo Juliane Tendô, Jaqueline Tiatá, Cleiciane Telé, Daniela Faa-véi, Tendô Loreci, Aicomem Maria,<sup>124</sup> é uma "forma de organização política eficiente" da experiência indígena, na medida em que permite aos seus descendentes selecionarem, em situações específicas, a melhor representação de si no contexto em que estiverem atuando. Revela também o poder de acionarem seus próprios critérios de inclusão e exclusão entre os grupos com os quais interagem. (Cunha, 1986:111).

Em outros casos, observou-se a ausência de inquietação em relação à falta de "nomes de índio" incorporados ao nome de alguns indígenas. Neste caso, os nomes foram escolhidos tomando por referência determinações sociais da sociedade de classes na qual estão inseridos. A imagem que possuem dos nomes indígenas representa possibilidades diferentes daquelas representações que o nome de "branco" encerra, cujo reflexo dos nomes existentes na sociedade blumenauense oferecem e, de certa forma passaram a ser desejadas para seus filhos. Subjacente à escolha de "nomes de branco", está presente a imagem de "nomes de doutores", posição a qual dificilmente poderia ser alcançada, caso oferecessem para seus filhos uma distintividade indígena a ser assumida na sociedade que os exclui como "índios".

<sup>122</sup> A noção de "territorialização" elaborada por Oliveira Filho (1998) constitui-se como ponto-chave para a apreensão das mudanças socioculturais de uma sociedade inserida no contexto do Estado-Nação. Esta noção implica reorganização social, constituição de uma nova identidade étnica diferenciadora, mecanismos políticos especializados, reelaboração da cultura e da relação com o passado.

<sup>123</sup> Cunha (1986:100) mostrou que a língua nativa é "um sistema simbólico organizador das percepções do mundo, como também um diferenciador por excelência". O nome indígena percebido nesta concepção, indica que, por fazer parte deste sistema simbólico, possui a mesma característica.

<sup>124</sup> Conforme podem ser observados na Genealogia de Parentesco das Famílias Indígenas em Blumenau - 1999. Ver Anexo 02.

Outrossim, da mesma forma como os documentos adquiriram um significado importante, os "nomes de branco" também representam a "eficácia simbólica" de torná-los parte da sociedade com a qual estão em contato como indígenas e como cidadãos<sup>125</sup>. Cabe ressaltar que esta estratégia política, para conviver em "pé de igualdade" com o "branco" no meio urbano, não significa negar o vínculo com o "grupo social" do qual se vêm parte, mas rechaçar a dependência ao órgão indigenista oficial, as condições de miséria e a falta de perspectivas que ser membro daquele grupo encerra. Desta forma, poderíamos dizer que os indígenas "cidadinos" assumiram um "olhar distanciado" de seus parentes da TII<sup>126</sup>.

No tocante ao sistema de nomeação dos indígenas adotados, nota-se que o sobrenome da criança é o do pai social, mesmo quando os pais adotivos são seus avós. Os termos de parentesco utilizados referem-se ao contexto social, independente da consangüinidade. Por exemplo, no caso da adoção de um neto, a mãe adotiva é chamada de mãe e a mãe consangüínea é chamada pelo seu primeiro nome próprio, podendo ser também chamada de mãe, na ausência da mãe social. As duas mães, entretanto, possuem reconhecimento como tais por parte do adotado, mas a mais significativa é a mãe adotiva. Os filhos da mãe adotiva passam a ser seus irmãos, mas também são reconhecidos como tios e quando há muita afinidade podem ser seus pais.

Como vemos, a definição do parentesco por consangüinidade não pode ser fixada pelo aspecto biológico. Hèritier (1989:29) nos alerta neste sentido, mostrando que "a adoção cria laços de consangüinidade fictícia, cujos efeitos são tão constrangedores, juridicamente, quanto os da consangüinidade real [...] e ainda que a consangüinidade é uma relação socialmente reconhecida".

### **3.3 Ações Institucionais e Atuações Indígenas**

Em diferentes situações sociais, envolvendo, de um lado, os indígenas "cidadinos" e, de outro, instituições do município e FUNAI, fica evidente a desconsideração desses agentes sociais externos às especificidades étnicas do grupo indígena Xokleng.

Por sugestões do ex-presidente da CVY e do CIMI, órgão de apoio ao movimento de manifestação popular contra a política do Presidente Fernando

<sup>125</sup> Tamagno (1995:02) ao propor uma reflexão acerca da construção da identidade étnica do grupo de migrantes indígenas Toba, em Buenos Aires, mostra que eles possuem todo direito de serem reconhecidos como indígenas e também como cidadãos da Argentina, de construir coletivamente sua própria existência a partir de seu próprio relato.

<sup>126</sup> Sobre esse aspecto entre outras sociedades indígenas, ver Tommasino (1994) e Gow (1991).

Henrique Cardoso, os indígenas da TII participaram, no dia 10 de novembro de 1999, da "Passeata dos Excluídos". Tratava-se de uma caminhada pelo centro de Blumenau envolvendo vários segmentos sociais oprimidos, tais como indígenas, sem-terra, negros e outros.

A promoção do evento surgiu da articulação entre movimentos sociais, igrejas e sindicatos, procurando envolver o maior número possível de participantes. Funcionários do Sindicato dos Bancários estiveram na TII propondo às lideranças a adesão do grupo. Seria fornecido ônibus especial para o transporte dos indígenas e alimentação. Dentre os participantes da TII, havia indígenas de todas as idades, além de muitos indígenas citadinos que aderiram ao movimento para reforçar a luta do grupo e, ao mesmo tempo, rever velhos companheiros, amigos e parentes.

Durante o evento, os indígenas carregavam bandeiras do PT, traziam nas mãos artesanatos para comercializar. Além disso, aproveitaram a oportunidade de estarem em contato com a mídia para relembrar suas antigas reivindicações. Tomaram o microfone e se pronunciaram-se solicitando à Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC) e à Secretaria dos Transportes o cumprimento dos acordos previstos no Protocolo de Intenções, de 1992.

Segundo informações obtidas no Conselho Tutelar, alguns indígenas presentes, quando perguntados, demonstraram desconhecimento sobre a razão de seu envolvimento na passeata. Nesse sentido, ficaram evidentes as críticas do Conselho ao envolvimento dos indígenas na manifestação e principalmente a quem os envolveu. É até certo ponto paradoxal as críticas do Conselho ao envolvimento dos indígenas, pois este órgão é mantido pelo município, que é administrado por um Prefeito eleito pelo PT. Outra crítica surgiu por parte de um jovem indígena "citadino", de ascendência Kaingang, que não aderiu ao movimento, dizendo: "tenho certeza que grande parte daquelas pessoas veio de lá porque ganharam em troca o ônibus e a oportunidade de estar em Blumenau um dia, ganharam um almoço, pronto. Já é um motivo muito forte. Muitos não sabiam o que estavam fazendo aqui, foi lamentável aquele fato. Eu acho que não perceberam que estão sendo usados". (CM, 24/11/99).

Depreende-se desse contexto que, de um lado, os indígenas foram incorporados à manifestação para satisfazer aos fins desejados pelos segmentos urbanos envolvidos, mas também que, de outro lado, souberam tirar proveito da situação para reivindicar suas demandas e reafirmar sua identidade étnica diante da população que os ignora.

No Conselho Tutelar do município, a partir do olhar da população de Blumenau e dos próprios funcionários da instituição, foi possível compreender a maneira como a assistência é prestada ao indígena.

Retomando o caso da jovem Xokleng ameaçada de perder a guarda da filha, temos agora outros agentes externos atuando neste cenário, tais como a Procuradoria e a FUNAI. Antes de comparecer ao Conselho, a jovem Xokleng procurou o Ministério Público Federal acompanhada do cacique da aldeia Bugio, local onde reside também sua "parentela". A procuradora intercedeu em seu favor solicitando ao Conselho que não interferisse no caso, lembrando que os indígenas são detentores de uma legislação própria, cabendo a FUNAI resolver a questão. O Administrador Regional da FUNAI em Curitiba (PR), ligou várias vezes para o Conselho e explicou à Conselheira Tutelar Gláucia Corrêa que a jovem Xokleng era protegida por outra legislação e por esta razão deveria abandonar o caso.

Os conselheiros da instituição sentiram-se incapazes de resolver o problema e criticaram a FUNAI porque esta também não o solucionou, deixando-os frustrados com o fato de não poderem ter interferido, punindo a jovem Xokleng, como fariam com qualquer cidadã do município. Para eles, a jovem Xokleng reivindicou direitos garantidos pela CF, como membro de uma sociedade diferenciada e de cultura própria, "à qual já não mais pertence", tendo em vista sua larga experiência de vida no meio urbano, seu casamento com um "branco", sua perda de vínculos com os parentes da TI e sua condição de alfabetizada e eleitora.

Analisando o argumento do Conselho Tutelar, percebe-se que a classificação utilizada no entendimento de quem é ou não "índio", sugere que os indígenas residentes fora dos espaços demarcados pela FUNAI deixam de ser "índios", principalmente se compartilharem o estilo de vida adotado pelos "brancos". Partindo do entendimento de Nadel (1971), explicitado por Poutignat & Streiff-Fenart (1998:61-64), acerca do que vem a ser um "grupo étnico", podemos visualizar, na representação dos funcionários do Conselho Tutelar, o que os autores apontam como "ingenuidades" na tentativa de definir unidades étnicas.

A primeira delas seria definir um "grupo étnico por uma lista de traços". Em outras palavras, não é possível delimitar as fronteiras de um "grupo étnico", e portanto, de um membro desse grupo, tomando a cultura como "um conjunto de traços objetivos". (Poutignat & Streiff-Fenart, 1998:61). A distinção entre um grupo e outro, neste caso, de um indivíduo em relação aos outros com os quais está em contato, pode ser estabelecida, concebendo a cultura, segundo Nadel (1971:49), "como um

modo de consciência que as pessoas têm de si mesmas". A segunda "ingenuidade" repousa na consideração do "isolamento geográfico e social, como a base da diversidade étnica" (Poutignat & Streiff-Fenart, 1998:62). Baseado em Barth (1998), "as fronteiras étnicas persistem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam", como também "são mantidas relações de vital importância através dessas fronteiras. A interpenetração e a interdependência entre os grupos não devem ser vistas como disposição das identidades étnicas, mas como as condições de sua perpetuação". (Idem). A terceira "ingenuidade" estaria na correlação "modo de vida igual a um grupo real de pessoas". (Idem, 63).

Nesta perspectiva, os conselheiros da instituição não escondem as "ingenuidades" presentes nos seus esquemas de percepção da realidade, ao lidar com as complexas situações que se defrontam eventualmente em sua rotina de trabalho. Partindo do entendimento dos autores ingleses citados e retomando o critério de identificação proposto por Cunha (1985:37), é "índio" quem se considera membro de um "grupo étnico". Isto significa pensar que a jovem, é uma Xokleng, porque assim se considera e é considerada pelo grupo Xokleng. Seu pertencimento étnico independe de estar residindo em conjunto com os demais na TII, independe das roupas utilizadas e de tantos outros "traços" culturais.

Portanto, ela é detentora de direitos garantidos pela CF, e deve acioná-los independentemente do local onde estiver residindo. Sobre "os Índios no Direito Brasileiro Hoje", Cunha (s/d:2), explicita que "pela Constituição atual (art. 8º, XVII, o), compete à União legislar sobre a questão indígena. Essa competência exclusiva é salutar, pois diminui a interferência de interesses antiindígenas locais que se manifestam com maior força no nível dos Estados federados".

Outra representação, proveniente do Conselho Tutelar em relação aos indígenas residentes na cidade, manifesta o entendimento de muitas pessoas da população de Blumenau. Gláucia Corrêa, Conselheira Tutelar do município, pensa que "o índio mesmo promove o racismo pelo fato de se manter diferente. Se ele se adequa não há porque discriminar. O índio quer ter os direitos de branco, carteira assinada, aposentadoria mas, o que a sociedade exige dele, ele não quer cumprir. E os brancos como ficam? Porque o branco pode ser punido e um índio não? Ou ele é branco ou ele é índio"<sup>127</sup>.

A interpretação da conselheira parte do entendimento de que os indígenas deveriam deixar de ser "índios" para evitar sua exclusão social, mas será que eles

---

<sup>127</sup>

Entrevista realizada no Conselho Tutelar, em frente à Prefeitura de Blumenau, no dia 17.11.1999.

querem isto? Será que cabe decidir por eles a maneira de representarem a si mesmos e atuarem neste "espaço social"? A relação assimétrica entre "índios" e "brancos", deixando os primeiros à margem do grupo dominante, foi imposta pelo "branco" no processo histórico do contato. Esta relação não foi desejada pelos indígenas, e o que eles reivindicam hoje no meio urbano é o "espaço social" de sua diferença e a liberdade opcional de realçar sua identidade em um contexto social dado. O poder de decisão sobre si resume-se em direitos humanos inalienáveis a qualquer cidadão, os quais devem ser reconhecidos e respeitados<sup>128</sup>.

As diferentes representações dos indígenas no meio urbano são construídas e manipuladas a partir das relações interativas com o interlocutor. Se o reflexo dos indígenas, aos olhos do Conselho nega-lhes o reconhecimento de sua diferença, os indígenas irão explorar as possibilidades oferecidas por sua condição étnica frente às coações objetivas que pesam sobre ele. (Poutignat & Streiff-Fenart, 1998:135). Esta possibilidade de atuação em diferentes contextos é vista pelo "outro" como privilégio, sendo de certa forma invejado pelos "brancos".

É neste cenário interétnico que a etnicidade indígena emerge com toda sua força. A tentativa de construir fronteiras étnicas entre grupos, como fez a conselheira, implica desconsiderar o que Poutignat & Streiff-Fenart (1998:140) afirmam com tanta propriedade sobre os atributos da etnicidade, "simultaneamente perene e contingente". Isto implica considerá-la tanto como "um dado subjacente, sempre suscetível de ser ativado e mobilizado", quanto sujeita "às condições e às formas de sua emergência historicamente determinadas".

Outra situação que demonstra o não reconhecimento dos direitos indígenas quando estão fora do território sob a jurisdição da FUNAI refere-se ao caso de uma índia Xokleng deixada pelo esposo paraguaio com dois filhos pequenos, sem trabalho, sem recursos e sem moradia. Ela reivindicou auxílio junto ao Conselho Tutelar, acionando sua identidade como membro do grupo indígena Xokleng. Os funcionários do Conselho negaram o fornecimento de qualquer apoio argumentando que direitos como indígena já não mais os possuía porque era casada com um "branco" e residia na cidade. Sob ameaça de tomar-lhe seus filhos, a índia Xokleng desapareceu do âmbito do Conselho e um dos conselheiros se vangloriou de sua atitude por tê-la

---

<sup>128</sup> Souza (1989:10) sintetiza o pensamento dos defensores dos direitos humanos da atualidade, afirmando que a pessoa tem direitos pela sua própria condição de existir. De acordo com a "Declaração Universal dos Direitos Humanos", publicada pela ONU em 1948, em seu artigo XIX, "Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar receber e transmitir informações e idéias por qualquer meio e independentemente de fronteiras" (*Idem*, 28).

afastado tanto daquela instituição, quanto da SEMAS, onde ela também havia recorrido para solicitar alimentação, recursos para moradia, vestuário e calçados.



Mulheres Kaingang da TI Iraí (RS) comercializando artesanato pela grande Florianópolis.

Quanto à atuação do Conselho Tutelar junto aos indígenas provenientes de outros Estados,<sup>129</sup> temos referência de que mulheres índias, da região de Nonoai (RS), acompanhadas de seus filhos, costumam circular pela cidade por uns dias, com intuito de comercializar o artesanato indígena, destacando-se os balaios. Estas mulheres permanecem mais tempo no local quando amparadas por alguma instituição do município ou quando se hospedam em casas de conhecidos estabelecidos na cidade em que se encontram. O envolvimento do Conselho, nestes casos, ocorre a partir de denúncias da população de Blumenau relatando o "problema", devido ao fato de as crianças ficarem expostas ao sol e ao vento o dia inteiro.

A atuação das conselheiras consiste em providenciar documentos que comprovem a filiação das crianças e que ao mesmo tempo garantam seu encaminhamento em um ônibus, de volta à TI de origem. Na avaliação do Conselho, esta prática social dos indígenas expõe demais as crianças, na medida em que estas são usadas como atrativo aos compradores. Além disso, não poupam críticas à FUNAI por permitir a saída, sem recursos, sem documentação e sem perspectivas de retorno, de mulheres índias e seus filhos ainda pequenos<sup>130</sup>.

Diante desta precariedade identificada objetivamente, justamente pela falta de apoio do órgão indigenista oficial, cabe ressaltar a necessidade de auxílio das

<sup>129</sup> Foram identificados, na época da pesquisa, na Escola Municipal Tiradentes, dois adolescentes de ascendência indígena provenientes de Pinhão (PR). Os adolescentes moravam em uma favela, cuja casa possuía uma peça, com a mãe, alcoólatra e, ao que tudo indica, prostituta. Havia, aproximadamente um mês que um dos estudantes não comparecia na escola, e, segundo informações, andava sempre doente. A documentação dos adolescentes apresentava incongruência de datas se comparadas com a realidade pesquisada. Em outra casa, no bairro Velha Grande, existia referência de uma índia Kaingang oriunda de Xanxerê (SC). Vivía em uma favela quando conheceu seu atual companheiro "branco". Reside com seus parentes afins, mas encontra-se à margem do "grupo doméstico". Há indícios de que também se prostituía.

<sup>130</sup> A confecção do artesanato é uma prática tradicional dos Kaingang (Tommasino, 1998), dos Xokleng (Santos, 1973) e dos Guarani (Litaiff, 1996) cuja comercialização dos artefatos além dos limites das TI's, tem sido intensificada por constituir uma fonte alternativa de renda, importante na garantia da sobrevivência das famílias. Registramos, em abril deste ano em Florianópolis, a circulação de um grupo de mulheres Kaingang, ligadas pelas redes do parentesco, provenientes de Iraí (RS), vendendo artesanato pela cidade. Nas TI's Ligeiro e Cacique Doble, no Rio Grande do Sul, esta prática também faz parte do cotidiano dos indígenas, cuja circulação além das TI's, abrange municípios próximos à região onde se encontram, centros urbanos do estado de SC e RS, incluindo balneários turísticos de veraneio (Santos et al., 1998:68-72).

instituições e do poder público municipal, no sentido de valorizar esta prática vinculada à identidade indígena. Iniciativas visando à promoção da comercialização desses produtos artesanais, na maioria das vezes a única fonte de recursos para garantia da manutenção física dos indígenas nas cidades, seriam importantes. (Santos *et al.*, 1998:71).

A SEMAS é uma das instituições do município procurada pelos indígenas com intuito de conseguir recursos como alimentação, móveis, roupas, passagens, lentes de grau para óculos, remédios, pagamento de luz, água, aluguel e outros.<sup>131</sup> A demanda da instituição é grande, e o atendimento pelas assistentes sociais, acontece aproximadamente 15 dias após o agendamento. Por esta razão, nem sempre a disponibilidade de recursos condiz com as necessidades imediatas de obteção dos benefícios.

Outro agravante na prestação de auxílio aos indígenas consiste nos critérios da instituição para prestar o atendimento. As entrevistas são realizadas através de perguntas fechadas, exigindo exatidão de informações referente a datas<sup>132</sup>, renda, documentação etc. Ou o cidadão se adequa a esse modelo burocrático, tendo que comparecer na instituição por diversas ocasiões, ou não recebe o auxílio, inviabilizando o alcance do objetivo a que se propõe a instituição, qual seja, garantir o acesso da população excluída a bens e serviços.

Uma senhora Xokleng<sup>133</sup> assim relatou:

aí fui lá [na SEMAS], aí ela perguntou isso, perguntou aquilo e mandou de volta, aí ela mandou eu ir lá pegar o preço [do remédio] e trazer. Aí quando eu vim de lá, eu tinha que ir lá de novo pra [...], não! ia lá, aí eles iam ligar pra eles entregarem o remédio pra mim. Mas não sei o que que deu que eu tinha que voltar, eu digo: ah não, não. Fui embora. [...] No outro dia: 'agora vou me aprontá e vou pra igreja, Jesus vai me curar, eu não tenho dinheiro pra comprar remédio', Jesus me curou. (MP, 20/11/99):

Dentre as índias Xokleng "cidadinas" com idade mais avançada, há aquelas que, querendo evitar situações que possam constranger seu "grupo social", camuflam

<sup>131</sup> A SEMAS contribuiu na reconstrução de uma casa dos Xokleng, devido ao desbarrancamento do morro onde se encontrava, em função de uma forte enxurrada. O "grupo doméstico" permaneceu por uns dias acomodado na igreja do bairro Vila Nova, recebendo alimentação. Em outra situação, funcionários da instituição encaminharam até a rodoviária um grupo Xokleng composto por 4 mulheres e 8 crianças, que retornava à TII com vários sacos e sacolas, provavelmente utensílios que teriam pedido e ganhado na cidade.

<sup>132</sup> Segundo Geertz (1989:255-257), a conscientização da passagem do tempo nas diferentes culturas é variável. A percepção temporal dos indígenas é freqüentemente marcada por fatos, acontecimentos importantes experienciados significativamente, em detrimento do "tempo cuja passagem pode ser medida com relógios e calendários".

<sup>133</sup> Entrevista realizada em 20.11.99.

sua situação de dependência às instituições assistenciais do município. Este aspecto foi percebido durante uma entrevista, quando várias mulheres Xokleng estavam presentes, pretendendo responder a pergunta sobre a busca de auxílios. A senhora assim respondeu: " [...] quem sabe, se a gente for lá pedir, eles dão na Prefeitura [...], agora, a gente não vai assim; quando falta alguma coisa vai lá pedir. Se a gente vai, eles ajudam, né, só que a gente nunca [...] (MP, 20/11/99).

Porém, depois de ouvir as experiências, na SEMAS, das outras mulheres ali presentes, esta mesma senhora manifestou-se da seguinte forma: "Uma vez eu fui lá, uma vez que não tinha quase nada em casa. Uma mulher disse pra mim que ela ia lá e trazia sacos (sic), tudo de 5 kilos". (MP, 20/11/1999).

A dependência de auxílio das instituições do município, bem como a prática de pedir alimentos, roupas e calçados em casas, foram constatados somente entre os índios Xokleng. Há expectativa de pedir e ganhar recursos na cidade. Talvez possamos afirmar que Blumenau, antigo território tradicional Xokleng, representa, num sentido reelaborado, um local adequado para exercer a prática da coleta. A vinda para cidade seria, portanto, propícia à satisfação das suas necessidades imediatas e atuais, como, por exemplo, alimentação industrializada (sacolão), remédios holopáticos, roupas modernas, móveis etc. O depoimento de uma índia Xokleng, na ocasião de sua visita à sobrinha da cidade, para passar as festas de fim de ano, é significativo para demonstrar a reelaboração dessa prática associada ao nomadismo: "se eu tivesse uma casa aqui para ficar ficava, mas enjôo. Na cidade é bom pra pedir e ganhar, roupa, comida [...]" (ET, 15/12/1999).

A visão do "branco", em relação a esta dependência, torna-os ainda mais estigmatizados. Talvez por isto a senhora Xokleng estrategicamente intentou negar seu comparecimento na SEMAS à pesquisadora, como forma de não permitir que fosse esta a imagem a ser veiculada no que concerne ao trabalho, sobre sua família e, conseqüentemente, sobre seu grupo. Disse o esposo "branco" de uma índia de ascendência Kaingang que a imagem dos indígenas "cidadinos" transmitida pela imprensa, mostrando-os algumas vezes como mendigos, deixava o "grupo social" da TI chocado.

Em oposição ao reflexo que emana esta situação aos olhos do "branco", muitas vezes servindo para reforçar a relação de desigualdade, alguns indígenas assumiram uma representação de si, mostrando sua aversão à dependência. Procuram no trabalho a satisfação de suas necessidades, recusando aceitar qualquer tipo de auxílio. Vêm-se como capazes de não precisar de migalhas, acham que

podem e devem conseguir sozinhos os elementos básicos para garantir sua sobrevivência, deixando o recurso assistencial para quem dele realmente necessita.

No tocante às relações dos indígenas "cidadinos" com a FUNAI, é possível afirmar que inexistente uma política de assistência aos indígenas residentes fora das aldeias. O contato com a Delegacia Regional da FUNAI em Curitiba (PR) e com sua sede em José Boiteux, próximo à TII, acontece quando os indígenas telefonam ou lá comparecem para tentar resolver suas questões individuais, mas, de maneira geral, o que obtém como resposta resume-se no desinteresse e à omissão dos funcionários nas questões demandadas. Romano (1982:142), ao analisar o caso dos Sateré-Mawé em Manaus, observa que "la falta de una política destinada a los indios ciudadanos de la propia FUNAI a nivel nacional, no es un problema actual, se remonta a los tiempos del SPI".<sup>134</sup>

Mesmo sabendo da indisponibilidade da FUNAI para atender demandas isoladas no meio urbano, alegando falta de recurso e descomprometimento com questões que envolvem indígenas fora das TI's, os indígenas vêem a instituição como protetora e defensora de seus interesses. Por isso, reivindicam no meio urbano sua diferença, exigindo da FUNAI, uma atuação efetiva nos assuntos que lhes dizem respeito. Mas, na falta de assistência da FUNAI, os indígenas apelam para outros "interlocutores" comprometidos em auxiliá-los, entre eles, antropólogos, professores e acadêmicos da FURB e da UFSC, Ministério Público Federal e igrejas.

Várias situações decorrentes das novas interações no meio urbano, sem que houvesse alguma medida de prevenção ou acompanhamento por parte da FUNAI no processo de migração e instalação na cidade, demandaram vínculos concretos com o órgão oficial muito diferentes daqueles estabelecidos nas aldeias. A figura do chefe de posto da TII, garantia o encaminhamento para escolas, hospitais, a aquisição de remédios e, às vezes, a alimentação. Na cidade, os indígenas estão vulneráveis diante da "violência simbólica"<sup>135</sup> ou real, requerendo à FUNAI novas questões, para as quais

<sup>134</sup> Em 28.07.00, acompanhamos a equipe do CIMI/Florianópolis, juntamente com o antropólogo Ricardo Cid Fernandes/UFSC, no Morro da Caixa D'água em São José, para encaminhamento de um grupo de índios Kaingang provenientes de Limeira, em Chapecó (SC), sem local definido para estabelecer-se no município. O sociólogo da FUNAI, José João de Oliveira, esteve na área em que foi levantado acampamento e, segundo informações do CIMI, eximiu-se de responsabilidades perante o grupo, tendo em vista a quantidade de problemas a serem resolvidos com os indígenas nas TI's. De acordo com o líder do grupo, a FUNAI autorizou a Prefeitura a dar uns "safanões" nos indígenas, caso não quizessem retornar a TI de origem. O sociólogo disse ainda que este fenômeno dos índios "desaldeados" é novo, necessitando ser melhor avaliado. Para contrastar esta afirmação, Oliveira (1976:8) mostra que, já na década de 20, os índios Terêna saíam de sua condição de aldeados, colonos ou peões para a de "cidadinos".

<sup>135</sup> Por "violência simbólica", entende-se, segundo Bourdieu (2000:11), as expressões dos conflitos da vida cotidiana envolvendo representações estereotipadas dos indígenas pelos "brancos", as quais fundamentam e contribuem para reforçar sua posição social inferior no sistema hierárquico de classes.

a instituição não possui ou não quer ter motivação para se envolver. Dentre estas circunstâncias destacam-se:

- Assessoria jurídica em processo judicial referente a crime por tráfico de drogas e problemas domésticos envolvendo agressão física;
- Auxílio para resolução de questões de indenização no trabalho, de legalização de terrenos e conflitos familiares;
- Intervenção assistencial diante de problemas envolvendo indígenas em delegacias de polícia nos casos de furto, alcoolismo, brigas de rua;
- Obtenção de informações quanto à continuidade de recursos para pagamento das mensalidades da FURB, cotas de xerox e aluguel de moradia para alunos indígenas;
- Encaminhamento para realização de tratamento de saúde na Casa de Saúde Indígena (CASIN), em Curitiba (PR);
- Utilização de viaturas da TII para transporte de mudanças, deslocamento de indígenas, em ocasiões especiais, para a TII, como, por exemplo, em casos de falecimento e festas de fim de ano.

O relacionamento dos indígenas com a FUNAI se resume a intervenções em casos de extrema complexidade junto às instituições do município, cuja política administrativa atual do PT, contempla, em tese, preocupações sociais com os desassistidos. Diante das demandas existentes, a FUNAI atua justificando sua impossibilidade de resolver as situações. Quando um indígena "cidadino" solicitou intervenção jurídica da FUNAI num processo indenizatório contra a empresa que havia falido, onde trabalhava, em andamento pelo sindicato dos trabalhadores, o órgão oficial pouco se impenhou.

Num outro extremo, diante de conquistas alcançadas no âmbito da educação, alguns alunos indígenas ingressaram na FURB com apoio da FUNAI. Esta possibilidade de acesso ao sistema educativo, tem gerado expectativas entre os alunos indígenas "cidadinos" em fase de conclusão do Ensino Médio. Em contrapartida,

---

a FUNAI os desestimula argumentando que somente os alunos indígenas saídos da TII poderão ter acesso a este apoio.<sup>136</sup>

O apoio para alunos indígenas na universidade com recursos da FUNAI, tem causado revolta entre aqueles que não conseguem auxílio em suas reivindicações, sendo que, no seu entender, possuem o mesmo direito como indígenas. Os critérios de distribuição de recursos e auxílio para indígenas "cidadinos" não são explícitos, mas podem ser alcançados, mesmo fora da TII, dependendo da posição que ocupam no "espaço social" da TII. Estar em contato constante com as lideranças e manter-se bem informado sobre os possíveis canais de articulação política são fundamentais. Vários aspectos estão em jogo no momento da definição desses critérios, como, por exemplo, o grau de envolvimento dos indígenas "cidadinos" nos casos em questão; sua posição social na TII; a pressão das instituições do município; e a necessidade de assistência aos indígenas, tanto avaliada pelas lideranças quanto submetida à apreciação da FUNAI.

Os indígenas entendem que reivindicam direitos que não podem ser negados pela FUNAI, que alega falta de recursos. Se há auxílio para alguns, deve haver para todos. Se inexistir uma política destinada aos indígenas "cidadinos", as situações concretas dessa "territorialização" estão postas, demandando novas medidas a serem pensadas para lidar com as solicitações.

Na ocasião de uma entrevista com indígenas "cidadinos", uma das alternativas por eles levantada, como estratégia política para resguardar os direitos de serem atendidos pela FUNAI no meio urbano, consiste na organização de uma manifestação reivindicatória, para tornar público a arbitrariedade cometida pelo órgão oficial, ao desconsiderá-los como integrantes do grupo indígena Xokleng e, portanto, isentar-se de suas responsabilidades frente às experiências desastrosas por eles vivenciadas.

A omissão da FUNAI, aos olhos dos indígenas "cidadinos", representa a negação de seus direitos como membros de uma sociedade diferenciada, simplesmente porque estão fora da TII. Esta discussão remete ao conceito de quem é "índio". Uma análise elucidativa sobre a questão foi elaborada por Cunha (s/d:4-12).<sup>137</sup>

---

<sup>136</sup> Este argumento parece contraditório, pois não há possibilidade de um aluno indígena sair da TII para ingressar na universidade. Concluídas as séries iniciais do Ensino Fundamental na TII, os alunos ingressam nas escolas públicas do município. Caso tenham interesse em continuar os estudos do Ensino Médio, terão que frequentá-lo à noite, e para isto deverão residir no próprio município onde se localiza o colégio, porque não existe transporte da FUNAI disponível neste período. Sendo assim, parece inviável somente os alunos indígenas da TII obterem acesso ao recurso, pois, para poder ingressar na universidade, terão que ter estado fora concluindo o Ensino Médio.

<sup>137</sup> Uma análise mais aprofundada sobre a questão pode ser encontrada em Cunha (1985:31-37).

Segundo a autora, um critério adequado para definir a origem de um indígena seria considerar "a consciência de um vínculo histórico com comunidades pré-colombianas, transmitida dentro do grupo". (Cunha, s/d:5). Quanto ao princípio cultural para estabelecer um tipo de pessoa, devemos observar que a cultura "não se mantém fiel objetivamente a padrões ancestrais" (Cunha, 1985:33), mas está em constantemente reelaboração.

Outra questão a ser destacada refere-se aos dispositivos estabelecidos no Capítulo 231 da CF, reconhecendo a existência de povos diferenciados e detentores de direitos originários. Apesar da vigência dessas novas bases de atuação, a FUNAI prefere agir como se fosse legalmente tutora, enquanto não é aprovado o novo Estatuto. Centrada nessa perspectiva, seus argumentos convergem à prática da "emancipação" (Art. 9º da Lei 6.001) indígena, eximindo-a em definitivo de suas responsabilidades.

Os indígenas "cidadinos" também sentem-se lesados pela FUNAI pelo fato de não reconhecê-los fora da TIJ como indígenas, se são tidos como membros do grupo, na medida em que participam do processo eleitoral no interior do território de origem. Os candidatos das eleições à liderança indígena sempre convocam os indígenas que vivem na cidade para participarem das eleições. Em consequência esses indígenas dizem: "se somos índios no território, com direito a voto, também somos índios fora dele e esperamos este reconhecimento da FUNAI" (IAFP, 25/11/99).

A participação nas eleições representa aos indígenas "cidadinos" a oportunidade de reestabelecimento de vínculos formais com o grupo, sendo também uma forma de poderem garantir seu acesso às vantagens no interior da TIJ. A contrapartida esperada pelos indígenas "cidadinos", através do cumprimento de seus deveres "cívicos" é a de obterem benefícios quando esses se encontrarem disponíveis, a exemplo de casas, "frentes" etc. Mas sabem que para isto acontecer, terão que mobilizar todo seu "capital simbólico e social"<sup>138</sup> para enfrentar as disputas internas existentes entre as facções e o descomprometimento da FUNAI.

As ações da FUNAI são criticadas tanto pelos indígenas quanto pelos "brancos" no meio urbano. Na avaliação de alguns indígenas "cidadinos", a FUNAI propicia a dependência do grupo ao órgão oficial, para justificar o funcionamento burocrático

---

<sup>138</sup> Conforme Bourdieu (2000:15-29), o capital simbólico objetivado seria o símbolo do poder, cuja eficácia repousa na crença da legitimidade do símbolo. O capital social, estaria na possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder na relação de forças entre as posições sociais. Neste caso, a participação dos indígenas cidadinos nas eleições seria o símbolo do poder a ser articulado na relação entre o que exerce o poder (FUNAI) e os que lhe estão sujeitos (indígenas).

da instituição, mesmo que a assistência prestada seja insuficiente. As palavras de uma informante são significativas: "eles [os indígenas] pedem e o 'branco' diz que o 'índio' é vagabundo, mas foi a própria FUNAI que acostumou, pra dizer que ajuda o 'índio', pra justificar sua existência" (IAFP, 25/11/99).

A submissão dos indígenas implica, de certa forma, o fortalecimento da visão estereotipada dos "brancos" de que o "índio não trabalha, ganha tudo do governo". Esta imagem dos indígenas aos olhos do "branco" foi avaliada por uma jovem Xokleng, conseqüência da política paternalista da FUNAI. Nessa perspectiva, ela assumiu o discurso do "branco", o que Novaes (1993:117) chama de "inversão ideológica de um discurso indígena", quando diz que: "o índio não podia ganhar tudo de graça, o índio tinha que suar igual o branco, para o branco aceitar, gostar do índio". (RCM, 26/1/99).

Para os "brancos", a FUNAI atua voltada à dependência do índio. Desta forma, os indígenas são vistos como malandros, porque foram mal acostumados pela FUNAI, e a isto atribuem o fato de não produzirem em suas terras. Se a legislação a que estão sujeitos fosse exercida na prática, os indígenas teriam as condições necessárias para seu bem-estar, além da reprodução de suas especificidades sociais e culturais. Mas, infelizmente, "para existir FUNAI, é preciso que exista índio dependente", conforme afirmou um médico da Prefeitura.

Diante dessas representações, torna-se necessário explicitar que a organização do trabalho segundo os moldes de produção capitalista, não tem nenhuma relação com as práticas tradicionais de caça e coleta dos indígenas. A imposição do SPI para que os indígenas ingressassem em atividades agrícolas era absolutamente estranha. As mudanças em seu sistema sócio-cultural após o contato, levou-os a um estado de dependência concreta. As iniciativas da FUNAI de promover a sustentação dos indígenas a partir da exploração dos recursos existentes nas próprias TI's tiveram como resposta a combinação dos aspectos da cultura tradicional indígena às novas imposições do órgão oficial de assistência. Dessa forma, passaram a sobreviver da venda dos recursos florestais, do auxílio recebido pela FUNAI e do apoio das Igrejas e das ONG's.

No meio urbano, a dependência dos indígenas à FUNAI é uma característica muito mais presente entre aqueles de ascendência Xokleng do que entre aqueles de ascendência Kaingang. Isto não deriva exclusivamente das condições históricas do contato, mas, retomando Novaes (1993:122-133), das diferentes "auto-imagens" formadas pelos Xokleng e Kaingang em suas relações com os "brancos".

Os Xokleng foram submetidos, nos primeiros anos após o contato, às diretrizes do SPI, sempre intermediadas pelos Kaingang, e, no estabelecimento destas relações, os Xokleng incorporaram a visão que deles se fazia, como arredios, indolentes e sem civilidade, passando a ver a si próprios, tomando o reflexo dos Kaingang e dos "brancos" por referência,<sup>139</sup> como inferiores e dependentes dos "outros", seja para implementarem suas roças, seja para obterem roupas e utensílios. Esta auto-imagem foi mantida no processo de contato com a sociedade envolvente, tomando-se visível através de suas práticas atuais, na forma de pedintes ou dependentes das instituições do município, como se fosse necessário haver sempre alguma instância de poder intermediando suas relações com a sociedade com a qual estão em contato.

No relacionamento com a FUNAI, essa postura assumida pelos indígenas se revela como uma estratégia de resistência para continuarem sendo Xokleng, na medida em que não se redimem através do sistema produtivo, nem, tampouco, isentam a FUNAI de arcar com o ônus da relação de dominação por ela imposta historicamente. Nesse contexto, a dependência ao órgão oficial representa, a forma de continuar se afirmando como povo diferenciado.

De outro lado, cabe ressaltar que a submissão à assistência da FUNAI, não implica a perda da autonomia do grupo, como a capacidade de auto-gerenciamento e determinação. Os indígenas, embora dependentes da FUNAI e de outros órgãos de apoio à execução de projetos de subsistência, manifestam sua autonomia na reelaboração de suas práticas tradicionais, dentre elas, o sistema de nominação e o nomadismo. A circulação constante entre a aldeia e a cidade permite aos Xokleng exercer, sob nova versão, suas incursões de caça e coleta em seus antigos territórios tradicionais, cujos produtos, antes estranhos a sua cultura, passaram agora a ser utilizados e desejados.

Já os Kaingang, sempre estiveram mais próximos dos "brancos" na TI, ocupando uma posição hierárquica superior aos Xokleng. A imagem dos Xokleng construída pelos Kaingang através da representação dos "brancos", levou os Kaingang a formar uma imagem de si como índios civilizados, comunicativos, a partir da visão de rudeza percebida em relação aos Xokleng. Os valores dos "brancos"

---

<sup>139</sup> Na perspectiva de Novaes (1993:115), as imagens refletidas a partir deste "jogo de espelhos", não se resumem ao reflexo daquele que se vê em oposição ao outro, mas das diversas imagens surgidas da reflexão e avaliação constantes dessas imagens refletidas, as quais são dinâmicas e, portanto, sujeitas a novos contextos de representação e atuação.

relativos ao trabalho e ao estudo, segundo os moldes capitalistas, foram, desde o contato, sendo incorporados pelos Kaingang.<sup>140</sup>

Assim, os primeiros migrantes indígenas para Blumenau, no início da década de 70, eram, em maioria, índios Kaingang "mestiços" e "crentes", vindos em busca de estudo e trabalho. Como os "mestiços" sempre estiveram mais abertos para incorporar as visões de mundo e o estilo de vida dos "brancos", aderiram mais facilmente aos projetos de migração, de certa forma incentivados por Lino Nunc-Nfônro, pai da maioria desses migrantes, também "mestiço", ex-professor na TII e "crente". Os ideais de civilidade e progresso pregados pela Igreja Evangélica, certamente contribuíram para motivá-los a sair em busca de valores considerados mais elevados, distintos daqueles postos em prática na TII.

Atualmente, o significado do "ter estudo" para os Kaingang representa "estar a altura do branco para poder competir com ele". (NN, 28/06/99). Em outras palavras, o estudo significa a garantia de auto-defesa dos interesses do grupo diante das relações desiguais impostas pelo "brancos". Relacionando esta reflexão às condições de implantação da Barragem, os Kaingang avaliam que se houvesse, naquela época, engenheiros florestais ou advogados indígenas na TII, teriam previsão dos prejuízos que iriam sofrer e não deixariam os procedimentos adotados pelos empreendedores serem executados da forma que foram. Saberiam como agir.

Os Xokleng, por sua vez, repensando sua "auto-imagem" neste conjunto de visões, vêem na "capacitação" a possibilidade de mudança das relações assimétricas estabelecidas pelos "brancos". Mas viver de forma permanente na cidade, seja para estudar ou trabalhar, impõe alterações significativas no seu sistema de valores. Esta resistência aos valores dos "brancos" é o que mantém a sua distintividade, e a alternativa para continuar sendo Xokleng e até mesmo sobreviver, é aceitar o paternalismo da FUNAI e das instituições do município.

Os Kaingang foram os primeiros a sair da TII e por isto adquiriram maior experiência de contato com os "brancos", incorporando seus valores. Diante desse olhar filtrado pelos valores dos "brancos", é possível compreender porque alguns indígenas de ascendência Kaingang se sentem prejudicados pelo fato de não terem recebido as últimas casas construídas como forma de indenização da Barragem. Eles se vêem como pessoas que "ralam" e que não obtiveram os mesmos direitos sobre um

<sup>140</sup> Segundo a leitura de Evans-Pritchard (1940) e (1972) feita por Novaes (1993:118), "os valores limitam e definem a distribuição dos grupos em termos estruturais, rearranjando a distância entre eles, dependendo do contexto em questão".

território que entendem como seu. Para eles, os Xokleng "conseguem tudo muito fácil". (CNM, 16/12/99).

O fato de os Xokleng "não adquirirem seus bens através do trabalho", como fizeram muitos indígenas de ascendência Kaingang no meio urbano, é interpretado pelos Kaingang como razão para a falta de conservação e valorização das casas construídas como forma de indenização para os Xokleng,<sup>141</sup> embora reconheçam que nem todos procedam desta maneira. Neste sentido, disse uma entrevistada: "aqueles que não tiveram que batalhar para conseguir as coisas não dão valor, tiveram tudo de mão beijada, mas alguns que ganharam [as casas] e que são "índios puros"<sup>142</sup> as conservam bem". (NNS, 22/11/99).

Alguns indígenas de ascendência Kaingang também se vêem prejudicados pela manipulação das categorias étnicas no interior da TII. No momento da divisão dos escassos recursos provenientes da FUNAI, como, por exemplo, as indenizações, ficam à margem do "grupo social", pois são considerados "mestiços"<sup>143</sup>. Os benefícios são destinados primeiramente aos indígenas de ascendência Xokleng, os quais sempre se consideraram os donos da TII, a não ser para aqueles que sendo "mestiços", possuam relações pessoais muito próximas das lideranças indígenas.

Assim, percebe-se que os efeitos da construção da Barragem, cuja responsabilidade em grande parte atribui-se à FUNAI, continuam interferindo negativamente na vida dos indígenas fora da TII. A FUNAI prejudicou-os imensamente ao ceder parte do território indígena para construção da Barragem, sem orientá-los sobre as mudanças que iriam ocorrer e sem prever indenizações para que pudessem se fortalecer internamente diante destas mudanças.

A "territorialização" na cidade evidencia também os efeitos desses impactos sobre a identidade étnica dos indígenas em relação ao seu "grupo social"<sup>144</sup>, cujas

<sup>141</sup> O relatório do CIMI (2000) comprova que o estado de conservação das casas depende dos cuidados dispensados pelos indígenas ou não mas, aos problemas estruturais que acarretaram sua construção, onde o desvio de verbas foi flagrante, a começar pelo envolvimento da Prefeitura de José Boiteux no cadastramento das famílias indígenas que teriam o acesso as casas, quando cabia a FUNAI esta tarefa, visto que é parceria do Estado e do governo federal no pagamento das indenizações previstas no Protocolo de Intenções de 1992. O destino destes recursos foi referido tanto por alguns "interlocutores" dos indígenas, como também pelas lideranças, em várias reuniões com secretarias de governo, articuladas pela Secretaria da Justiça.

<sup>142</sup> A categoria nativa de identificação "índio puro", refere-se à ascendência somente indígena, seja Xokleng ou Kaingang. Implícito neste discurso está a idéia de que nem todos os "índios puros" se mantêm sem civilidade. Alguns incorporaram os valores dos "brancos", cujos atributos considerados importantes consiste na limpeza e conservação das moradias.

<sup>143</sup> Neste caso, ser "mestiço" está mais próximo do pertencimento ao "branco" do que ao "índio", numa manifestação clara de manipulação da identidade indígena, visando resguardar os interesses das facções e de seus membros no interior da TII.

<sup>144</sup> Dentre os efeitos deletérios da barragem que contribuíram para denegrir a imagem dos indígenas pelos "regionais", destacam-se a derrubada das madeiras de lei de seu território, o incremento do alcoolismo e da prostituição, dentre outros.

alteridades estão marcadas pelo estigma imposto de fora pelos "brancos". Esta imagem estigmatizada, muitas vezes assumida pelos indígenas, propiciou a idealização da cidade como local próprio para aprender a se tornar "civilizado". O desejo de aprender as regras de conduta social vigentes no meio urbano,<sup>145</sup> as quais os Xokleng crêem ser o comportamento de "gente civilizada", torna incompatível morar na TII. O "querer aprender" e o "morar na TII" são posições opostas, principalmente para os jovens.

No convívio em áreas urbanas, alguns indígenas Xokleng foram acusados de delitos, vivenciando experiências com a polícia e delegacias. Em pelo menos um caso, houve sujeição a um processo penal com posterior condenação. Trata-se da jovem Xokleng recolhida no Presídio Regional de Blumenau por estar acompanhada, na *Oktoberfest* de 1997, de um traficante de entorpecentes. Esta situação limite, expressa ainda os efeitos negativos da Barragem.

Interpretando este caso como mais "perturbação lateral" decorrente daquele "projeto de desenvolvimento", torna-se necessário retomar alguns aspectos referentes à trajetória histórica e social da jovem em questão, baseado em entrevista realizada no presídio de Blumenau, em fevereiro deste ano. Tendo em vista as precárias condições de sobrevivência vivenciadas pela jovem e igualmente por sua família na TII, e a falta de vontade política para que fossem asseguradas na sua totalidade o repasse das indenizações ao grupo, o que preveria o reequilíbrio sócio-econômico e cultural da população aldeada e outras benfeitorias, a ida para cidade foi a alternativa escolhida para sair da situação de miséria em que vivia.<sup>146</sup>

Sem qualquer orientação da FUNAI quanto aos perigos com que poderia se deparar no meio urbano, como também sem a mínima experiência empregatícia, ingressou no mercado de trabalho na condição de empregada doméstica, e, posteriormente, como cozinheira. Trabalhou nessas condições em várias cidades, mas sempre retornando para a TII, como fazem a maioria dos indígenas "cidadinos".

Envolveu-se sentimentalmente com seu primo que vivia em Blumenau, com quem teve um filho, mas separou-se. Com a vinda da sua "parentela" para cidade, visando o tratamento de saúde do seu pai, reagrupou-se à família, passando a viver em um bairro de periferia, desfavorecido de infra-estruturas e serviços.

---

<sup>145</sup> Oliveira (1968:125) também observou esse aspecto entre os Terêna.

<sup>146</sup> Em seu relato está presente momentos em que passava fome na TII, a exemplo de outros informantes que também relataram suas experiências no território de origem.

Desafortunadamente, a jovem passou a ter como companheiro um traficante de entorpecentes, morador do bairro. Neste relacionamento, entre brigas e abusos, presenciou o que de pior existe nas fímbrias da sociedade envolvente, sendo coagida a continuar na relação para ser evitada uma possível denúncia do comportamento ilícito do companheiro.

Na ocasião da *Oktoberfest*, por denúncias anônimas, seu companheiro foi surpreendido por policiais civis da delegacia da PROEB em flagrante. Como estava em companhia da jovem Xokleng, esta acabou envolvida em processo penal por tráfico de entorpecentes.

Sem querer adentrar nos fatos e circunstâncias da instauração deste processo, é mister realizar algumas considerações acerca da legislação utilizada pela FUNAI para exercer a defesa da ré, que entendemos ser de importância para o debate e firmar a posição sobre complexas questões como esta.

Analisando o processo penal, vê-se que o Ministério Público Federal de Blumenau, na pessoa do Procurador da República João Marques Brandão Neto, foi o primeiro a se posicionar diante do problema, apresentando ao Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal de Blumenau, "exceção de incompetência da Justiça Estadual para julgamento de crimes cometidos por ou contra indígenas, baseado no art. 231 e inc. IX do art. 109 da CF"<sup>147</sup>. O pedido foi rechaçado pelo Promotor de Justiça da Comarca de Blumenau, arguindo com base no entendimento do Superior Tribunal de Justiça nos termos de que trata a Súmula nº 140: "compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar crime em que o indígena figure como autor ou vítima"<sup>148</sup>.

Posteriormente, o assessor jurídico da FUNAI em Curitiba (PR), Derli Cardoso Fiuza, enviou ao Juiz um pedido requerendo sua habilitação para defender a jovem indígena, firmando sua defesa no que estabelece o Estatuto do Índio de 1973.<sup>149</sup>

Guiado por essa antiga legislação, calcada na política do integracionismo e na figura da tutela<sup>150</sup>, o assessor da FUNAI se baseou no Código Civil (Lei nº 3.071/16),

<sup>147</sup> Documento contido nos autos do processo penal datado de 17.10.1997.

<sup>148</sup> *Idem*, 29.10.1997. O objetivo do Ministério Público Federal, como também da FUNAI, em pedir transferência da competência da Justiça Estadual para o âmbito da Justiça Federal, justifica-se pela tentativa de anular o processo em que silvícolas são processados sem a assistência da FUNAI, conforme já ocorreu em Tribunais Superiores. No entanto, todas as investidas das instituições neste sentido foram negadas contra-argumentando com a Súmula nº 140 do Supremo Tribunal de Justiça.

<sup>149</sup> *Idem*, 21.10.1997. Em resposta à FUNAI, o Juiz nomeou, em 30.10.1997, através de procuração, o assessor jurídico da Instituição como representante da ré no processo penal.

<sup>150</sup> Segundo informações do Instituto Socioambiental (ISA), disponível no endereço eletrônico [www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org), atualmente há duas propostas de lei em tramitação no Congresso Nacional em substituição ao Estatuto de 1973, com vistas à proteção e garantia dos direitos indígenas. A primeira delas é o Projeto de Lei nº 2.057/91, do Deputado Luciano Pizzato, aprovado por uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados. A Segunda trata-se de uma proposta alternativa do governo apresentada

em cujo Art. 6º diz-se que "são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil [...] os índios", para posicionar-se a favor da avaliação de profissionais da área da antropologia e psicologia, visando a instauração de "incidente de insanidade mental", com vistas a demonstrar se de fato a jovem Xokleng "era portadora de desenvolvimento mental incompleto"<sup>151</sup>.

Tal solicitação foi aceita pelo Juiz, tendo a jovem indígena de realizar o exame de incidente de insanidade mental no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Florianópolis<sup>152</sup>.

O laudo pericial da equipe de antropólogos formada por professores do Departamento de Antropologia da UFSC,<sup>153</sup> em atendimento ao pedido do juiz, concluiu pela relevância de ser avaliado o caso em questão "sob as lentes da sua própria cultura e, a partir daí, sob uma ótica específica na situação de contato em que está imerso".<sup>154</sup> Isto implica considerar o processo de expropriação e dominação a que foi submetido o "grupo étnico" ao qual a jovem indígena faz parte, como também, respeitar sua especificidade cultural, considerando-a como ser humano igual a todos nós, mas portadora de valores, representações, hábitos e crenças diferenciadas, os quais devem ser relativizados. (Halfpap & Fontana, 1979). O laudo psiquiátrico observou a tradição de resposta na íntegra nos quesitos formulados pelo juiz, que sem maiores críticas estão ultrapassados.

Ao que tudo indica, o exercício de relativização próprio da antropologia não foi incorporado às práticas dos profissionais do Direito.<sup>155</sup> Os laudos periciais emitidos serviram de subsídios à resposta negativa do Tribunal de Justiça ao pedido de Habeas Corpus impetrado pela FUNAI. Concluíram desembargadores e procuradora-geral de justiça pela adaptação da jovem Xokleng à sociedade blumenauense, nada sendo provado ao contrário pelos profissionais da área da antropologia.<sup>156</sup>

---

recentemente aos indígenas. Esta proposta sugere alterações no projeto do Deputado Pizzato. Contudo, em ambas as propostas fica claro que a tutela não mais existe.

<sup>151</sup> Documento enviado pela FUNAI ao Juiz em 21.10.1997:3.

<sup>152</sup> É evidente que os resultados desse exame não poderiam apresentar conclusões dessa natureza, tendo em vista que ser "índio" não significa ser portador de deficiências ou incapacidades. Segundo afirmam pesquisadores do ISA ([www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org)), o equívoco da persistência do Estatuto como legislação para defesa dos indígenas em suas causas atuais resulta "da incapacidade dos 'brancos' de compreender que os 'índios' não são incapazes, mas culturalmente diferenciados".

<sup>153</sup> Por solicitação do Diretor do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, vinculado à Secretaria de Justiça e Cidadania de Santa Catarina, no dia 13.02.1998, o Departamento de Antropologia da UFSC foi convidado a prestar uma "avaliação antropológica" à dois réus indígenas, dentre eles a jovem Xokleng em questão. A comissão foi composta pelos professores Aneliése Nacke, Rafael J. M. Bastos, Sílvio Coelho dos Santos e Dorothea P. Darella.

<sup>154</sup> Documento contido nos autos do processo, emitido no dia 19.03.1998.

<sup>155</sup> Segundo Bourdieu (2000:166), o Direito pode ser entendido como instituição onde tudo já está instituído, explicitado, exerce ao mesmo tempo um efeito de assistência e de licitação e um efeito de arrematação e de mudança de posse.

<sup>156</sup> Documento contido nos autos do processo, datado de 28.04.1998.

Assim, na verdade, o que era para ser considerado como argumento legítimo, na defesa dos direitos da jovem indígena, à diferença, foi utilizado contra ela, pois os respectivos laudos derrubaram a tese levantada pelo assessor da FUNAI, baseada nos Art.'s 4º e 7º do Estatuto (1º, de que a jovem Xokleng não era integrada; 2º, estando por isto sujeita ao regime tutelar) e por força do Art. 6º parágrafo único do Código Civil (sujeitar o silvícola relativamente incapaz a regime tutelar especial que perdura enquanto não se opera a sua adaptação à vida civilizada), garantindo aos juristas dispensarem tratamento diferenciado para uma cidadã "comprovadamente" comum.

Diante disso, urge a necessidade, por parte da FUNAI, da incorporação de "saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos etc)" (Bourdieu, 2000:169) às suas práticas, a fim de resolver efetivamente os interesses que lhe cabem. Este redirecionamento implica a auto-avaliação do papel que exerce junto aos indígenas, não como tutora, mas conciliadora e intermediadora em suas reais demandas.

Ao verificar o desenrolar do processo penal em que a jovem Xokleng foi envolvida, percebe-se que o assessor da FUNAI continua se baseando em argumentos duvidosos, segundo o qual o grau de integração à sociedade deveria ser o critério de avaliação do Juiz, baseados nos laudos psiquiátricos e antropológicos, para comprovar sua inimputabilidade penal.<sup>157</sup>

No que concerne ao entendimento atual da antropologia, em pleno acordo com os dispositivos constitucionais de 1988, o significado da palavra "integrado" é, segundo Ribeiro (1996:434), a conciliação de "uma identificação étnica específica com uma crescente participação na vida econômica e nas esferas de comportamento institucionalizado da sociedade nacional". O que não produz "assimilação", cuja perspectiva evolucionista levaria a pensar que os povos culturalmente diferenciados se diluiriam, fundindo-se simplesmente à comunhão nacional. Mas, ao que tudo indica, a palavra foi interpretada, tanto pelo assessor jurídico da FUNAI, quanto pelo corpo de juristas, no senso-comum.

Seguindo as coordenadas dadas pelo assessor jurídico da FUNAI, a ré foi julgada,<sup>158</sup> imputando-se à prática do crime, e condenada<sup>159</sup> à pena de 4 anos e 65 dias de reclusão em regime fechado. Inconformada com o fato, a jovem Xokleng

<sup>157</sup> Documento contido nos autos do processo, datado de 20.05.1998.

<sup>158</sup> *Idem*, 19.10.1998.

<sup>159</sup> Documento contido nos autos do processo penal datado de 27.10.1998.

encontrou na figura de um advogado<sup>160</sup>, externo ao "campo de forças" concorrentes, a mobilização estratégica para aumentar as possibilidades de obter a seu favor acesso ao direito de ser ouvida dentro da lógica dos fatos concretos, não irrealis.

Ainda no decorrer dos acontecimentos, outro recurso encaminhado pelo assessor jurídico da FUNAI à 1ª Vara Criminal de Blumenau foi o "pedido de apelação" com vistas ao retorno da jovem Xokleng "ao seio de sua tribo"<sup>161</sup>. Contudo, seus argumentos não resistem a menor crítica quando afirma que "a condição de indígena e seu baixo esclarecimento permitiram seu envolvimento no processo"; "não houve exame criterioso por parte dos peritos psiquiátricos, devido à falta de base no conhecimento científico para apresentar a diferenciação étnica na forma proposta pelo incidente"; "o restrito conhecimento da indígena deve ser relativizado".

Os próprios juízes não se convenceram. O "pedido" foi triplamente negado, primeiro, pelo Promotor de Justiça,<sup>162</sup> segundo, pelo Procurador de Justiça do Estado<sup>163</sup> e, terceiro, por uma equipe de desembargadores, procurador-geral e advogado.<sup>164</sup>

Como último recurso acionado, o advogado da FUNAI solicitou o "livramento condicional" da ré ao Juiz da 1ª Vara Criminal de Blumenau,<sup>165</sup> com a falha gravíssima de não ter incorporado ao "pedido de livramento" a referência aos dias em que a jovem Xokleng trabalhou no Presídio Regional de Blumenau. Por isso, o benefício foi-lhe negado pelo Conselho Penitenciário, que entendeu não ter havido o cumprimento dos 2/3 da pena imposta.<sup>166</sup>

Sucederam-se várias investidas para que fosse, à partir daí, garantida a "remissão da pena" prevista. Dentre elas, novo expediente enviado pela FUNAI, anexando: "fotocópia da proposta de emprego conferida em favor da apenada e certidão comprovando o cumprimento de 2/3 da pena imposta"<sup>167</sup>; pedido de "redução da pena" pelo Conselho Penitenciário do Estado em ¼<sup>168</sup>; encaminhamento, da pesquisadora de intervenção, através do Ministério Público Federal de Florianópolis, para que fosse concedido à ré o deferimento do "pedido de livramento condicional", tendo em vista que já havia cumprido o tempo necessário da

---

<sup>160</sup> A defesa foi prestada em 10.11.1998 pelo advogado Ingomar Brandes, o mesmo que auxiliou uma jovem Xokleng na abertura de processo judicial contra o companheiro "branco" por agressão física.

<sup>161</sup> Documento confido nos autos do processo penal datado de 07.12.1998.

<sup>162</sup> Em 20.12.1998.

<sup>163</sup> Em 17.02.1999.

<sup>164</sup> Em 24.03.1999.

<sup>165</sup> Documento confido nos autos do processo penal datado de 05.10.1999.

<sup>166</sup> *Idem*, 18.11.99.

<sup>167</sup> *Idem*, 15.02.2000.

<sup>168</sup> *Idem*, 21.02.2000.

pena, contando-se os dias trabalhados<sup>169</sup>; e parecer favorável do Juiz de Direito de Tijucas, onde ficou reclusa durante um período.<sup>170</sup> Afinal, a ré foi libertada. Assim, a jovem Xokleng retornou para TII em março deste ano, sendo acolhida pelo "grupo social" com solidariedade e compreensão.<sup>171</sup>

### 3.3.1 Relação com Igrejas e Religiosidade Indígena

Havíamos destacado anteriormente, que a identidade indígena em Blumenau se mantém por meio de vários sinais distintivos,<sup>172</sup> entre os quais a religião. Nas décadas de 20, 50 e 70, a atuação de igrejas na TII logrou a conversão dos indígenas tanto à Igreja Católica quanto à Igreja Evangélica Assembléia de Deus. Atualmente, entre os Xokleng, é flagrante a adesão do grupo ao "pentecostalismo". (D'Ángelis & Veiga, 1994).

Em Blumenau, foi possível perceber que a maioria da população pesquisada é "crente" ou "evangélica". Essa identificação religiosa está muito presente na representação dos Xokleng. Um jovem assim relatou: "O católico na reserva não tem força, ou é crente ou não é nada. Para nós não existe católico". (JPK, 29/06/99). Os traços que marcam essa distintividade são exibidos e reafirmados no meio urbano. Em certa medida, a manutenção dessa religiosidade possibilita reestabelecer os vínculos de pertencimento ao "grupo social", através da manutenção das práticas e regras de conduta estabelecidas pela Igreja.

Esta distintividade permitiu uma "identidade exclusiva" (Cunha, 1986:93) aos Xokleng, podendo diferenciar-se dos "brancos" católicos da região, que tanto os exploraram no processo de construção da Barragem. A demarcação de fronteiras<sup>173</sup> a partir da religião tornou-os diferentes, também, de alguns ascendentes Kaingang, cujos interesses eram justamente estar mais próximos dos "brancos" e, talvez por este motivo, aderiram ao catolicismo.

A religião como fronteira, portanto, distingue a multiplicidade étnica na TII, reafirmando-a no meio urbano. Assim, a conversão dos Kaingang ao catolicismo<sup>174</sup>

<sup>169</sup> Conforme verifica-se no Anexo 01.

<sup>170</sup> Documento contido nos autos do processo penal datado de 10.03.2000.

<sup>171</sup> Informações obtidas através de entrevista com seu pai em Florianópolis, na ocasião do II Fórum de Debates das Questões Indígenas do Estado, em abril deste ano.

<sup>172</sup> Cunha (1986:87). Dentre eles destacam-se: o uso da língua nativa, a reelaboração do nomadismo e o sistema de nomenclatura.

<sup>173</sup> O conceito de fronteira étnica elaborado por Barth (1998) "marca o sistema social ao qual atores acham que pertencem e para além dos quais eles identificam outros atores implicados em um outro sistema social". (Poutignat & Streiff-Fenart, 1998:152).

<sup>174</sup> O que não implica dizer que inexistam indivíduos de ascendência Kaingang convertidos ao "pentecostalismo". Lino NÚnc-Nfôonro é um exemplo vivo desta ressalva, pois fundou a Igreja Evangélica Assembléia de Deus, em 1987, na aldeia Toldo onde reside. Conforme afirma Poutignat & Streiff-Fenart

permite diferenciá-los dos Xokleng, pois afirmam sua suposta superioridade demonstrando fidelidade aos valores dos "brancos", e encontram nos traços dessa religiosidade o suporte para sua distintividade. (Cunha, 1986:90).

Com base em estudos afro-americanos e no conceito de tradição, Cunha (1986:88-89) fornece pistas interessantes para abordar a reelaboração das práticas religiosas no meio urbano. No dizer de Cunha, "A tradição cultural serve de base às necessidades no novo meio, [...] sendo manipulada para novos fins". Estas reelaborações não são arbitrárias, mas, de acordo com Cohen (1969), observa-se que as "novas formas de organização social são adaptadas ao 'aqui e agora', compartilhando uma identidade, porque também compartilham de interesses econômicos e políticos" dos grupos com os quais estão em contato.

Nesta perspectiva, compreende-se as diferentes visões e atuações dos indígenas frente às práticas religiosas no meio urbano. Numa "parentela", a permanência da identidade religiosa dos indígenas "cidadinos" pôde ser percebida na ocasião das eleições na TII. No altar de uma das igrejas da TII, unidos aos membros de seu grupo, cantaram o hino evangélico, intitulado por "Você tem valor". A letra é a seguinte:

Quero que valorize o que você tem,  
 Você é um ser,  
 Você é alguém tão importante para Deus,  
 Nada de ficar sofrendo angústia e dor, neste seu complexo interior,  
 Dizendo às vezes que não é ninguém,  
 Eu venho falar o valor que você tem (2x),  
 Ele está em você,  
 O espírito santo se move em você,  
 Levante e cante e exalte o Senhor,  
 Você tem valor,  
 O espírito santo se move em você  
 Você tem valor.

De outro lado, divergências interfamiliares foram observadas no meio urbano em função da diferença de preceitos religiosos seguidos, de um lado, pelos indígenas e, de outro, pelos "brancos", com os quais passaram a conviver como cônjuges. Os conflitos, no entanto, não foram suficientes para que estes indígenas alterassem suas práticas. Quando alguém tinha que ceder, não o fazia os indígenas, levando, inclusive, à conversão ao "pentecostalismo", os cônjuges "brancos" e sua família.

Para algumas jovens Xokleng, ser "crente" implica seguir rígidos padrões éticos e morais que irão nortear sua vida social. A inserção no meio urbano propicia

---

(1998:154-155), "as fronteiras étnicas são mais ou menos instáveis, podendo reforçar-se, apagar-se ou desaparecer-se, não representam barreiras mas são transponíveis".

transgredir esses valores, tornando-as assim severas na auto-avaliação de sua conduta, gerando conflitos interiores quanto a sua decisão de ser ou não "crente".

A rigorosidade dos preceitos religiosos das igrejas evangélicas levaram indígenas "cidadinos" a buscar práticas religiosas mais flexíveis. Quando os rígidos preceitos da igreja são transgredidos, deixam de freqüentá-la sem ingressar em nenhuma outra, tendo em vista a fidelidade e identificação com a religião de origem na TII. Esta identificação é tão forte que algumas jovens, por força das circunstâncias, freqüentam além da Igreja Assembléia de Deus, a Igreja Católica com o namorado.

Os mecanismos de controle informal exercidos em relação aos indígenas "cidadinos" são manifestados através de pedidos, por seus parentes da TII, para que continuem freqüentando as igrejas de que são adeptos.

Uma outra situação revela que pela necessidade de se adaptar ao meio da família do cônjuge "branco", a identidade religiosa como "crente" foi deixada, passando a acompanhar a família dos afins nas missas dos católicos. O partilhar desta "nova identidade" liga-se à dependência em termos econômicos à família do cônjuge e também à integração no grupo.

Dentre os indígenas "cidadinos" que se identificaram como católicos no meio urbano, estão duas jovens de ascendência Kaingang. Uma delas relatou que a freqüência às igrejas católicas do município não satisfazia suas expectativas concretas, levando-a ao ingresso na Igreja Pentecostal. A outra declarou-se não praticante.

Entre os Xokleng, o "poder simbólico"<sup>175</sup> depositado nos pastores evangélicos e na figura de Jesus (re)produz a crença nos processos de cura das doenças através da religião. Foram registrados em diário de campo casos de cura de câncer de colo de útero, problema de coluna e de outras perturbações menores, através da "revelação" nas igrejas.

Para os "evangélicos", a igreja representa lugar de comunhão, espaço de lazer e sociabilidade. Nos cultos se fazem amigos, programam retiros espirituais e encontros, participa-se de corais, peças teatrais com temas bíblicos, apresentações de Natal, clube de mães, festas mensais nas igrejas dos bairros e anuais na igreja matriz, além das festividades em datas especiais, tais como Dia das Crianças, Páscoa e Natal.

---

<sup>175</sup> Segundo Bourdieu (2000:14-15), "o poder simbólico se define numa relação determinada entre e através dos que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, na própria estrutura do campo em que se (re)produz a crença. O poder do símbolo repousa na crença de sua legitimidade".

As Igrejas freqüentadas são aquelas do bairro, próximas às residências dos indígenas. Aos domingos, funciona a escola dominical das Igrejas Assembléia de Deus, onde as crianças pintam, desenham e aprendem doutrina. Dentre as Igrejas mais freqüentadas pelos indígenas, destacam-se: Igreja Evangélica Visão Missionária e Igreja Pentecostal Cristo é o Senhor.

Na Capela São Lourenço, de religião católica, funciona o Comitê Pró-Solidariedade e Vida Bom Pastor, fundado em 1997. Sustentado por doações de pessoas do bairro e do município, fornece diariamente almoço para uma base de 400 a 500 pessoas necessitadas.

Neste local, os índios Xokleng costumam comparecer com freqüência para fazer suas refeições e ainda levam para casa uma marmita contendo a alimentação



Mulheres Xokleng esperam pelo almoço no refeitório da Igreja Católica em Blumenau.

para o jantar. Eles participam das festas no âmbito da capela, mas não freqüentam as missas. Podem obter brinquedos de Natal; presentes de Páscoa e do Dia das Crianças. Mensalmente, ganham sacolões; e às vezes, roupas e calçados. De acordo com as informações das voluntárias da cozinha Bom Pastor, as jovens Xokleng selecionam somente roupas bem conservadas e modernas. Os parentes da TII que eventualmente se hospedam na

residência dos Xokleng também se beneficiam dos recursos oferecidos pelo Comitê, levando-os inclusive para outros membros de sua "parentela" na TII. Desse contexto, depreende-se que os indígenas estão tomando-se dependentes dessas ações da igreja.

O relacionamento dos indígenas com as voluntárias da cozinha geralmente é conflituoso. A representação dos indígenas é extremamente estigmatizada. A resistência indígena às tentativas de aceitar trabalho chocam ética e moralmente os funcionários da instituição. Os esforços da igreja estão centrados na auto-suficiência e escolarização, como possibilidade de substituição dos padrões de conduta indígena, baseados na prática de pedir, exigir e reclamar. A "auto-imagem" dos indígenas como dependentes leva a atuações e "representações" sobre si, que acabam repercutindo



de incentivar o grupo a estudar e ingressar no curso superior. Mas a receptividade da proposta não foi favorável.

Não foram poucos os jovens indígenas "cidadinos" a relatar as dificuldades enfrentadas para sair das aldeias. Para chegar às escolas do município era preciso percorrer uma longa estrada<sup>177</sup>. A continuidade das etapas educacionais seguintes era ainda mais complexa, porque havia necessidade de residirem nos centros dos municípios próximos, para concluir o Ensino Médio. A redução do contingente estudantil neste processo é flagrante. O depoimento de uma ex-professora na TII é significativo: "porque podia, nossa! ter quantos professores formados! muitos professores formados indígenas. Se nós começamos [na 5ª série do Ensino Fundamental] em 23, por que só sobrou 2 ou 3?" (IAFP, 25/11/99).

Dentre aqueles alunos indígenas que lograram finalizar o Ensino Médio, somente cinco ingressaram efetivamente nas universidades do Vale do Itajaí, na UNIVALI e na FURB. Dentre estes estudantes, apenas um possui ascendência Xokleng, três são integrantes da "parentela" de Lino Nunc-Nfônro e uma outra jovem, de ascendência também Kaingang. À partir de constantes reivindicações de antropólogos ligados à UFSC e professores das próprias universidades, foi possível garantir o auxílio da FUNAI à permanência dos indígenas nos cursos escolhidos: Ciências Sociais, Engenharia Florestal, Química, Serviço Social e Biologia.

Os avanços alcançados na área da educação na TII, visíveis atualmente através do apoio da Secretaria da Educação e do Desporto na edição de materiais didáticos na língua nativa, é, excepcionalmente uma "perturbação lateral" positiva da construção da Barragem.

No início de 1998 os primeiros estudantes universitários<sup>178</sup> conseguiram recursos para cotas de xerox, pagamento de aluguel, pagamento das mensalidades, ou sua isenção, e *ticket* alimentação durante aproximadamente sete meses. No semestre seguinte, incentivados por Namblá Gakrān, estudante universitário de ascendência Xokleng, novos estudantes ingressaram na universidade de Blumenau, solicitando junto à FUNAI ajuda de custo para transporte, livros, xerox, mas não a receberam. Conseguiram somente o pagamento das mensalidades.

<sup>177</sup> Os indígenas cidadinos oriundos da aldeia Toldo, por exemplo, deixavam suas casas às 05:30 hs. da manhã, à luz de velas, e caminhavam uma hora e meia pela trilha até chegar às estradas principais da TII.

<sup>178</sup> Em 1991, uma jovem de ascendência Kaingang passou no vestibular da FURB para Ciências Sociais. O cacique da aldeia onde residia tentou conseguir bolsa de estudo junto à Administração Regional da FUNAI em Chapecó (SC), na época responsável pela jurisdição da TII, mas não foi concedido o pedido, que somente seria atendido se ela frequentasse o curso na universidade de Chapecó.

Os desdobramentos deste difícil processo nas universidades, levaram muitos a desistir ou trancar os cursos iniciados. As indefinições por parte da FUNAI, no tocante à continuidade do pagamento das mensalidades, tem gerado *stress* e insegurança entre os estudantes.

Diante disso, eles têm se organizado, discutindo e expondo os problemas que têm enfrentado. Um dos caminhos aventados foi o encontro dos estudantes universitários, acompanhados do representante da FURB, no Conselho Estadual dos Povos Indígenas, com o Pró-Reitor de Extensão do Desenvolvimento Comunitário da FURB, Roberto Salt Diniz. Nesta reunião o Pró-Reitor entrou em contato com a FUNAI em Curitiba (PR), e em Brasília (DF) para obter maiores esclarecimentos sobre a atuação do órgão oficial na questão.

Um outro encaminhamento resultante do referido encontro foi a elaboração de uma ementa solicitando ao Deputado Estadual Pedro Czai a incorporação de um artigo específico para os indígenas à lei nº 170 que prevê bolsas de estudo, de forma que 100% da faculdade seria quitada em sua totalidade para os estudantes indígenas, atuais e futuros. Além disso, cada estudante formulou uma lista elencando despesas para sua manutenção nos cursos, a fim de que o Pró-Reitor redigisse um documento a ser enviado ao Presidente da FUNAI, em Brasília (DF). Ainda para reforçar as reivindicações, os estudantes pretendem formar um comitê.

Neste contexto, muitos indígenas "cidadinos" e outros da TII começaram a questionar e reivindicar os mesmos direitos ao pagamento de mensalidades escolares ao órgão oficial, gerando conflitos e disputas entre aqueles que alcançaram o auxílio da FUNAI e aqueles que pretendem usufruí-los através de solicitações junto aos caciques das aldeias de origem. De outro lado, nem todos os indígenas "cidadinos" intentam obter acesso ao sistema educacional contando com apoio da FUNAI. Algumas jovens indígenas mostraram o desejo de se auto-promover, independente do órgão oficial.

Como se não bastasse todas as dificuldades enfrentadas pelos alunos indígenas para chegar à universidade, eles ainda estão sujeitos quanto ao aproveitamento acadêmico às críticas e cobranças de seus companheiros de sala de aula, visto que são subsidiados por bolsas.

Diante das exigências de qualificação profissional para inserção no mercado de trabalho, os indígenas têm tomado consciência da necessidade de seu ingresso no sistema educacional do meio urbano. Mas, a valorização do estudo não perpassa somente pela questão do trabalho, como também pelas relações estabelecidas com

as igrejas evangélicas. As práticas religiosas da Igreja, incitam a recitação de versos, as leituras bíblicas, os cantos e hinos de louvor, atividades para as quais é fundamental ser alfabetizado.

O estudo como "símbolo de poder" é percebido de modo diferenciado entre os indígenas de ascendência Xokleng e os de ascendência Kaingang. Para os primeiros, não é premente o ensino acadêmico, contudo, hoje repensam a importância dessa formação na vida cotidiana do meio urbano. Entre os Kaingang, o estudo é percebido como fonte de mudanças, tanto na sua qualidade de vida, ascendendo ao mercado de trabalho, quanto na transformação de sua visão de mundo, interferindo nas vivências diárias.

As escolas e entidades educacionais de Ensino Fundamental e Médio frequentadas pelos indígenas são: PROMENOR (três alunos), Colégio Conjunto Educacional Pedro II (uma aluna), Escola Estadual Luís Delfino (um aluno e uma aluna), CEA (três alunas), Escola Básica Carlos Techentin (um aluno), Creche José Dichkman (um aluno), Colégio Lauro Muller (um aluno e três alunas), Colégio João Vidmo (uma aluna), Colégio Estadual Hercílio Deike (um aluno e uma aluna), Escola Lotar Krieger (quatro alunos), Colégio Universitário (um aluno), Colégio Machado de Assis (duas alunas).

Embora a maioria dos indígenas "cidadinos" frequente as escolas da rede municipal e estadual de ensino público, as dificuldades se fazem presentes, tais como: o pagamento de transporte, a contribuição mensal vigente nestas escolas, a aquisição de material escolar e outros gastos.

Na universidade e em outros estabelecimentos de ensino, a linha étnica é sempre lembrada. É comum os estudantes indígenas passarem a ser chamados por "índios", ao invés de seu nome próprio, em momentos de lazer. Outras conotações se fazem presentes quando são apresentados a alguém ou chamados a fazer alguma coisa, do tipo: "essa aqui é a índia", "oh índia, vamos lá índia [...]". Nestes casos, as reações são diferentes, há os que ficam encomodados e aqueles que levam na brincadeira.

No tocante às crianças, foram obtidos dados sobre a defazagem pedagógica dos alunos indígenas provenientes das Escolas Isoladas na TI. Dificuldades essas que se manifestaram nas brincadeiras lúdicas, nas atividades físicas e no estabelecimento de relações com os demais alunos. Durante as recreações, os alunos indígenas formam grupos na medida em que conversam na língua indígena. Outros fatores responsáveis

por esta distância, são o fato de irem à escola cheirando a fumaça e a falta de higiene corporal, visível também no seu vestuário.

Com a comemoração dos 500 anos de Brasil, muitas escolas do município alertaram-se à necessidade de conhecimento e divulgação da cultura indígena, inserindo-a no contexto escolar. Para tanto, foram convidados alguns indígenas "cidadinos" para expor um pouco de sua trajetória histórica de contato com os "brancos", mostrando o que preservam e o que reelaboraram de sua cultura tradicional neste processo.

Alunos do Ensino Fundamental, de 5ª a 7ª série, da Escola Básica João Durval Müller, elaboraram coletivamente vários textos questionando a vivência dos indígenas nas aldeias, contextualizando a organização da sociedade blumenauense da qual fazem parte.

Outros momentos de divulgação da cultura Xokleng, realizados por indígenas da TII, tiveram como base o trabalho do antropólogo Sílvio Coelho dos Santos, "Os Índios Xokleng: Memória Visual" em palestra proferida pela universitária de ascendência Kaingang Andenice Fiamoncine, a convite da professora Terezinha Bublitz, ex-professora da FURB. Estes trabalhos de divulgação chegaram a uma escola de Curitiba (PR), através do índio Xokleng Jonas Popó Ka-mrêm, a convite de uma funcionária da FUNAI responsável pela comercialização dos artesanatos indígenas.

### **3.3.3 A Saúde Indígena**

O processo de mudanças sócio-culturais, ambientais, econômicas e políticas, desencadeado com a construção da Barragem e seus efeitos negativos sobre a população, refletiram significativamente na saúde indígena. As providências necessárias para fazer frente aos problemas de saúde decorrentes do deslocamento compulsório dos indígenas para as partes mais íngremes da TII não foram alvo de ações efetivas do órgão oficial.

Com a construção da Barragem, a estrutura logística para o atendimento da saúde levou um bom tempo para ser replantada. Tal fato, porém, não implicou o funcionamento adequado destes espaços, apresentando insuficiência de equipamentos, medicamentos e pessoal qualificado para prestar assistência básica às necessidades da população. (Langdon & Rojas, 1991:91).

Desde 1991, as atribuições de assistência à saúde das populações indígenas passaram a ser de responsabilidade do Ministério da Saúde, através da FUNASA<sup>179</sup>. Neste órgão, foi criada a Coordenação de Saúde do Índio (COSAI), visando a implementação de um modelo de atendimento à saúde para as populações indígenas. Posteriormente, foi proposta a criação da Comissão Intersectorial de Saúde do Índio (CISI), vinculada ao Conselho Nacional de Saúde. (Santos *et al.*, 1998:76).

Em 1995, a Equipe de Saúde Indígena (ESAI), vinculada à FUNASA em Florianópolis, elaborou um "relatório de dados referentes à atuação em TI's", no qual ficou claro que o sistema de saneamento básico existente na TII era inadequado e a água era de má qualidade para consumo humano. (Henriques, 1996:25). Atualmente, o repasse de recursos visando a contratação de agentes de saúde, a aquisição de medicamentos e equipamentos para atender as questões de saúde da população da TII, provém da FUNASA, sob a coordenação dessa mesma equipe, através de um convênio firmado com a Prefeitura de José Boiteux. As condições de saúde dos indígenas, no entanto, continuam fragilizadas.

O depoimento da vice-cacique de uma das aldeias da TII no II Fórum de Debates das Questões Indígenas, em 24 de abril de 2000, mostrou que a precariedade das condições de saúde e do atendimento ao grupo indígena ainda continua. Ficou claro, nesta ocasião, a reivindicação de profissionais qualificados para atuar na TII; a capacitação dos indígenas para execução do atendimento básico de saúde; o suprimento de medicamentos e equipamentos de trabalho necessários às funções; e resgate da medicina tradicional.<sup>180</sup>

Neste contexto, a procura de instituições capazes de responder melhor as questões de atendimento à saúde é uma das razões pelas quais os indígenas estão no meio urbano. No entanto, suas expectativas de acesso a essas novas formas de atendimento à saúde nem sempre são superadas. Esta assistência é realizada por servidores dos Postos de Saúde dos bairros, como também pelos profissionais dos hospitais conveniados com o Sistema Único de Saúde<sup>181</sup> (SUS), sem que a especificidade da saúde indígena seja considerada, tendo em vista sua fragilidade diante das doenças endêmicas oriundas do contexto sócio-cultural e econômico vivenciado.

<sup>179</sup> Através do Decreto nº 23, em 04 de fevereiro de 1991.

<sup>180</sup> Estas reivindicações constam do documento final do Fórum, intitulado por "Pronunciamento das Etnias Indígenas de Santa Catarina".

<sup>181</sup> O SUS integra a rede de atendimento das ações preventivas de saúde, destinadas à população em todas as instâncias do território Brasileiro, segundo dispõe o Art. 198 da Constituição da República Federativa do Brasil, instituída em 1988.

Os principais problemas de saúde enfrentados pelos indígenas indicam a incidência de doenças respiratórias, doenças carenciais (má nutrição), saúde bucal precária, verminose, desinteria, escabiose, estomatite, dermatites, cefaléia, problemas oftalmológicos e urológicos.

O tratamento dado nos Postos de Saúde e nos Hospitais Santa Izabel e Santo Antônio, nos casos mais sérios, indica para estes distúrbios o uso de antibióticos a base de diclofenaco, metronidazol e outros, de compostos polivitamínicos e de antiinflamatórios. No entanto, o tratamento fitoterápico é também utilizado, nestes casos, através da preparação de pomadas, chás e "garrafadas" com o uso de ervas medicinais trazidas da TI ou adquiridas no meio urbano. A resistência aos tratamentos de saúde próprios da "biomedicina"<sup>182</sup>, foi observada entre alguns indígenas, sendo vistos, inclusive, como causadores de doenças. Segundo uma informante: "índio não usa remédio [alopático], já dizia a minha avó" (AF, 17/12/99).

Algumas afecções mais graves, como é o caso do problema de tireóide sofrido por uma informante indígena, estão sem tratamento médico, devido à falta de assistência do SUS às situações que necessitam de encaminhamentos específicos<sup>183</sup> ou, até mesmo, de intervenção cirúrgica.

A inserção dos indígenas no meio urbano impõe adaptações às novas condições de trabalho e de relações sociais com a população blumenauense. Há efeitos que se refletem tanto em sua saúde física quanto emocional, percebidos através da manifestação de suas "experiências subjetivas de aflição". (Langdon, 1995:02).

Casos de depressão, "problema de nervos", irritação, tremor, dor de cabeça e *stress* identificados entre alguns informantes são exemplos significativos de que a doença não manifesta apenas um sofrimento físico, mas relaciona-se à experiência vivida no novo contexto, através da observação desta realidade e da interpretação de sua sintomologia. (Langdon, 1995:13).

Uma mulher de ascendência Kaingang relatou que, devido à necessidade de agilidade e eficiência em sua prática diária de trabalho como camareira em um

---

<sup>182</sup> Utilizamos o termo "biomedicina", ao invés de "medicina científica", seguindo as orientações de Langdon (1995:1), "para evitar as implicações de que outros modelos médicos não são ou não possam ser científicos".

<sup>183</sup> Alguns indígenas, há mais tempo no meio urbano, tornaram-se agentes de saúde de instituições do município. Em determinada reunião da unidade de saúde, na qual trabalhava um destes indígenas, havia o interesse em discutir os problemas comunitários nos bairros da cidade. Nesta ocasião surgiram referências negativas quanto à saúde de famílias Xokleng residentes no bairro Velha Grande. Apesar disso, não houve manifestação efetiva por parte do agente de saúde integrante do grupo indígena, no sentido de propor ações favoráveis do município ao problema levantado.

hotel, seu "problema de nervos" teria se acentuado, levando-a à decisão de afastamento da atividade.

Este mesmo problema surge para uma outra mulher de ascendência Kaingang, devido ao formigamento nas mãos e irritabilidade, quando tem de enfrentar, situações de conflito no âmbito da família, ao vivenciar o desemprego e a necessidade de condições de moradia adequadas.

Outra situação dramática enfrentada, por uma jovem de ascendência Xokleng, refere-se ao enfrentamento de um processo judicial, atualmente sendo resolvido pelo advogado da FUNAI, relativo à agressão física decorrente de uma briga com o esposo "branco", a qual resultou na mutilação de uma das mãos. Este fato tem causado não somente o sofrimento físico da referida jovem, mas também o prejuízo psico-emocional presente em sua vida cotidiana, tendo como consequência a manifestação de estados de depressão.

Numa situação pós-parto vivenciada por uma jovem Xokleng na família do esposo "branco", as divergências com os parentes afins e a falta de tranqüilidade em casa, desencadearam uma forte dor de cabeça, mastite e febre, tornando necessária a ingestão do remédio para "recaída" manipulado por sua avó, como fonte do reestabelecimento de seu conforto.

No que se refere ao alcoolismo, existem várias referências de indígenas circulando pela cidade em estado de embriaguez, incluindo homens e mulheres. O incremento do uso da bebida destilada da cana-de-açúcar, no período da exploração intensa da madeira, e do acirramento do faccionalismo na TII, próprio do processo de construção da Barragem, são fatos marcantes memorados pelos informantes indígenas. A persistência da ingestão do álcool fora da TII por alguns indígenas ocasionou sérios conflitos intrafamiliares.

Alguns casos de alcoolismo são atendidos no ambulatório da prefeitura, cujo tratamento é realizado com desintoxicações, aplicações de soro, medicamentos e cuidados com ferimentos, decorrentes das quedas ocasionadas por estados de embriaguez. O alcoolismo, aliado aos diferentes estereótipos negativos sobre os indígenas, propicia o envolvimento em brigas na rua, tornando-os vulneráveis a assaltos e agressões físicas. Nestes casos, a intervenção de agentes das instituições de segurança pública do município perante o encaminhamento aos hospitais, ou ao recolhimento às delegacias de polícia, sendo, neste caso, enquadrados como perturbadores da ordem.

Estas situações de liminaridade, no contexto ao qual estão inseridos, representam sérios riscos à integridade física e social destes indivíduos. As situações responsáveis pelo surgimento destas doenças e seus agravos estão intimamente ligadas às precárias condições de inserção dos indígenas no meio urbano. No cotidiano, as experiências de exclusão social, riscos ocupacionais, "violência simbólica" e violência social são apenas alguns dos múltiplos fatores responsáveis pela danosa condição epidemiológica vivenciada, colocando-os em posição de maior vulnerabilidade frente aos problemas de saúde. (Coimbra Jr. & Santos, 2000:125-132).



## Considerações Finais

**N**esta etapa final do trabalho, cabe retomar a referência conceitual escolhida para compreender os efeitos deletérios que "projetos de desenvolvimento" podem gerar para as populações afetadas.

Mencionamos anteriormente que a utilização de conceitos adequados é fundamental para detectar a multiplicidade de conseqüências advindas com sua implantação. Neste estudo, a noção de "perturbações laterais" (Antonaz, 1996) foi estratégica para perceber a relação entre a migração dos indígenas da TII e a construção da Barragem Norte.

Como vimos, os impactos decorrentes da Barragem não se constituem em razões exclusivas da diáspora. Os conhecimentos empíricos e as reflexões sobre os problemas de outros grupos indígenas do Brasil, confirmam a existência da vasta gama de causas propulsoras dos deslocamentos migratórios indígenas. Na região Sul, por exemplo, há estudos que registram a saída dos índios Kaingang de suas aldeias por razões de ordem econômica e devido à momentos de instabilidade nas TI's. (Helm, 1977; Tommazio, 1996 e 1998). Entre os índios Guarani Mbya, por sua vez, as migrações são fundamentadas em preceitos míticos. (Ladeira, 1996).

No caso dos indígenas da TII, a construção da Barragem propiciou uma situação *sui generis*. Semelhante ao que aconteceu com outras populações afetadas por projetos desenvolvimentistas, tais como a implantação do complexo de Altamira

(Castro & Andrade) e das usinas hidrelétricas Itaipú (Weber, 1995), Tucuruí e Balbina (Santos, 1992), os indígenas não tiveram assegurados tanto a participação nos momentos cruciais da definição do projeto, como o recebimento de indenizações pelos prejuízos vivenciados.

Os responsáveis pelo projeto da Barragem Norte, que às vezes identificamos como "produtores de externalidades", não tomaram iniciativas efetivas para que os prejuízos sofridos fossem redirecionados. Suas ações tornaram evidente o descomprometimento no trato de soluções capazes de reverter a dinâmica de desestruturação-reestruturação das esferas sócio-culturais, econômicas e políticas vivenciadas pelos indígenas, explicitados nos protelamentos das indenizações pela desapropriação de suas terras.

A pesquisa realizada demonstrou com clareza que, de fato, as interações sociais dos indígenas com agentes externos ao grupo, neste caso os madeireiros e os operários da Barragem, bem como os funcionários da FUNAI, do DNOS/SDR e representantes do governo do Estado de Santa Catarina, interferiram no cotidiano da população.

--- ↪ Através da revisão da literatura específica sobre a implantação da Barragem Norte, identificamos que a FUNAI e o DNOS, inicialmente, ambos órgãos federais, não priorizaram as questões sociais e ambientais visando o encontro da alternativa mais viável para execução da obra. Além disso, não foram consideradas as especificidades sócio-culturais dos indígenas para que fossem planejadas adequadamente as formas de indenização, bem como o seu deslocamento e a sua conseqüente reterritorialização.

As práticas governamentais adotadas, favoreceram o ingresso de madeireiros na TII, pois inexistiu qualquer intenção em resguardar o seu patrimônio florestal. Ao contrário, a exploração dos recursos naturais, com aval da FUNAI, foi aceita como alternativa de sobrevivência no contexto de mudança que os indígenas estavam a vivenciar.

A estratificação social já existente na TII entre os índios Xokleng, Kaingang, Guarani e a população cafuza, se acentuou, favorecendo o surgimento de padrões diferenciados economicamente e distintos daqueles até então conhecidos. Como conseqüência, os indígenas experienciaram situações bastante desiguais, tornando necessário àqueles que ficaram a margem dos benefícios originários das atividades extrativas, migrar em busca de trabalho.

Outrossim, foram desconsideradas as especificidades sócio-culturais dos indígenas no repasse das indenizações. O adiamento e a liberação parcial dos recursos, em diferentes momentos, propiciaram novos conflitos, incrementando o quadro de tensões e descontentamentos entre a população aldeada diante de tantas privações e mudanças.

O envolvimento de mulheres indígenas com os operários da Barragem, como também os madeireiros da região, além de provocar graves problemas na área da saúde, impôs a necessidade de se encontrar novas respostas para projetos individuais, dentre elas a migração. Outros fatores contribuíram para que novas migrações ocorressem, como, por exemplo, o incentivo à educação através de atividades de recuperação da língua nativa com apoio de Igrejas, FURB e SED. Esta interferência positiva ampliou a percepção dos indígenas sobre as possibilidades de manterem um relacionamento mais igualitário com a sociedade regional.

Valendo-nos da noção de "perturbações laterais", já referida, foi possível perceber como a implantação da Barragem Norte teve afetamentos para, no caso, o grupo de indígenas que migrou para Blumenau. Em que pesem os desdobramentos desses efeitos, os quais também podem ser caracterizados à luz desse conceito, vemos que em Blumenau, o acesso a moradias mostrou-se uma difícil conquista. A maior parte dos indígenas reside em bairros de periferia, alguns sob precárias condições.

O estabelecimento de residências na cidade garante, aos parentes e amigos da TI1 apoio quando necessitam permanecer na cidade temporariamente, seja para conseguir empregos, seja para comercializar artesanatos ou para outros fins. Nestes locais, ficam expostos ao contato com pessoas que praticam atividades ilícitas, à "violência simbólica" e real em torno de suas especificidades étnicas.

As diferentes experiências pessoais vivenciadas pelos indígenas mostraram ainda o esforço necessário para adaptar-se a essa complexidade multifacetada do novo meio. Mas ficou claro que os indígenas "cidadinos" integraram seus saberes às exigências do novo local, reelaborando alguns aspectos de sua cultura para viver nesse contexto social.

As particularidades das inserções dos indígenas no mercado de trabalho, também demonstraram o quanto os indígenas estão vulneráveis a situações constrangedoras, incidindo inclusive sob sua integridade física.

Na interação com os blumenauenses, os conflitos étnicos aparecem marcados pelas relações de desigualdade social. As situações de exclusão enfrentadas pelos indígenas aparecem a todo momento, levando-os a manipular sua identidade. Dessa forma, os indígenas ora afirmam seu pertencimento étnico, em situações que isso pode lhes oferecer ganhos, ora o camuflam para lograr o estabelecimento de vínculos com a sociedade regional.

A interrelação dos indígenas "cidadinos" com instituições do município e com a FUNAI revelou que os direitos constitucionais garantidos aos indígenas continuam não sendo respeitados. Nessas circunstâncias, a etnicidade emerge, mostrando a resistência indígena à redução de sua cultura como sistema simbólico, ordenador de seus valores e de suas práticas sociais. No contínuo processo de transformação dos indígenas, observamos a manutenção de alguns "traços diacríticos" e a reelaboração de outros.

Os indígenas são conscientes de seus direitos, desejos e de sua história, estabelecendo, sem poucos conflitos, novas "redes" de relações e vínculos de parentesco na cidade através de casamentos interétnicos. Estas novas "redes" de relações interpessoais permitem dar um outro sentido às suas vidas, na medida em que se confrontam com um sistema de valores diferente. Nesta interação as "auto-imagens" dos indígenas são alteradas, refletindo nas diversas possibilidades de conduta diante das situações com as quais se defrontam. A constante reflexão dessa atuação implica as distintas "representações" que os indígenas podem assumir de si mesmos e de seu grupo, coincidindo na reelaboração de sua identidade social.

Embora tenham que enfrentar situações de dominação impostas pela sociedade regional, os indígenas não deixam de se sentir e se afirmar como indígenas e lutam para construir suas vidas com dignidade. O convívio da maioria dos indígenas com as igrejas evangélicas revela uma das vias encontradas para sua inserção no espaço da sociedade blumenauense. Mas, o paternalismo das Igrejas evidencia a dependência de alguns ao auxílio recebido em momentos de extrema necessidade.

Mesmo assim, a maioria dos indígenas passou a ter Blumenau como uma possibilidade de vivência temporária ou permanente, que interessa em particular aos jovens. Alguns, apesar das dificuldades, preferem viver na cidade e não pretendem voltar a residir na TI. Outros, pretendem garantir estudo aos seus filhos, profissionalizar-se e tornar a viver na TI, objetivando aplicar seus conhecimentos em benefício do próprio grupo.

Os desdobramentos do processo migratório revelaram, ainda, algumas experiências e determinadas situações de extrema gravidade. Dentre essas vivências e circunstâncias, na cidade, destacam-se: a prisão de uma jovem Xokleng; riscos impostos pela moradia irregular; casos de alcoolismo, prostituição e furto; a vulnerabilidade frente às enfermidades e seus agravos; as disputas por recursos da FUNAI entre os indígenas "cidadinos" e a negação da identidade étnica pela necessidade de serem aceitos pelos "regionais".

Estes efeitos, por sua vez, comprovam a hipótese levantada no início do trabalho sobre as possíveis conseqüências decorrentes de um "projeto de desenvolvimento", as quais podem extrapolar os marcos temporais e territoriais requisitados pelos empreendedores.

Contudo, a identificação dessas "perturbações laterais" da Barragem ocorridas no meio urbano, não representam a totalidade dos efeitos sociais deletérios causados a população indígena como um todo. Estas conseqüências referem-se apenas àquelas observadas no momento da pesquisa. Certamente os desdobramentos desses afetamentos continuarão a existir. Mas, ao invés de prever, preferimos nos deixar surpreender pelas novas cenas desta história.

Por fim, cabe ressaltar a falta de uma política indigenista que favoreça o alcance da cidadania pelos indígenas da TII, como também por aqueles que estão fora dela. As formas de interação social estabelecidas pela sociedade dominante necessitam ser alteradas. Como afirma Canciani (1998:157) o ideal da política cultural seria criar um espaço tal onde "projetos democráticos fossem compartilhados por todos sem que se igualem a todos; em que a desagregação se eleve a diversidade; e as desigualdades (entre classes, grupos ou etnias) se reduzam a diferenças".



**Florianópolis, 22 de fevereiro de 2000.**

Exma. Dr<sup>a</sup>. Analúcia Hartmann

DD. Procuradora da República, em Florianópolis.

Prezada Dr<sup>a</sup> Analúcia,

Tendo conhecimento de seu empenho quando lhe coube resolver questões referentes aos indígenas do Estado, gostaria de solicitar atenção e encaminhamento de uma pendência no município de Blumenau, referente a ré recolhida no presídio daquela cidade, LAP, cujo processo é de nº 008.97.014290-9 Execução Penal.

Esta jovem, de 26 anos, é uma índia Xokleng, proveniente da Terra Indígena Ibirama. Devido às péssimas condições de subsistência na TI de origem, migrou para Blumenau lá residindo também de maneira precária.

As situações cotidianas vivenciadas na cidade propiciaram o contato dessa jovem com pessoas que exercem atividades ilícitas e essas interações levaram-na ao envolvimento com traficantes de drogas.

Esta foi presa quando estava junto de um traficante, no dia 12 de outubro de 1997, e está recolhida há 2 anos e 4 meses. Neste período, comportou-se bem no presídio e sempre trabalhou. Quando transferida para o presídio de Tijucas, em 27 de setembro de 1999, tendo em vista que não tinha antecedentes criminais, foi solicitado por essa instituição "Pedido de Livramento Condicional".

O "Pedido" foi analisado pelo Conselho Penitenciário em Florianópolis, sendo a resposta negativa, devido ao fato da ré não ter cumprido os 2/3 da pena. Caso ela tivesse trabalhado no presídio, poderia ter obtido sucesso no requerimento.

Segundo minhas pesquisas no presídio de Blumenau, entretanto, a ré trabalhou lá no período de 1º de maio de 1998 até 03 de dezembro de 1998, nas atividades de artesanato junto às outras detentas. Desta data em diante, trabalhou na cozinha até 01 de fevereiro de 1999 e à partir daí passou a trabalhar para a empresa Kremmer, até dia 27 de setembro de 1999, data em que foi transferida para o Presídio de Tijucas.

O período acima confere-lhe 220 dias trabalhados, ou seja, o equivalente à 7 meses e 10 dias de remissão da pena, os quais somados aos 2 anos e 4 meses já

cumpridos, totalizam os 2/3 da pena determinada, o que a meu ver permitiria que o "Pedido de Livramento" fosse atendido.

Sendo assim, era para a jovem estar livre há 3 meses. No entanto, continua recolhida e exercendo atividades na cozinha.

Dessa forma, solicito a Sr<sup>a</sup>. Procuradora que encaminhe o caso ao Procurador da República de Blumenau, Dr. João Marques Brandão Néto, a fim de que este promova a necessária solução do caso.

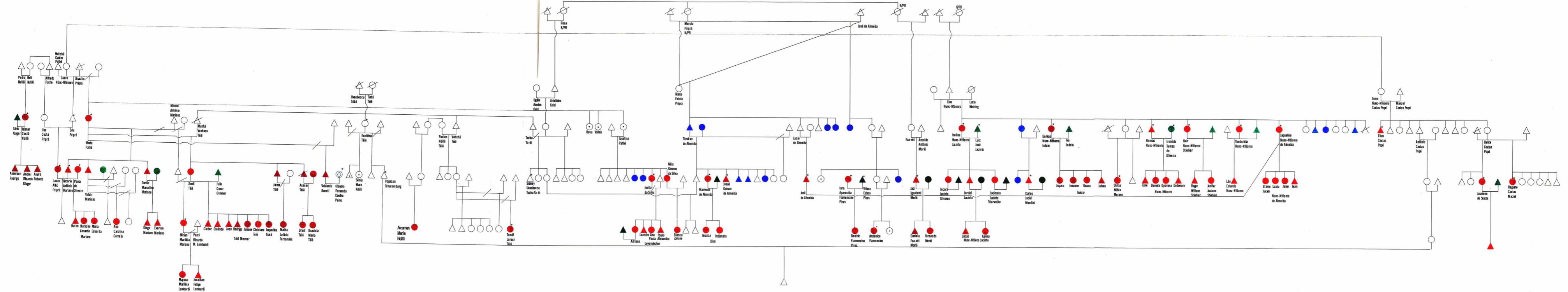
Desde já agradeço-lhe, certa de poder contar com sua colaboração.

Atenciosamente,

Karyn Nancy Rodrigues Henriques

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

**Genealogia de Parentesco das Famílias Indígenas em Blumenau - 1999**



Legenda	
—	irmãos
—	casamento
—	separação
△	mortes
△	homens
○	mulheres
○	gravidez
○	irmãos sociais
●	entrevistados
●	indígenas residentes em Blumenau
●	indígenas residentes em outras cidades
●	cônjuges "brancos"
KPR	indios Kaingang vindos do Paraná para intermediar na "pacificação" dos Xokleng



## Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Mauro W. B. de. **Redescobrimo a Família Rural**. Campinas: Unicamp, RBCS, vol. 1 (1), 1986.
- ANTONAZ, Diana. **Perturbações Laterais nos Grandes Projetos**. Trabalho apresentado na XX Reunião da ABA. Salvador, 1996.
- BARTH, Fredrik. "Grupos Étnicos e suas Fronteiras". In: **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Da Unesp, 1998.
- BARTOLOMÉ, L. J. "Aspéctos sociales de la relocación de la población afectada por la construcción de grandes represas". In: Suarez, F. *et al.* **Seminário efectos sociales de las grandes represas de America Latina**. Fundación cultural Universitaria para CIDES (OEA) e ILPES (ONU), 1983.
- BARTOLOMÉ, M. A. & BARABAS, A. M. "Mediación o Autogestión. Grandes Represas, Movimientos Sociales y Etnicidad". In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre. Ano 3 (6), 1997.
- BECKER, Howard S. **Uma Teoria da Ação Coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- BENETTI, P. C. & VAINER, C. B. "Migrantes na Cidade". In: **Travessia Revista do Migrante**. São Paulo: Publicações do Cem (2), 1988.
- BERREMAN, G. D. "Anemic and Emetic Analyses in Social Anthropology". In: **Selected Papers from the American Anthropologist**. Robert F. Murphy (org.). Washington: American Anthropological Association, 1976.
- BOURDIEU, Pierre. **O Desencantamento do Mundo: Estruturas Econômicas e Estruturas Temporais**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- \_\_\_\_\_ **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: União de Editoras S.A, 2000.
- BRIGNOL, L. M. **Olhos Azuis Sobre o Cocar. A Representação dos Xokleng na Fundação da Colônia Blumenau (1850 – 1880)**. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Florianópolis: FAED, 1999.

- CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**. 2ª edição. São Paulo: Da Usp, 1998.
- CARDOSO, Marina. **Médicos e Clientela: da Assistência Psiquiátrica à Comunidade**. São Carlos: Da Ufscar, 1999.
- CASTRO, Eduardo V. & ANDRADE, Lúcia M. M. (orgs). "Hidrelétricas do Xingu: O Estado Contra as Sociedades Indígenas". In: **As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas**. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988.
- CERNEA, M. M. "El Reasentamiento Involuntario: la investigación social, la política y la planificación". In: **Investigación Social, Política y Planificación**. 1995.
- CHRISTOVÃO, M. B. **A Mulher Indígena do Vale do Itajaí**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História. Guarapuava, 1999.
- COIMBRA Jr., C. E. A. & SANTOS, R. V. "Saúde, Minorias e Desigualdades: algumas teias de interrelações com ênfase nos povos indígenas no Brasil". In: **Revista Ciências e Saúde Coletiva**. ano 5 (1), 2000.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Povos Indígenas no Brasil**. Brasília, 1999.
- 
- \_\_\_\_\_ **Inventário Fotográfico das Casas Construídas na TI Xokleng**. Florianópolis, 2000.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.
- CRIRI, J. *et al.* **Vãnh Kala Jó Kabel**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação e Desporto, Diretoria de Ensino Fundamental, Núcleo de Educação Indígena. IOESC, 1999.
- CUNHA, M. C. "Definições de Índio e Comunidades Indígenas". In: **Sociedades Indígenas e o Direito: uma questão de direitos humanos**. Florianópolis: Da Ufsc/Cnpq, 1985.
- 
- \_\_\_\_\_ **Os Índios no Direito Brasileiro Hoje**. São Paulo: Comissão Pró-Índio, .s/d.
- 
- \_\_\_\_\_ **Antropologia do Brasil - Mito, História, Etnicidade**. São Paulo: Brasiliense Hoje, 1986.

\_\_\_\_\_ "Les Études Gé". In: Descola e Taylor (orgs.). **La Remontée de l'Amazonie: Anthropologie et Histoire des Sociétés Amazoniennes**. L'Homme. 1993.

DAMATTA, R. "Carnavais, Paradas e Procissões". In: **Carnavais, Malandros e Heróis**, 1978.

D'ANGELIS, W. R. & VEIGA, J. "Em que Crêem os Kaingang. Religião, Dominação e Identidade". In: **Kaingang Confrontação Cultural e Identidade Étnica**. Piracicaba: Da Unicamp, 1994.

DAVIS, Shelton. **Vítimas do Milagre**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DOUGLAS, Mary. "Poderes e Perigos". In: **Pureza e Perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

DRUMOND, José. "Ostras e Pastas de Papel: o meio ambiente e a mão invisível do mercado". In: **Antropolítica: revista contemporânea de antropologia e ciência política**. Rio de Janeiro: Uff, 1995.

DURHAM, E. R. **A Caminho da Cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

\_\_\_\_\_. "O Lugar do Índio". In: **O Índio e a Cidadania**. Comissão Pró Índio. São Paulo: Brasiliense, 1983.

EPSTEIN, A. L. **Ethos and Ethnicity: three studies in ethnicity**. London: Tavistor, 1978.

FARFAN, P. V. **Dados Estatísticos sobre Blumenau e Santa Catarina**. Blumenau: Ippub, 1998.

FERNANDES, R. C. **Autoridade Política Kaingang. Um estudo sobre a construção da legitimidade política entre os Kaingang de Palmas (PR)**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Florianópolis: Ppgas/Ufsc, 1998.

FORTES, Meyer. "O Ciclo de desenvolvimento do Grupo Doméstico". In: **Cadernos de Antropologia** (6). Brasília: Da Unb, 1974.

GAKRAN, N. **Ag Ve Te Kágel Mu: Nosso Idioma Reviveu**. José Boiteux, 1999.

GALVÃO, E. "Áreas Culturais Indígenas do Brasil: 1900-1959". In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém: N. S. Antropologia (8), 1960.

- GEERTZ, C. "Pessoa, Tempo e Conduta em Bali". In: **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GERMANI, G. "Migração e Integração Cultural". In: **Manual de Pesquisa Social nas Zonas Urbanas**. São Paulo: Pioneira, 1978.
- GOFFMAN, E. **Estigma notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. São Paulo: Zahar, 1982.
- GOULART, M<sup>a</sup>. C. R. & FRAGA, N. C. **Vale dos Índios Vale dos Imigrantes**. Blumenau: Cultura em Movimento, 2000.
- GOW, Peter. **Of Mixed Blood: Kinship and History in Peruvian Amazonia**. Oxford: Clarendon, 1991.
- GRANDI, M. A. **Inventário de Acontecimentos Relacionados a Barragem Norte (Ibirama)**. Florianópolis: Nepi/Ufsc, 1998.
- GRANERO, Fernando Santos. "From Prisoner of the Group to Darling of the Gods: An Approach to the Issue of Power in Lowland South America". In: Descola e Taylor, (orgs.). **La Remontée de l'Ámazonne: Anthropologie et Histoire des Sociétés Amazoniennes. L'Homme**. 1993.
- HALFPAP, L. C. & FONTANA, R. "Direito, Ideologia e Comunidades Indígenas". In: **Coleção Encontros com a Civilização Brasileira**. n. 12, 1979.
- HANKE, Wanda. "Los Índios Botocudos de Santa Catarina, Brasil". In: **Arquivos do Museu Paranaense**. Curitiba: (IV), 1947.
- HELM, C. M. V. **O Índio Camponês Assalariado em Londrina: Relações de Trabalho e Identidade Étnica**. Tese apresentada ao Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1977.
- HELM, C. M. V. & REIS, M. J. et al. (orgs.). **Hidrelétricas e Reassentamento Compulsório de Populações: Aspectos Sócio-Culturais**. Curitiba: IAP/GTZ, 1993.
- HENLEY, P. "Review Essay: Recent themes in the Anthropology of Amazonia: History, Exchange, Alterity". In: **Bulletin of Latin America Research**. vol. 15 (2), 1996.

- HENRIQUES, Karyn N. R. **A Barragem Norte e os Índios na Área Indígena de Ibirama: A luta pela indenização**. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Florianópolis: Ufsc, 1996.
- HENRY, Jules. **Jungle people: a Kaingang tribe of the Highlands of Brazil**. New York: Vintage Books, 1941.
- \_\_\_\_\_. "Os Índios Kaingans de Santa Catarina Brasil". In: **Revista IHGSC**. vol. XIII, 1944.
- HÉRITIER, F. "Parentesco". In: **Enciclopédia Einaudi**. vol. 20. Petrópolis: Vozes, 1982.
- HICKS, David. "A Structural Analysis of Aweikoma Symbolism". **Ethnos** [s.l.], 1966.
- LADEIRA, M. I. "Migrações Guarani MBYA". In: **Travessia revista do migrante**. São Paulo: Do Cem, ano IX (24), 1996.
- LAGROU, E. M. **Manu-Aü ou "Saudades": uma reflexão sobre a condição incorporada da noção de pessoa entre os Kaxinawá**. Trabalho apresentado no XXIII encontro Anual da ANPOCS. Caxambú, 1999.
- LANGDON, E. J.. "A doença como experiência: a construção da doença e seu desafio para a prática médica". In: **Antropologia em Primeira Mão**. Florianópolis: Ppgas, 1995.
- LANGDON, E. J. & ROJAS, B. G. "Um Fator Ignorado numa Situação de Mudança Rápida A Situação da Área Indígena Ibirama (SC)". In: **Boletim de Ciências Sociais**. Florianópolis: Ppgas/Ufsc, 1991.
- LEVI-STRAUSS, C. "A Eficácia Simbólica". In: **Antropologia Estrutural I**, 1975.
- LITAIFF, A. **As Divinas Palavras Identidade Étnica Guarani**. Florianópolis: Da Ufsc, 1996.
- MARTINS, José de Souza. "A Chegada do Estranho". In: **O Cerco está se Fechando: o impacto do grande capital na amazônia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.
- MARTINS, Pedro. **Anjos de cara suja**. São Paulo: Vozes, 1995.
- MÉTRAUX, Alfred. "The Botocudo". In: **Handbook of South American Indians**. Steward, J. H. (org.). Washington: Smithsonian Institution. vol. I (3), 1946.

MITCHELL, C. "Theoretical Orientations In African Studies". In: **The Social Anthropology of Complex Societies**. London: Tavistock, 1966.

MÜLLER, Sálvio A. **Efeitos Desagregadores da Construção da Barragem de Ibirama sobre a Comunidade Indígena**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Ufsc, 1985.

\_\_\_\_\_. **Opressão e Depredação**. Blumenau: Nova Safra, 1987.

NAMEM, Alexandre. **Índios Botocudo: Uma Reconstituição Histórica do Contato**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Ufsc, 1991.

\_\_\_\_\_. **Os Botocudos: Uma História de Contato**. Florianópolis: Ufsc, 1994.

NDILLI, J. C. et al. **Van Zi Tõ Ebén Ki Aklég Ne Vã**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. 1999.

NGAMUN, A. et al. **A Grande Caçada**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. 1999.

NOVAES, Sílvia C. **Jogo de Espelhos**. São Paulo: Da Usp, 1993.

OLIVEIRA, José João de. **Índios Xokleng no Estado de Santa Catarina: de obstáculos a potencializadores do desenvolvimento do Vale do Itajaí (1914-1999)**. Curitiba: Funai, 1999.

OLIVEIRA, Roberto C. **Urbanização e Tribalismo: A integração dos índios Terêna numa sociedade de classes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

\_\_\_\_\_. **Do Índio ao Bugre**. Rio de Janeiro: As, 1976.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. "A Difícil Etnografia de uma Tribo em Mudança". In: **Anuário Antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 79, 1981.

\_\_\_\_\_. **Nosso Governo: Os Tikuna e o Regime Tutelar**. São Paulo: Marco Zero/Mct-Cnpq, 1988.

\_\_\_\_\_. "Viagens de Ida, de Volta e Outras Viagens: os movimentos migratórios e as sociedades indígenas". In: **Travessia revista do migrante**, São Paulo: Do Cem, ano IX (24), 1996.

- \_\_\_\_\_. "Uma Etnologia dos "Índios Misturados"? Situação Colonial, Territorialização Fluxos Culturais". In: **Mana** vol. 4 (1), 1998.
- PAOLI, M. C. P. M. "O Sentido Histórico da Noção de Cidadania no Brasil: Onde Ficam os Índios?". In: **O Índio e a Cidadania**. São Paulo: Brasiliense S.A., 1983.
- PAULA, José Maria de. "Memória sobre os Botocudos do Paraná e Santa Catarina Organizada pelo Serviço de Proteção aos Silvícolas sob a Inspeção". In: **XX Congresso de Americanistas**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. 1, 1922.
- PENNA, M. "Relatos de Migrantes: questionando as noções de perda da identidade e desenraizamento". In: **Língua(gem) e Identidade**. Inês Signorini (org). Campinas: Mercado das Letras, Fapesp, 1998.
- PEREIRA, W. S. "História do Contacto, Dinâmica Social e Mobilidade Indígena no Sul do Brasil". **Laudo Antropológico de Identificação e de Limitação de Terra de Ocupação Tradicional Xokleng**. Porto Alegre, 1998.
- POSEY, Darrel A. "Diachronic Ecotones and Anthropogenic Landscapes in Amazonia: Contesting the Consciousness of Conservation" In: **Advances in Historical Ecology**. Balée, W (org.). New York: Columbia University Press, 1998.
- POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Da Unesp, 1998.
- RAMOS, A. R. "O Índio Hiper-Real". In: **Critique of Anthropology**, vol. 14 (2), 1994.
- \_\_\_\_\_. "Por Falar em Paraíso Terrestre". In: **Travessia revista do migrante**. São Paulo: Do Cem (24), 1996.
- REIS, M. J. "O Conhecimento da Realidade Sócio-Cultural das Populações Locais - Considerações Teórico-Metodológicas". In: **Hidrelétricas e Reassentamento Compulsório de Populações: Aspectos Sócio-Culturais**. Helm, M. C. V. & REIS, M. J. (orgs.). Curitiba: IAP/GTZ, 1993.
- REIS, M. J. & SCHERER-WARREN, I. "As Barragens do Uruguai: a dinâmica de um movimento social". In: **Boletim de Ciências Sociais**, 1986.
- RENK, Arlene. "Elementos para pesquisa fotográfica". In: **Série Didáticos Interdisciplinares**. Chapecó: Unoesc (5), 1997.

- RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização**. 7ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. "Cuanto Mas Grande Mejor? Proyectos de Gran Escala: Una Forma de Produccion Vinculada a la Expansion de Sistemas Economicos". In: **Desarrollo Económico, Revista de Ciencias Sociales**. vol. 27 (105), 1987.
- RICARDO, C. A. "Os Índios e a Sócio-Diversidade Nativa Contemporânea no Brasil". In: **A Temática Indígena na Escola. Novos Subsídios para Professores de 1º e 2º graus**. Brasília: Mec/Mari/Unesc, 1995.
- RIVAL, Laura. "Domestication as a Historical and Symbolic Process: Wild Gardens and Cultivated Forest in the Ecuadorian Amazon". In: **Advances in Historical Ecology**. Balée, W. (org.). New York: Columbia University Press, 1998.
- RIVIÈRE, Peter. "The Amerindianization of Descent and Affinity". In: Descola e Taylor (orgs.). **La Remontée de l'Amazonie: Anthropologie et Histoire des Sociétés Amazoniennes**. L'Homme, 1993.
- ROMANO, Jorge. **Índios Proletários em Manaus: El caso de los Sateré-Mawé Citadinos**. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 1982.
- SAHLINS, M. **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Índios e Brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng**. Florianópolis: Movimento, 1973.
- \_\_\_\_\_. **Educação e Sociedades Tribais**. Florianópolis: Editora Movimento, 1975.
- \_\_\_\_\_. *et al.* **Projeto Xokleng**. Florianópolis: SUDESUL, UFSC, FUNAI, 1975.
- \_\_\_\_\_. "Metodologia para o Estudo de Projetos de Desenvolvimento e suas Implicações Políticas: o caso das hidrelétricas". In: **Desenvolvimento e Direitos Humanos: A Responsabilidade do Antropólogo**. Campinas: Da Unicamp, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Lideranças Indígenas, Indigenismo Oficial Destruição Florestal : o caso de Ibirama**. Trabalho Apresentado no 48º Congresso Internacional de Americanistas. Estocolmo, 1994.

- \_\_\_\_\_. **Nova História de Santa Catarina**. 3ª edição. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1995.
- \_\_\_\_\_. "A Implantação de Usinas Hidrelétricas e os Índios no Sul do Brasil". In: **A implantação de Usinas Hidrelétricas e os Índigenas no Sul do Brasil**. HELM, C. M. V. (org.). Curitiba: Iap/Gtz, 1996.
- \_\_\_\_\_. "As Hidrelétricas, os Índios e o Direito". In: **A Implantação de Usinas Hidrelétricas e os Índigenas no Sul do Brasil**. Helm, C. M. V. (org.). Curitiba: Iap/Gtz, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Os Índios Xokleng: memória visual**. Florianópolis: Da Ufsc; Itajaí: Da Univali, 1997.
- SANTOS, S. C. (org.) *et al.* **Estudo Etnográfico da Usina Hidrelétrica Machadinho**. Florianópolis: Ufsc/Fapeu/Nepi, 1998.
- SANTOS, S. C. & HENRIQUES, K. N. R. "Hidrelétricas e Processo de Privatização no Cenário Brasileiro". In: **Revista de Divulgação Cultural** (64). Blumenau, 1998.
- SANTOS, S. C. & NACKE, A. **A Implantação da UHE Machadinho num Cenário Privatizado: um caso para reflexão**. III Reunião de Antropólogos do Mercosul. Misiones, 1999.
- SCHRÖDER, P. "A Antropologia do Desenvolvimento: É Possível Falar de uma Subdisciplina Verdadeira?" In: **Revista de Antropologia**. São Paulo: Usp, vol. 40 (2), 1997.
- SCUDDER, Thayer. "The Human Ecology of Big Projects: River Basin Development and Resettlement". In: **Annual Review of Anthropology**, 1973.
- SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE (SDM). **Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico-Econômico**. Florianópolis: Ammvi, 1998.
- SERRANO, H. **Relatório Referente à Portaria N° 493/Pres/FUNAI de 22/5/1995**. Florianópolis: Nepi/Ufsc, 1995.
- SEVÁ FILHO, A. Oswaldo. "...Quem inventa o pânico que se explique, quem sofre a ameaça, que se organize...". In: **Hidrelétricas, Ecologia e Progresso: contribuições para um debate**. Rio de Janeiro: Cedi, 1990.

SIMONIAN, Lília Terezinha L. "Castigos Cruéis na Área Indígena Votouro Rio Grande do Sul: resistências culturais ou novas práticas?". **Laudo Antropológico. Processo PGR N. 0478/92-41**, Belém, 1994.

SOUZA, A. M. **Os Direitos Humanos**. São Paulo: Do Brasil, 1989.

TAMAGNO, Liliana E. "La Construcción de la Identidad Étnica". In: **Cuadernos de Antropología** (2). Univ. Luján-Eudeba Bs. As, 1988.

\_\_\_\_\_. "La Cuestión Indígena en Argentina y los Censores de la Indianidad". In: **América Indígena** (1), 1991.

\_\_\_\_\_. **La Construcción de la Identidad Étnica en un Grupo Indígena en la Ciudad: identidades y utopías**. Trabalho apresentado na V Reunião de Antropologia (Merco) Sul. Tramandaí, 1995.

TEIXEIRA, R. F. A. "As Línguas Indígenas no Brasil". In: **A Temática Indígena na Escola: Novos Subsídios para Professores de 1º e 2º graus**. Brasília, Mec/Mari/Unesc, 1995.

TOMMASINO, Kimiye. **Os Kaingang Desaldeados e suas Relações Sociais**. Trabalho apresentado na XIX Reunião da ABA. Rio de Janeiro, 1994.

\_\_\_\_\_. "Os Kaingang do Paraná e seus Deslocamentos Cíclicos para o Mato Grosso do Sul". In: **Travessia revista do migrante**, São Paulo: Do Cem, ano IX (24), 1996.

\_\_\_\_\_. *et al.* **Os Kaingang de Chapecó: alteridade, historicidade, territorialidade. Relatório de Identificação das Famílias Kaingang Residentes na Cidade de Chapecó**. Chapecó, 1998.

URBAN, Gregory P. **A Model of Shokleng Social Reality**. Tese de Doutorado. Chicago: Universidade de Chicago, 1978.

\_\_\_\_\_. "A História da Cultura Brasileira Segundo as Línguas Nativas". In: Manuela Carneiro da Cunha (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

VEIGA, J. **Organização Social e Cosmovisão Kaingang: uma introdução ao parentesco, casamento e nomeação em uma sociedade Jê Meridional**. Dissertação de

Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UNICAMP. Campinas, 1994.

WEBER, Catia. "... **Aquí Outrora Retumbaram Vozes**": os índios Avá -Guarani e a UH **Itaipu Binacional**. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: Ufsc, 1995.

WERNER, Dennis W. *et al.* "As Enchentes do Vale do Itajaí, as Barragens e suas Conseqüências Sociais". In: **Cadernos de Ciências Sociais**. Florianópolis: Ppgcs/Ufsc, 1987.

WHITEHEAD, Neil L. "Ethnic Transformation and Historical Discontinuity Native Amazonia and Guayana, 1500-1900". In: Descola e Taylor (orgs.). **La Remontée de l'Ámazonie: Anthropologie et Histoire des Sociétés Amazoniennes. L'Homme**, 1993.

WIIK, Flávio Braune. "Xokleng". In: **Enciclopédia dos Povos Indígenas do Brasil**, Júlio Cesar Melatti (org.). São Paulo: Instituto Sócio-Ambiental (ISA), 1998 (no prelo).

ZIMMERMANN, E. **Projeto de Pesquisa**. Trabalho Apresentado em Seminário de Dissertação I. Mestrado Educação e Ciências. Florianópolis: UFSC, 2000.